



Boletim de Transparência Fiscal

Rio de Janeiro, Setembro de 2010

SECRETÁRIO DE ESTADO DE FAZENDA

Renato Augusto Zagallo Villela dos Santos

SUBSECRETÁRIO- GERAL

Paulo Sérgio Braga Tafner

SUBSECRETÁRIO DE FINANÇAS

Marcelo Barbosa Saintive

SUBSECRETÁRIO DE POLÍTICA FISCAL

George André Palermo Santoro

SUBSECRETÁRIO DE RECEITA

Ricardo José de Souza Pinheiro

SUPERINTENDENTE DO TESOUREO ESTADUAL

Carolina Tomaz Barbosa Corrêa

**SUPERINTENDENTE DE PROGRAMAÇÃO
FINANCEIRA**

Josélia Castro de Albuquerque

**SUPERINTENDENTE DE RELAÇÕES
FEDERATIVAS E TRANSPARÊNCIA FISCAL**

Marco Aurélio Alves de Mendonça

**SUPERINTENDENTE DE CONTROLE E
ACOMPANHAMENTO DA DÍVIDA**

Valéria Barbosa

SUPERINTENDENTE DE FINANÇAS

Elvecio Vital da Silva

EQUIPE BOLETIM DE TRANSPARÊNCIA FISCAL

Ana Cecília de Souza

Ana Paula Quedinho

Brower Ramos Silva

Bruna Beatriz Daniel

Camila Callegario Ribeiro

Carlos Roberto Moreira de Araújo

Cláudia Santoro

Creusa Mattoso de Almeida

Daniela de Melo Faria

Eliane Marcos Macedo

Fernanda Stiebler

Gabriel Silva de Goes Rodrigues

João Vitor Pereira Pedrosa

Larissa Silva Carvalho

Leonardo Santos de Oliveira

Leonardo Silva Carvalho

Luana de Oliveira Cunha

Luciana Gerber dos Reis Velloso

Maria Gisele Bastos Soares

Maria Helena Pitombeira

Marina Lavocat Barbosa Ernesto

Murilo Capanema de Souza Cubas

Raphael Philipe Moura

Rebeca Virginia Escobar Villagra

Renata Gomes Rimes de Almeida

Sérgio da Costa Peixoto

Thaina Di Masi



O BOLETIM DE TRANSPARÊNCIA FISCAL é uma publicação bimestral da Subsecretaria de Política Fiscal e da Subsecretaria de Finanças. Ele é chamado de TRANSPARÊNCIA fiscal porque vai além do registro de cifras macroeconômicas ou associadas a metas de equilíbrio fiscal, que são essenciais para a avaliação da solvência do Estado. O boletim procura também dar uma ampla visão do uso dos recursos públicos pelas diversas funções do gasto. Este é um elemento chave para posteriores análises da efetividade e eficiência no uso das receitas de impostos e outros recursos públicos, com vistas a avaliar se este uso atende aos objetivos do governo e da sociedade, respondendo corretamente às demandas sociais e atuando como elemento indutor do desenvolvimento econômico. A frequência bimestral do boletim se espelha naquela da avaliação dos riscos para o cumprimento das metas fiscais referidas nos artigos 8º e 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2001).

É permitida a reprodução total ou parcial do conteúdo desta publicação desde que mencionada a fonte.

Informações:

Tel: (21) 2334-4929

Home Page: <http://www.sefaz.rj.gov.br>

Secretaria de Estado de Fazenda do Rio de Janeiro

Rua da Alfândega, n.º 42 - 2º andar

Rio de Janeiro, RJ, CEP 20.070 - 000



SUMÁRIO

Apresentação	7
RESUMO EXECUTIVO	10
I. Metas Bimestrais de Arrecadação e Cronograma de Desembolso do Estado do Rio de Janeiro	13
II. Resultado Fiscal	15
II.1 Resultado Orçamentário sem RIOPREVIDÊNCIA	15
II.2 Resultado Orçamentário com RIOPREVIDÊNCIA	17
II.3 Resultado Primário	20
III. Receita Estadual	21
III.1 Receitas Correntes	21
III.1.1 Receita Tributária	22
III.1.1.1 Arrecadação de ICMS por Setor Econômico	23
BOX 1 – Panorama Econômico ERJ	25
III.1.2 Receita Patrimonial e Royalties	28
III.1.3 Receita de Transferências	30
III.1.4 Demais Receitas Correntes	32
III.2 Receitas de Capital	34
IV. Despesa do Estado do Rio de Janeiro	36
IV.1 Despesa por Fonte de Recurso	37
IV. 2 Despesa por grupo	39
IV. 3 Despesa por área de governo	44
IV. 3.1 Saúde – Índice Constitucional	45
BOX 2 – Despesas da Área Saúde financiadas com Outras Fontes	49
IV. 3.2 Educação – Índice Constitucional	51
BOX 3 – Despesas da Área de Educação financiadas com Outras Fontes de Recursos	56
IV. 3.3 FECAM	57
BOX 4 – DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM (DER/RJ)	60



IV. 3.4 Programa de Aceleração do Crescimento – PAC	61
IV.4 Cota Financeira	64
V ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA.....	65
V.1 Cota Financeira	65
V.2. Pagamento de PD's.....	65
V.3 Administração do Saldo de Caixa do Tesouro.....	66
V.4 – Adimplemento de concessionárias e prestadores de Serviços Públicos	67
V.5 Tratamento Dispensado a Restos a Pagar Processados.....	71
V.6 Requisições Judiciais de Pagamento.....	71
Precatórios	71
V. 7 Evolução da Dívida Financeira do Estado do Rio de Janeiro e de seu Dispêndio com a dívida pública	72



ANEXOS

Anexo 1 – Despesas por Grupo

Anexo 2 – Despesas por Fonte de Recurso

Anexo 3 – Despesas por Órgão

Anexo 4 – Despesas de Pessoal por Órgão

Anexo 5 – Despesas de Custeio por Órgão

Anexo 6 – Despesas de Investimentos e Inversões Financeiras por Órgão

Anexo 7 – Despesa Liquidada por Função - Fontes Tesouro e Outras Fontes

Anexo 8 – Execução Orçamentária Mai-jun/2009-2010 Programa de Aceleração do
Crescimento

Anexo 9 – Execução Orçamentária Mai-jun /2009-2010 Secretaria de Saúde e Defesa Civil



Apresentação

Este é o décimo sexto número do boletim bimestral de transparência fiscal preparado pela Secretaria de Fazenda do Estado do Rio de Janeiro, e o quarto referente ao exercício de 2010. Seu objetivo continua sendo o de aperfeiçoar os mecanismos de controle e transparência na execução do orçamento estadual.

Esses mecanismos de controle possuem pelo menos duas vertentes, a saber: a primeira liga-se à solvência e previsibilidade no gasto, em decorrência do reconhecimento de que uma das principais premissas de um governo responsável é executar o orçamento dentro da previsão da receita. Ou seja, despesas não podem ser criadas, compromissos assumidos, ou contratos assinados sem um lastro seguro na arrecadação ou outros recursos orçamentários.

De acordo com os dispositivos legais, em vigor há mais de quarenta anos, não pode haver despesa sem empenho. Apenas assim as obrigações poderão ser honradas tempestivamente e sem sobressaltos, trazendo previsibilidade, tranquilidade e transparência à ação pública.

Além disso, a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) impõe metas fiscais que devem ser cumpridas sob risco de sanções aos administradores e ao próprio ente federativo (suspensão de transferências voluntárias, por exemplo). O Estado deve, por exemplo, alcançar uma meta de superávit primário suficiente para, no mínimo, o cumprir as obrigações com pagamento da dívida, e dispor de suficiente folga de caixa de maneira que toda a Administração possa planejar seus gastos com segurança.

É parte do Estado Democrático de Direito a obrigação do administrador público prestar contas à sociedade, demonstrando a adequabilidade da aplicação dos recursos às demandas econômicas e sociais.



A segunda dimensão diz respeito à aplicação dos recursos, cumprindo a Lei (e.g., vinculações) e procurando alcançar, entre outros, os objetivos constitucionais de eficiência, economicidade e efetividade. Para essa avaliação é importante que se conheçam detalhes da aplicação de recursos por função (e.g., saúde, educação) e o perfil temporal desses gastos.

O boletim procura proporcionar esses detalhes com rapidez, para que haja clareza sobre os gastos públicos e efetivo acompanhamento pela sociedade. Este canal se conjuga com inovações como a publicação de todas as Programações de Despesa (PD's) na internet em menos de três dias depois de efetuado seu pagamento, o que também facilita o acompanhamento aberto pela sociedade da aplicação dos recursos públicos.

Os dados aqui disponibilizados foram extraídos do Sistema de Informações Gerenciais (SIG) do Governo do Estado do Rio de Janeiro, no dia 20/09/2010.

A despesa refere-se, salvo ressalva, ao conceito de empenho liquidado; já a receita, por sua vez, corresponde ao conceito de realizada (regime de caixa), ambas depuradas das rubricas intra-orçamentárias.

A análise da administração da Dívida Pública tomou por base o valor do empenho efetivamente pago.

Nesta edição do Boletim, assim como em todas a partir de 2009, deixou-se de incluir os resultados da Companhia Estadual de Águas e Esgotos, doravante CEDAE e da Imprensa Oficial do Estado - IO, nas contas do Estado, pois essas empresas são não-dependentes, nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal.

O Boletim procura dar, com presteza, detalhes da despesa em cada área, para que haja clareza sobre os gastos públicos e efetivo acompanhamento pela sociedade

Nesta edição do boletim, assim como em todas a partir de 2009, não se apresentam os resultados da CEDAE como parte das contas do Estado, uma vez que a empresa foi declarada “não dependente” de acordo com as regras da LRF.



O Boletim é dividido em cinco seções, além desta apresentação. As duas seções iniciais fazem uma breve análise dos agregados fiscais e das metas correspondentes. A terceira seção analisa a evolução das diversas rubricas de receita e inclui um resumo da evolução dos principais indicadores econômicos do Estado. A quarta seção apresenta a despesa no seu agregado de execução orçamentária e detalhes dos gastos por área, notadamente aquelas que se beneficiam de vinculação de receitas e pisos de gastos, como Saúde, Educação e conservação do Meio Ambiente, assim como demonstrativos da execução do PAC e do DER. Por fim, a quinta seção remete aos elementos da política financeira do Estado, notadamente o estabelecimento e uso das cotas financeiras programadas para os órgãos, a tempestividade dos pagamentos requeridos por esses órgãos, a aplicação dos saldos do Tesouro, a quitação de restos a pagar de administrações anteriores, assim como dos precatórios judiciais. A seção também informa a situação da dívida pública do Estado e traz dados sobre a execução de convênios.



RESUMO EXECUTIVO

O **quarto bimestre de 2010** manteve a tendência observada no semestre anterior: a superação das metas de arrecadação da receita. No total, as metas foram superadas em 6%, impulsionadas, sobretudo, pelas receitas correntes. Com isso, a Secretaria de Estado de Fazenda vem garantindo os recursos necessários ao pleno funcionamento das funções do Estado do Rio de Janeiro. O crescimento da receita vem sendo impulsionado principalmente pelo ICMS, pelas participações governamentais do petróleo e por receitas de capital.

Os resultados orçamentário (+R\$2.580 milhões) e **primário** (+R\$3.386 bilhões) acumulados no bimestre ainda sofrem influência do déficit sazonal do RIOPREVIDENCIA (apesar de apresentarem recuperação em relação ao mesmo período de 2009).

A evolução favorável das receitas estaduais é decorrente principalmente do crescimento nominal de 20,2% na arrecadação do ICMS no acumulado do ano e pela melhoria das receitas de indenizações de participações governamentais (petróleo) que representam incremento de 20,6% no bimestre e 62,2% no acumulado. O crescimento do ICMS é fruto da recuperação econômica e das ações de fiscalização da Secretaria de Estado de Fazenda.

As Receitas de Transferência têm crescido em ritmo menor no acumulado (+8,9%), embora com significativa recuperação no bimestre (+22,5%).

As receitas de capital apresentaram queda acentuada no bimestre (-46,6%), mas mantém bom desempenho no acumulado (+161,7%). O principal motivo foi o atraso nas transferências de capital da União, que acarretaram atraso na execução das obras do Arco Rodoviário Metropolitano.

No âmbito das despesas destaca-se o aumento de 14,2% em pessoal do Poder Executivo, no acumulado do ano, fruto do reajuste para as áreas de educação e segurança, incorporação do “Nova Escola”, bem como concessão de diversas gratificações e incentivos. Esse aumento, no entanto, ainda não reflete o reajuste salarial concedido a outros 348 mil servidores em julho deste ano. Ver item IV.2.

As **despesas de Custeio** em geral apresentaram um crescimento de 14,94%, na maior parte, devido ao aumento das Transferências aos Municípios e FUNDEB, reflexo do crescimento da arrecadação. No âmbito do Executivo, o crescimento em relação à igual período de 2009 foi de 19,89%. O montante de 61,5% deste grupo de despesa corresponde às Transferências ao FUNDEB e aos Municípios, gastos obrigatórios que são impulsionados pela melhoria na arrecadação.



Com relação aos **investimentos** o crescimento foi de 193,67% (+R\$1,63 bilhão) na comparação com o janeiro a agosto de 2009, com o aporte de aproximadamente R\$550 milhões para o PAC, até o quarto bimestre.

No que tange à administração financeira estadual, verificou-se que o índice de utilização da Cota Financeira liberada – nas Fontes de Recursos – FR sob a gestão do Tesouro Estadual – foi elevado de 93,97% até o 3º bimestre, para 97,18% até o 4º bimestre, resultado dos ajustes efetuados na metodologia de cancelamento do saldo não utilizado a cada mês e a conseqüente melhoria do planejamento financeiro das áreas.

O percentual das obrigações pagas em relação à cota financeira utilizada também manteve-se alto, 92,15%.

No 4º bimestre, o prazo médio de pagamentos, após a emissão da Programação de Desembolso - PD foi de cerca de 15 dias. Sendo que aproximadamente 100% das PD's emitidas pelas áreas prioritárias, foram quitadas em até 30 dias.

Os fundos, nos quais o Tesouro Estadual aplica os recursos públicos, mantiveram bom desempenho nesse período, obtendo em média 99% da taxa do Certificado de Depósitos Interbancário (CDI – *benchmark* dos fundos).

Já na execução de despesas com serviços públicos essenciais incluídos no Sistema Integrado de Pagamento de Concessionárias - SIPC¹, até o 4º bimestre, foram empenhados aproximadamente R\$ 95 milhões, tendo sido quitados cerca de 95% dessa importância.

No total, até o mês de agosto, o Tesouro Estadual desembolsou R\$ 137 milhões com serviços públicos essenciais prestados pelas concessionárias aos órgãos e às entidades estaduais.² Esse montante corresponde aproximadamente a 82% do total faturado pelas concessionárias neste período.

Conforme estabelecido no cronograma de pagamento semestral do Programa de Pagamento/Parcelamento de Restos a Pagar processados – RPP's, instituído pelo Decreto nº 40.874/2007, cujas datas de pagamento previstas são maio e novembro, não houve quitação neste bimestre.

Quanto ao pagamento de precatórios, tendo em vista que o Estado continua aguardando o levantamento do estoque de precatórios pelos Tribunais, para que possam ser aplicadas as novas regras de pagamento, introduzidas pela EC. 62, no 4º bimestre, continuou-se apenas honrando com os acordos de parcelamentos de precatórios, firmados no exercício passado,

¹ O SIPC foi criado por meio do Decreto 35.670/2004

² Estão incluídas nesse total apenas as despesas executadas com Fontes de Recursos do Tesouro disponibilizadas no Programa de Trabalho – Pagamento de Despesas com Serviços de Utilidade Pública.



que totalizaram um desembolso de R\$ 22,1 milhões. Contudo, neste período, foram pagas 331 requisições de pequeno valor, totalizando R\$ 2.191.024,39.

O Tesouro Estadual desembolsou R\$ 583 milhões com o serviço da dívida³, no 4º bimestre de 2010, 4,6% superior ao valor pago no 3º bimestre.

O estoque da Dívida Financeira somou R\$ 55 bilhões, já o estoque da dívida externa, que corresponde a 3,98% do total da dívida financeira, encerrou o bimestre com o saldo de R\$ R\$ 2,16 bilhões, 1,55% menor que o verificado no terceiro bimestre de 2010, refletindo a valorização do real frente ao dólar. Foram liberados R\$ 2,14 milhões de receita de operações de créditos (Tabela 41). Desse montante, R\$ 1,6 milhão, foram destinados para o Programa de Modernização da Administração Estadual II – PMAE II (recursos provenientes do BNDES); 200 mil, para o Programa de Modernização da Administração Estadual – PMAE (recursos provenientes do BNDES); e, 354 mil, ao Programa de Apoio ao Fortalecimento da Administração Fazendária do E.R.J. – PROFAZ (recursos provenientes do BID).

Concernente às transferências voluntárias de recursos, o Estado do Rio de Janeiro encerrou o 4º bimestre de 2010 com 419 Convênios de Receita e 698 Convênios de Despesa vigentes.⁴

Por fim, cabe destacar que buscando efetivar uma modernização institucional, a Subsecretaria de Finanças (SUBFIN) está na fase final do processo de implementação do Sistema de Gestão da Qualidade com a finalidade de obter o certificado da norma NBR ISO 9001:2008, já tendo passado pelo primeiro processo de auditoria interna.

³ Serviço da Dívida pago com as fontes do Tesouro Estadual.

⁴ Convênios de Receita – São aqueles em que órgãos ou entidades da administração pública federal aportam receitas ao Estado. Convênios de Despesa - São aqueles em que o Estado do Rio de Janeiro coloca seus recursos à disposição das Prefeituras Municipais e/ou Entidades não Governamentais.

I. Metas Bimestrais de Arrecadação e Cronograma de Desembolso do Estado do Rio de Janeiro

As receitas e metas bimestrais⁵ de arrecadação para 2010 foram divulgadas através da Resolução SEFAZ nº 276/2010, publicada em fevereiro deste ano.

As receitas totais dos primeiros oito meses do ano superaram em 6% o total projetado, entretanto ficaram 2,3% abaixo da meta estipulada para o bimestre.

A análise das categorias da receita mostra que as Receitas Correntes superaram a meta bimestral em 14,6% e a meta para acumulado do ano em 12,6%. Este desempenho é resultado principalmente de: i) aumento da “Receita Tributária” (+23,4% no bimestre e +18,4% no acumulado do ano) decorrente do crescimento da arrecadação do ICMS, principal imposto estadual; e ii) aumento da “Receita Patrimonial” (+28,4% no bimestre e +46,5% no acumulado), consequência do acréscimo da receita de participação especial do petróleo. Para mais detalhes, ver seção III.1.1.

Cabe lembrar que as metas bimestrais já levam em conta as receitas provenientes do recebimento dos valores devidos por concessionárias de petróleo na esteira do termo de acordo celebrado com a interveniência da AGU (Advocacia Geral da União) e da ANP (Agência Nacional de Petróleo), relativas à pendência de pagamento de participações especiais sobre a produção do campo de Marlim, alusivos principalmente ao período anterior a 2002.

Tabela 1
METAS DE ARRECADAÇÃO DA RECEITA 2010
(art 8º da LRF)

DISCRIMINAÇÃO	META DE RECEITA (JUL-AGO) 2010	RECEITA REALIZADA (JUL-AGO) 2010	% REALIZADO SOBRE A META DO BIMESTRE	R\$ milhões		
				META DE RECEITA (JAN-AGO) 2010	RECEITA REALIZADA (JAN-AGO) 2010	% REALIZADO SOBRE A META ACUMULADA
REC. CORRENTES	6.481,12	7.427,98	114,6%	27.739,91	31.235,05	112,6%
TRIBUT.	3.972,37	4.504,52	113,4%	17.253,44	19.129,45	110,9%
CONTRIB.	144,90	160,82	111,0%	579,61	629,69	108,6%
PATRIM.	1.353,48	1.662,60	122,8%	5.595,78	6.432,73	115,0%
AGROPEC.	0,03	0,04	147,8%	0,12	0,12	94,3%
INDUST.	0,24	0,05	20,6%	0,95	2,56	270,2%
SERV.	51,17	73,57	143,8%	211,22	215,69	102,1%
TRANSF. CORR.	788,29	831,35	105,5%	3.438,12	3.335,13	97,0%
OUTRAS	170,63	195,03	114,3%	660,67	1.489,69	225,5%
REC. CAPITAL	1.310,56	185,38	14,1%	3.145,63	1.505,45	47,9%
OPER. CRÉDITO	309,26	2,32	0,8%	1.237,06	963,74	77,9%
ALIEN. BENS	700,01	38,83	5,5%	700,03	39,63	5,7%
AMORT. EMPRÉST.	23,09	25,09	108,7%	96,74	103,24	106,7%
TRANSF. CAP.	271,03	119,14	44,0%	1.081,58	398,83	36,9%
OUTRAS	7,17	0,00	0,0%	30,23	0,00	0,0%
Total	7.791,67	7.613,36	97,7%	30.885,54	32.740,50	106,0%

As Receitas Correntes superaram a meta bimestral em 14,6%, efeito do aumento da arrecadação do ICMS, e das Receitas Patrimoniais.

⁵ As metas bimestrais aqui divulgadas excluem as receitas intra-orçamentárias.



A maioria das Receitas Correntes superou as metas bimestrais, exceto a Receita Industrial, que arrecadou 79,36% abaixo das expectativas. Entretanto, esta receita tem baixa participação em termos relativos no total das receitas correntes, influenciando muito pouco na variação desta.

As receitas de capital, por sua vez, não atingiram as metas estabelecidas tanto para o acumulado anual, quanto para o bimestre (-52,14% e -85,9% respectivamente). Apenas as metas para receitas de “Amortização de Empréstimo” foram cumpridas (+8,67% no bimestre e +6,73% no acumulado). As demais tiveram todas desempenho abaixo da meta, decorrentes de atrasos nos cronogramas de desembolso (detalhes na seção III.2).

A despesa paga até o mês de agosto de 2010 ultrapassou em 5,6% da meta estabelecida no Cronograma de Desembolso Financeiro divulgado pela Resolução SEFAZ nº 277, de 03 de fevereiro de 2010, mantendo o excesso na rubrica Outras Despesas Correntes compensado por uma execução mais conservadora das despesas de pessoal e serviço da dívida.

No acumulado do ano, pagou-se R\$ 1,99 bilhão de Restos a Pagar, incluindo aqueles dos Outros Poderes, que contribuíram para o valor pago nas outras despesas correntes, ter excedido em 12,2% à meta fixada, assim como, nas despesas de Pessoal e Encargos Sociais um excesso de 1,1% da meta. O pagamento do RP já cumpriu 91,3% do montante inscrito no encerramento do exercício de 2009.

Tabela 2

CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO - METAS DE EXECUÇÃO (art.8º / LRF)*
ESTADO DO RIO DE JAN-AGO 2010

Em R\$ milhões

GRUPO DE DESPESA	METAS DE EXEC. 2010**	DESP. ORÇAM. REALIZADA JAN-AGO***	RP 2009 PAGO***	DESP. TOTAL REALIZ. JAN-AGO 2010	% REALIZ.
PESSOAL E ENC. SOCIAIS	7.472	6.911	644	7.556	101,1%
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	16.667	17.742	965	18.707	112,2%
INVEST /INVERSÕES	2.688	2.162	387	2.549	94,8%
JUROS E ENC. DA DÍVIDA / AMORTIZ.	2.577	2.235		2.235	86,7%
TOTAL	29.404	29.050	1.996	31.046	105,6%

*Exclui CEDAE, Imprensa Oficial: as despesas intra-orçamentárias/ Considerada a despesa paga

**Fonte: Resolução SEFAZ nº 277

***Fonte: SIG em 20/09/2010

II. Resultado Fiscal⁶

II.1 Resultado Orçamentário sem RIOPREVIDÊNCIA

Desconsiderando o desempenho do RIOPREVIDÊNCIA, os resultados fiscais do quarto bimestre de 2010 fecharam com saldo negativo de R\$274,23 milhões, decréscimo de 321,6% em relação a 2009. Isto ocorreu porque houve aumento da Despesa Total (23,5%) em maior proporção que a Receita (+15,3%). Já no acumulado até agosto, foi verificado crescimento de 51% (tabela 3).

O incremento de R\$ 1,2 bilhão nas Despesas Totais no bimestre foi alavancado pelas despesas: Demais Correntes; Pessoal e Encargos e Investimentos.

O acréscimo nas Demais Correntes corresponde basicamente a despesas não-discrecionárias (repasses aos municípios, indenização à União e todas as despesas que são vinculadas ao acréscimo de receitas) enquanto o aumento de Pessoal está relacionado à antecipação da data de pagamento aos servidores e do 13º salário em julho. O maior dispêndio com investimentos decorre da execução de obras do PAC (para maior detalhes das despesas ver seções IV.2 e IV.3.4).

A Receita Total do 4º bimestre de 2010 alcançou diferença positiva de R\$798,27 milhões, influenciado pelo crescimento de 19,3% das Receitas Correntes (+R\$944,3 milhões) que compensou a redução nas Receitas de Capital (-46,1%). Este resultado foi impulsionado majoritariamente pelo expressivo incremento das

Tabela 3

RESULTADO ORÇAMENTÁRIO - COM E SEM RIOPREVIDÊNCIA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO - 2009/2010

R\$ milhões

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (JUL-AGO)		var %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN-AGO)		var %
	2009	2010		2009	2010	
I. RECEITA TOTAL S/ RIOPREV. (A)	5.214,78	6.013,05	15,3%	23.089,61	28.525,77	23,5%
I.1 RECEITA CORRENTE	4.898,31	5.842,61	19,3%	22.572,26	27.080,75	20,0%
I.1.1 Tributária	3.650,86	4.504,52	23,4%	16.162,92	19.129,45	18,4%
I.1.2 Patrimonial	353,97	249,16	-29,6%	2.277,57	2.962,37	30,1%
I.1.3 Transferências	678,71	831,35	22,5%	3.063,68	3.335,13	8,9%
I.1.4 Demais Correntes	214,78	257,57	19,9%	1.068,08	1.653,81	54,8%
I.2 RECEITA DE CAPITAL	316,46	170,43	-46,1%	517,35	1.445,01	179,3%
II. DESPESA TOTAL S/ RIOPREV. (B)	5.091,00	6.287,28	23,5%	20.709,68	24.932,56	20,4%
II.1 DESPESA CORRENTE	4.503,22	5.269,05	17,0%	18.997,07	21.731,26	14,4%
II.1.1 Pessoal e Enc. Sociais	1.589,57	1.934,66	21,7%	6.244,81	7.149,43	14,5%
II.1.2 Demais Correntes	2.536,70	2.967,18	17,0%	11.232,21	13.052,14	16,2%
II.1.2.1 Juros e Enc. Dívida	376,96	384,80	2,1%	1.529,09	1.529,69	0,0%
II.2 DESPESA DE CAPITAL	587,78	1.018,23	73,2%	1.712,61	3.201,30	86,9%
II.2.1 Invest.	361,90	638,15	76,3%	840,62	2.001,45	138,1%
II.2.1.1 Obras e Instalações	288,79	560,08	93,9%	661,09	1.332,69	101,6%
II.2.1.2 Indenizações e Restituição	0,88	9,54	986,1%	13,51	479,35	3.447,9%
II.2.1.3 Demais Investimentos	72,23	68,53	-5,1%	166,02	189,42	14,1%
II.2.2 Inv. Financ.	71,43	2,51	-96,5%	98,88	34,76	-64,8%
II.2.3 Amort. Dívida	154,44	193,54	25,3%	773,11	705,03	-8,8%
RES. ORÇAMENTÁRIO S/ RIOPREV. (A-B)	123,78	-274,23	-321,6%	2.379,93	3.593,21	51,0%
RECEITA DO RIOPREVIDÊNCIA (C)	1.125,68	1.600,32	42,2%	2.766,27	4.214,73	52,4%
DESPESA DO RIOPREVIDÊNCIA (D)	1.159,00	1.431,19	23,5%	4.737,72	5.227,23	10,3%
RES. ORÇAM. RIO PREVIDÊNCIA (C-D)	-33,32	169,13	607,5%	-1.971,45	-1.012,51	48,6%
RES. ORÇAM. C/ RIOPREV. (A-B) + (C-D)	90,45	-105,10	-216,2%	408,48	2.580,70	531,8%

O resultado orçamentário sem o RIOPREVIDÊNCIA no acumulado de janeiro a agosto de 2010 foi superior em 51% ao do ano anterior.

⁶ O resultado fiscal exclui as receitas e as despesas intra-orçamentárias.



receitas tributárias em função da melhoria na arrecadação de ICMS (detalhes na seção III.1.1).

A queda nas Receitas de Capital, por sua vez, está relacionada à redução nas transferências de convênios da União e redução dos desembolsos de operações de crédito (detalhes na seção III.2).

Sobre a redução das Receitas Patrimoniais, deve-se destacar que de acordo com o decreto nº 42.011, de 28 de agosto de 2009, ficam incorporados ao patrimônio do fundo RIOPREVIDÊNCIA os direitos do Estado do Rio de Janeiro sobre royalties e participações especiais. São excluídas parcelas destinadas aos municípios e órgãos da administração pública federal assim como os direitos já gravados por anteriores destinações específicas, especialmente as comprometidas através de contrato celebrado entre o Estado e a União Federal, firmado em 29 de outubro de 1999, de cessão e transferência à União de parte dos direitos de crédito da participação governamental nas modalidades de royalties e participação especial em duzentas e cinquenta e cinco parcelas mensais.

Assim, a redução de 29,6% da arrecadação das Receitas Patrimoniais neste bimestre, **quando desconsiderado o RIOPREVIDÊNCIA** é reflexo da redução de pagamento de indenização à União e do aumento das receitas de petróleo, ambos em relação ao 4º bimestre de 2009. Com isso, houve no 4º bimestre de 2010 maior destinação de receitas ao RIOPREVIDÊNCIA em relação a 2009 (i.e. algebricamente, o tesouro estadual ficou com menos receita patrimonial frente o 4º bimestre de 2009).



Apesar da pouca representatividade no total relativo das despesas, também é necessário fazer referência ao aumento de 986,1% no bimestre e de 3477,9% no acumulado do ano da conta 'Indenizações e Restituições'. No bimestre, o aumento se deve a desapropriação para obras do PAC, em especial no complexo de Manguinhos. No acumulado do ano, o aumento é reflexo do pagamento ao Banco do Brasil referente à operação de cessão de direitos de receitas de Participação Especial do campo de Marlim, realizada em Novembro de 2009. Cabe lembrar que estas receitas são oriundas do acordo firmado com a interveniência da AGU e da ANP (Agência Nacional de Petróleo), relativas à pendência de pagamento de participações especiais sobre a produção do campo de Marlim, referentes especialmente ao período anterior a 2002.

II.2 Resultado Orçamentário com RIOPREVIDÊNCIA

O resultado orçamentário do RIOPREVIDÊNCIA no quarto bimestre de 2010 foi 607,5% maior que o apurado no mesmo período do ano anterior (tabela 3). Ao contrário do verificado no 4º bimestre de 2009, este ano a autarquia alcançou saldo positivo de R\$169,13 milhões. O resultado é resultado do aumento de R\$474,64 milhões (+42,2%) nas receitas do fundo, consequência do aumento das Receitas Patrimoniais, especialmente participações governamentais do petróleo e resgates de CFT (ver seção III.1.2).

Já o resultado orçamentário geral do quarto bimestre, isto é, considerando o RIOPREVIDÊNCIA⁷, foi 216,2% inferior que o do mesmo período do ano passado, alcançando

Houve aumento no bimestre de 986,1% nas despesas com indenizações relativas a desapropriações para obras do PAC em Manguinhos.

O resultado orçamentário do RIOPREVIDÊNCIA no quarto bimestre de 2010 foi 607,5% maior que o obtido no mesmo período em 2009.

⁷ As receitas e despesas do Rio Previdência foram retiradas das respectivas rubricas orçamentárias apenas na tabela 3 deste boletim.



total negativo (-R\$105,10 milhões), reflexo dos resultados (sem o fundo) abordados anteriormente, aliado ao maior crescimento das despesas totais frente às receitas de 2009.

As receitas totais tiveram acréscimo de 20,1% em relação aos totais do 4º bimestre de 2009 e de 26,6% no acumulado do ano (ver tabela 4). Este resultado é efeito do aumento de 23,9% das receitas correntes do bimestre (e +23,6% no ano), que se deu principalmente devido ao crescimento das receitas tributárias (+23,4% no bimestre e +18,4% no ano) e patrimonial (+28,4% no bimestre e +46,5% no acumulado do ano), a primeira em razão da arrecadação do ICMS e a segunda da elevação do preço do barril de petróleo em relação a 2009 (detalhes na seção III.1.2).

A redução nas receitas de capital em 46,6% no bimestre em relação ao ano anterior está relacionada ao decréscimo nas transferências de capital devido a atrasos na execução de obras do PAC (Ver detalhes na seção III.2).

As Transferências Totais tiveram crescimento de 22,5% no bimestre (+8,9% no acumulado do ano), em consequência de elevação na rubrica de demais transferências da União para municípios devastados por desastres naturais (pormenores na seção III.1.3).

As Demais Receitas Correntes também apresentaram crescimento (+16,3% no bimestre; +40,7% no acumulado), resultado da arrecadação de créditos da dívida ativa, multas e juros de mora neste ano com o REFIS⁸. Além

Tabela 4

RESULTADO ORÇAMENTÁRIO (COM O RIOPREVIDÊNCIA)
ESTADO DO RIO DE JANEIRO - JUL-AGO 2009/ JUL-AGO 2010

DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhões			R\$ milhões		
	EXECUÇÃO BIMESTRAL (JUL-AGO)		var %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN-AGO)		var %
	2009	2010		2009	2010	
I. RECEITA TOTAL (A)	6.340,45	7.613,36	20,1%	25.856,88	32.740,50	26,6%
I.1 RECEITA CORRENTE	5.993,56	7.427,98	23,9%	25.280,71	31.235,05	23,6%
I.1.1 Tributária	3.650,86	4.504,52	23,4%	16.162,92	19.129,45	18,4%
I.1.2 Patrimonial	1.294,72	1.662,60	28,4%	4.392,04	6.432,73	46,5%
I.1.3 Transferências	678,71	831,35	22,5%	3.063,68	3.335,13	8,9%
I.1.4 Demais Correntes	369,27	429,51	16,3%	1.662,07	2.337,74	40,7%
I.2 RECEITA DE CAPITAL	346,90	185,38	-46,6%	575,17	1.505,45	161,7%
II. DESPESA TOTAL (B)	6.250,00	7.718,47	23,5%	25.447,40	30.159,79	18,5%
II.1 DESPESA CORRENTE	5.660,55	6.696,14	18,3%	23.732,97	26.947,54	13,5%
II.1.1 Pessoal e Enc. Sociais	2.721,81	3.310,88	21,6%	10.711,70	12.263,79	14,5%
II.1.2 Demais Correntes	2.561,79	3.018,04	17,8%	11.501,21	13.154,06	14,4%
II.1.2.1 Juros e Enc. Dívida	376,96	384,80	2,1%	1.529,09	1.529,69	0,0%
II.2 DESPESA DE CAPITAL	589,45	1.022,33	73,4%	1.714,43	3.212,25	87,4%
II.2.1 Invest.	363,57	826,27	127,3%	842,44	2.472,46	193,5%
II.2.1.1 Obras e Instalações	290,44	564,13	94,2%	662,87	1.343,28	102,6%
II.2.1.2 Indenizações e Restituição	0,88	9,54	986,1%	13,51	479,35	3.447,9%
II.2.1.3 Demais Investimentos	72,25	252,60	249,6%	166,06	649,83	291,3%
II.2.2 Inv. Financ.	71,43	2,51	-96,5%	98,88	34,76	-64,8%
II.2.3 Amort. Dívida	154,44	193,54	25,3%	773,11	705,03	-8,8%
RES. ORÇAM. (A-B)	90,45	-105,10	-216,2%	408,48	2.580,70	531,8%
RECEITA DO RIOPREVIDÊNCIA (C)	1.125,68	1.600,32	42,2%	2.766,27	4.214,73	52,4%
DESPESA DO RIOPREVIDÊNCIA (D)	1.159,00	1.431,19	23,5%	4.737,72	5.227,23	10,3%
RES. ORÇAM. RIO PREVIDÊNCIA (C-D)	-33,32	169,13	607,5%	-1.971,45	-1.012,51	48,6%
RES. ORÇAMENTÁRIO S/ RIOPREV. (A-B)-(C-D)	123,78	-274,23	-321,6%	2.379,93	3.593,21	51,0%

As receitas de capital cresceram 161,7% no acumulado do ano até agosto, decorrente do incremento de operações de crédito e transferências de capital para obras do PAC e do Arco Rodoviário.

⁸ A Lei Estadual nº 5.647/2010 instituiu incentivos a pagamentos de débitos tributários ou não, por meio de um sistema de parcelamento com anistia proporcional. Sua regulamentação está prevista no Decreto Estadual nº 42.316/2010, reformado pelo Decreto Estadual nº 42.395/2010, e na Resolução PGE nº 2.771/2010, complementada pela Resolução Conjunta SECC/PGE Nº 32/2010.



disso, houve aumento de 45,8% no bimestre na receita de serviços, causado majoritariamente pelo aumento da receita de serviços hospitalares (+R\$14,9 milhões). Ainda pode-se destacar o aumento da receita de contribuições provenientes dos servidores civis. Para mais detalhes, ver item III.1.4.

Nas despesas totais verifica-se aumento de 23,5% no 4º bimestre de 2010 comparado ao mesmo período do ano anterior (no acumulado do ano, crescimento de 18,5%). As despesas correntes, que representaram 86,8% das despesas totais, cresceram 18,3% neste bimestre (elevação de 13,5% no acumulado).

As despesas de “Pessoal e Encargos Sociais”⁹ sofreram elevação de 21,6% no bimestre em razão da antecipação da data de pagamento dos servidores e do 13º salário, além da concessão de aumentos decorrentes de implementação de planos de cargos e salários concedidos para diversas áreas conforme seção IV.2.¹⁰

As demais despesas correntes tiveram incremento de R\$456 milhões no quarto bimestre (+17,8%) e de R\$1.653 milhões no acumulado do ano (+14,4%). O resultado nos dois meses corresponde basicamente a incrementos nas despesas não-discricionárias (ver detalhes na seção IV.2).

Sobre as despesas de capital, que representaram 13,2% das despesas totais, observa-se variação positiva de 73,4% no bimestre e 87,4% no acumulado anual. Estes totais são resultado do aumento significativo nos investimentos da execução de obras do PAC,

As despesas de capital variaram positivamente em ambos os períodos (+73,4% no bimestre e +87,4% no acumulado), explicadas por variação explosiva nas despesas com investimento em obras e instalações.

⁹ Nesta seção, “Pessoal e Encargos Sociais” inclui gastos com Inativos e Pensionistas.

¹⁰ Lei n° 5573/2009 (Segurança), Lei n° 5583/2009, Lei n° 5584/2009, Lei n° 5578 (Educação).



que neste bimestre atingiram o montante de R\$564 milhões (+94,2% no quarto bimestre; e R\$1.343 milhões no acumulado, que representa +102,6%). Para maior detalhes das despesas ver seções IV.2 e IV.3.4.

II.3 Resultado Primário¹¹

O resultado primário do quarto bimestre de 2010, excluídos os totais do RIOPREVIDÊNCIA, alcançou R\$136,26 milhões, o que representa redução de 77% em comparação ao mesmo período de 2009. No acumulado anual, o verificado em 2010 foi R\$ 135,53 milhões maior que o ano passado, o que representa um crescimento de 3,1% (Vide tabela 5).

O resultado primário positivo no bimestre é efeito da maior arrecadação das receitas não financeiras (R\$5,843 bilhões) frente às despesas não financeiras (R\$5,707 bilhões). Entretanto, tal resultado é inferior ao do mesmo período de 2009 porque, em termos relativos, as despesas não financeiras cresceram mais que as receitas não financeiras (+27,1% e +15%, respectivamente), refletindo os já citados aumentos nas despesas correntes e nos investimentos.

Já o resultado primário considerando o RIOPREVIDÊNCIA atingiu o montante de R\$294,05 milhões, decréscimo de 46,7% no bimestre. No acumulado até agosto, o total foi de R\$ 3.387 bilhões, aumento de 49,9%. Como pode ser visto, a redução no bimestre foi mais tênue considerando o RIOPREVIDÊNCIA, uma vez que os resultados do fundo foram positivos no período, fruto de maior destinação de receitas

Tabela 5

RESULTADO PRIMÁRIO - COM E SEM RIOPREVIDÊNCIA

ESTADO DO RIO DE JANEIRO - 2009/2010

R\$ milhões

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (JUL-AGO)		var %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN- AGO)		var %
	2009	2010		2009	2010	
RECEITA S/ RIOPREV. (A)	5.214,78	6.013,05	15,3%	23.089,61	28.525,77	23,5%
RECEITAS FINANCEIRAS S/ RIOPREV. (B)	132,77	169,90	28,0%	451,68	1.413,44	212,9%
RECEITA NÃO-FINAN. S/ RIOPREV. (C)	5.082,01	5.843,15	15,0%	22.637,93	27.112,32	19,8%
DESPESAS S/ RIOPREV. (D)	5.091,00	6.287,28	23,5%	20.709,68	24.932,56	20,4%
DESPESAS FINANCEIRAS S/ RIOPREV. (E)	602,53	580,39	-3,7%	2.374,98	2.258,99	-4,9%
DESPESA NÃO-FINAN. S/ RIOPREV. (F)	4.488,47	5.706,89	27,1%	18.334,70	22.673,56	23,7%
RESULTADO PRIMÁRIO S/ RIOPREV. (C-F)	593,54	136,26	-77,0%	4.303,23	4.438,76	3,1%
RES. PRIMÁRIO RIOPREVIDÊNCIA (G)	-42,10	157,79	474,8%	-2.044,44	-1.052,03	48,5%
RES. PRIM. C/ RIOPREV. (C-F) + (G)	551,45	294,05	-46,7%	2.258,79	3.386,73	49,9%

O resultado primário cresceu 49,9% e atingiu o valor de R\$ 3.387 bilhões no acumulado até Agosto.

¹¹ O resultado primário aqui, diferente do que ocorre no governo federal, é apurado pelo valor liquidado, e não pelo empenhado.

oriundas do petróleo ao fundo frente o 4º bimestre de 2009.

III. Receita Estadual¹²

A arrecadação total do quarto bimestre aumentou em 20,1% se comparado ao mesmo período do ano anterior (Tabela 6). Quanto ao acumulado nos oito primeiros meses do ano, o aumento foi de 26,6%.

As receitas correntes obtiveram valor 23,9% maior no bimestre. Este resultado foi impulsionado pelo crescimento das receitas: tributária (+R\$ 853,7 milhões); patrimonial (+R\$ 367,9 milhões) e das transferências correntes (+R\$152,7 milhões). Ver mais detalhes nas seções III.1.1; III.1.2; III.1.3)

As receitas de capital caíram no bimestre (-46,6%), mas no acumulado do ano houve um aumento de 161,7% (Ver detalhes na seção III.2).

III.1 Receitas Correntes

As receitas correntes elevaram-se 23,9% no quarto bimestre em relação ao mesmo período de 2009 (+R\$1.434,4 milhões), alcançando R\$ 7.427,98 milhões. No acumulado do ano, tais receitas atingiram R\$ 31.235,05 milhões (aumento de 23,6%).

As receitas tributárias são as mais representativas no total das receitas correntes. No quarto bimestre de 2010, elas alcançaram o montante de R\$4.504,52 milhões (+23,4% em relação ao mesmo período de 2009), representando 60,6% das receitas correntes; no acumulado do ano, a soma de R\$19.129 milhões equivaleu a 61,2% (detalhes na seção III.1.1).

Tabela 6

DECOMPOSIÇÃO DA RECEITA POR NATUREZA

ESTADO DO RIO DE JANEIRO - JUL-AGO 2009/ JAN-AGO 2010

R\$ milhões

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (JUL-AGO)		var %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN-AGO)		var %
	2009	2010		2009	2010	
TRIBUTÁRIA	3.650,86	4.504,52	23,4%	16.162,92	19.129,45	18,4%
CONTRIBUIÇÕES	146,42	160,82	9,8%	564,51	629,69	11,5%
PATRIMONIAL	1.294,72	1.662,60	28,4%	4.392,04	6.432,73	46,5%
AGROPECUÁRIA	0,11	0,04	-62,0%	0,14	0,12	-13,7%
INDUSTRIAL	1,05	0,05	-95,3%	3,98	2,56	-35,8%
DE SERVIÇOS	50,47	73,57	45,8%	203,12	215,69	6,2%
TRANSF. CORR.	678,71	831,35	22,5%	3.063,68	3.335,13	8,9%
OUTRAS CORR.	171,22	195,03	13,9%	890,31	1.489,69	67,3%
REC. CORR.	5.993,56	7.427,98	23,9%	25.280,71	31.235,05	23,6%
REC. CAPITAL	346,90	185,38	-46,6%	575,17	1.505,45	161,7%
Total	6.340,45	7.613,36	20,1%	25.855,88	32.740,50	26,6%

A Receita Tributária alcançou o montante de R\$ 4.504,52 milhões (+23,2%) e as receitas de transferências R\$ 831,35 milhões (+22,5%) no bimestre.

¹² Desta seção em diante, todas as tabelas levam em consideração as Receitas e Despesas do Rio Previdência.



A segunda mais expressiva no grupo, as receitas patrimoniais, chegaram a 20,6% da receita corrente no acumulado de 2010. Entre julho e Agosto, atingiu o total de R\$1.662,6 milhões, crescimento de 28,4% em relação ao mesmo período de 2009 (ver seção III.1.2).

As receitas de transferências, que se referem aos repasses da União ao Estado do Rio de Janeiro, elevaram-se em 22,5% se comparadas ao quarto bimestre de 2009, atingindo o patamar de R\$ 831,35 milhões. No acumulado, o total verificado de R\$3.335,13 milhões representou aumento de 8,9%.

III.1.1 Receita Tributária

A receita tributária do quarto bimestre de 2010 alcançou o total de R\$4.504,52 milhões, o que representa aumento de 23,4% (+R\$853,66 milhões) em comparação a 2009. Sobre o total acumulado, a variação foi de 18,4% (+R\$2,97 bilhão). Esses resultados positivos correspondem ao incremento do ICMS de R\$671,74 milhões (maiores detalhes mais adiante na seção III.1.1.1) e de R\$ 132,31 milhões do IRRF no bimestre.

A variação do IRRF de (+104,9%) deveu-se a regularização nos repasses do RIOPREVIDÊNCIA ao tesouro do Estado.

O IPVA sofreu redução de 13,0% no 4º bimestre, além do decréscimo de 5,6% no acumulado de janeiro a agosto, ambos se comparados aos mesmos períodos de 2009. Estes resultados ainda são resposta à redução no preço médio dos automóveis da Tabela FIPE de 2010 frente a 2009, e da redução da alíquota para os carros bicomustíveis (*Flex*) de 4% para 3% (Lei 5653 de 06/01/2010).

Tabela 7

RECEITA TRIBUTÁRIA

ESTADO DO RIO DE JANEIRO - JUL-AGO 2009/ JAN-AGO 2010

R\$ milhões

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (JUL-AGO)		var %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN-AGO)		var %
	2009	2010		2009	2010	
RECEITA TRIBUTÁRIA	3.650,86	4.504,52	23,4%	16.162,92	19.129,45	18,4%
ICMS	2.851,28	3.523,03	23,6%	11.833,71	14.228,20	20,2%
Adicional do ICMS	308,66	358,27	16,1%	1.296,65	1.477,70	14,0%
IRRF	126,10	258,41	104,9%	646,10	892,59	38,1%
IPVA	125,08	108,87	-13,0%	1.340,33	1.265,49	-5,6%
ITD e ITBI	64,41	61,08	-5,2%	187,66	293,76	56,5%
Taxas	175,33	194,87	11,1%	858,48	971,71	13,2%



Apesar de queda no bimestre de 5,2% (+R\$ 3,33 milhões), o Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doações – ITD apresentou elevação de 56,5% no acumulado dos oito meses do ano, (+R\$106,11 milhões) em comparação ao mesmo período de 2009. O aumento é explicado pelos esforços de cruzamento de informações sobre doações, principalmente em dinheiro, declaradas no Imposto de Renda de Pessoa Física, realizada no primeiro bimestre de 2010, mediante convênio com a Receita Federal do Brasil. Estes dados permitiram a regularização de diversos contribuintes. Além da quitação de débitos a vista, houve parcelamentos cujos recebimentos ocorrerão ao longo deste ano e dos seguintes.

As receitas de Taxas tiveram crescimento de 11,1% em relação ao quarto bimestre de 2009 (+R\$19,54 milhões). Na comparação entre os oito primeiros meses de 2010 com 2009, o crescimento foi de 13,2% (+R\$113,23 milhões). Deste montante, 65% (+R\$ 73,78 milhões) correspondem somente a taxas de prestações serviços de trânsito do DETRAN.

III.1.1.1 Arrecadação de ICMS por Setor Econômico

Sobre a distribuição setorial da arrecadação do ICMS, os dez setores produtivos com maior participação no bimestre julho/agosto de 2010 equivalem a 76,1% do total arrecadado. De todos os setores somente dois não contribuíram para o crescimento da arrecadação geral do imposto: os setores Químico e petroquímico e Transportes gerais e armazenagens.

O setor petrolífero foi o que mais contribuiu para o crescimento da arrecadação de ICMS (+27,6%). A ênfase é dada no aumento de +19.7% no preço do Brent.

O Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doações – ITD apresentou elevação de 56,5% no acumulado dos oito meses do ano.

Tabela 7.A

EVOLUÇÃO E PARTICIPAÇÃO DOS SETORES DE ARRECAÇÃO DE ICMS
ESTADO DO RIO DE JANEIRO - BIMESTRAL 2009/2010

DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhões		
	part % 2010	var % 10/09	Contrib. para Cresc.
Telecomunicações	15,92%	10,7%	8,0%
Petróleo, combustíveis e gás natural	15,23%	52,9%	27,6%
Energia elétrica	11,39%	5,2%	3,0%
Mercados, lojas e magazines	6,89%	52,1%	12,4%
Metalurgia e siderurgia	5,18%	32,4%	6,6%
Bebidas	4,89%	29,7%	5,9%
Alimentação	4,47%	31,8%	5,7%
Veículos automotores	4,36%	34,1%	5,8%
Têxtil e vestuário	3,90%	28,4%	4,5%
Produtos farmacêuticos e farmoquímicos	3,87%	8,6%	1,6%
Construção civil	3,46%	42,4%	5,4%
Química e petroquímica	3,21%	-17,8%	-3,6%
Perfumaria, cosméticos e higiene pessoal	2,83%	8,0%	1,1%
Madeira, papel e fumo (*)	2,69%	0,0%	0,0%
Transportes gerais e armazenagem	1,93%	-10,6%	-1,2%
Eletroeletrônicos	1,69%	76,5%	3,8%
Comunicação e informação	1,51%	57,6%	2,9%
Outras atividades econômicas	1,42%	68,2%	3,0%
Máquinas e equipamentos em geral	1,19%	19,4%	1,0%
Borracha e plástico	1,11%	62,3%	2,2%
Móveis e utensílios	0,98%	100,4%	2,6%
Médico-hospitalar e odontologia	0,86%	6,4%	0,3%
Informática e óptico	0,66%	33,5%	0,9%
Editorial, gráfica e publicidade (*)	0,37%	35,4%	0,5%
Total das atividades econômicas	100,00%	23,56%	100,0%

(*) Houve reclassificação de algumas empresas.



Quanto ao acumulado o destaque é dado ao setor de mercados lojas e magazines, que teve crescimento de 45,6% em relação ao mesmo período do ano passado. Metalurgia e siderurgia tiveram aumento de 53,4%; e o setor de veículos automotores, sofreu aumento de 40,8% entre os anos (tabela 7.B).

No setor de Mercados, grande parte do crescimento representa o trabalho nas operações de fiscalização no setor, bem como o sucesso do sistema ECF (Emissor de Cupom Fiscal), base para a implantação do concurso Cupom Mania. É importante destacar que a seção 'Lojas de departamentos' e 'Supermercados' têm representação expressiva dentro do setor de Mercados, Lojas e Magazines (47,4% e 33,8% respectivamente) e tiveram aumentos relevantes no ano: 59,1% e 34,7% nesta ordem.

Sobre o setor de Veículos Automotores, o destaque é dado ao aumento da Fabricação de Automóveis, Caminhonetas e Utilitários (+20,1%) e da Fabricação de Caminhões e ônibus (+293,0%)

Já no setor de Metalurgia e Siderurgia, é relevante o crescimento da Produção de Laminados planos de aço e carbono (+98%) nos oito primeiros meses do ano, e que representou 35,1% do total arrecadado no setor.

Esses resultados são consequência do aquecimento da indústria na economia fluminense. Apesar da crise financeira não ter atingido tão intensamente o Estado por este ter suas atividades concentradas no setor de serviços, a indústria está se recuperando e impulsionando o crescimento dos demais setores.

Tabela 7.B

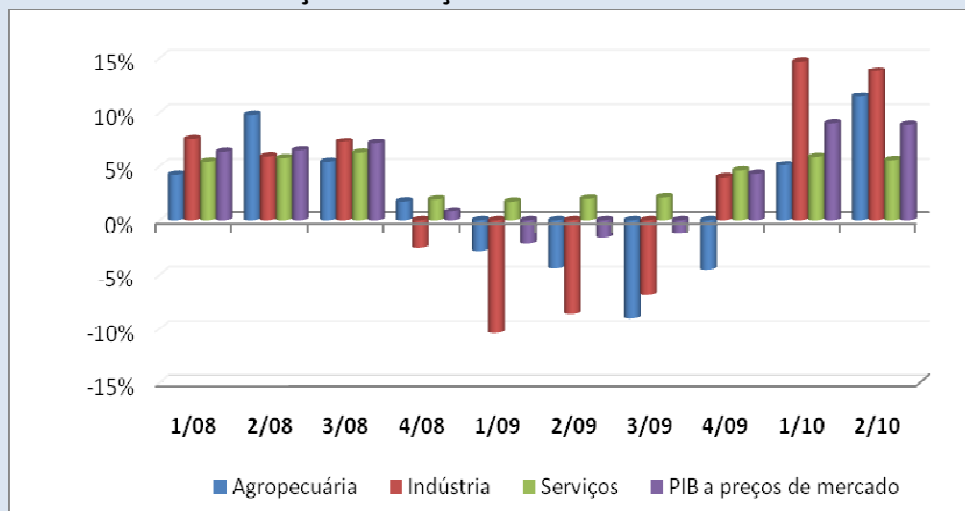
ARRECAÇÃO DE ICMS POR ATIVIDADE ECONÔMICA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO - BIMESTRAL E ACUMULADO 2009/2010

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL		part % 2010	var % 10/09	EXECUÇÃO		part % 2010	var % 10/09
	2009	2010			2009	2010		
	Eletrônicos	33,79			59,65	1,7%		
Móveis e utensílios	17,25	34,58	1,0%	100,4%	51,39	93,83	0,7%	82,6%
Editorial, gráfica e publicidade (*)	9,52	12,90	0,4%	35,4%	24,02	41,79	0,3%	74,0%
Metalurgia e siderurgia	137,73	182,36	5,2%	32,4%	435,07	667,40	4,7%	53,4%
Comunicação e informação	33,69	53,06	1,5%	57,6%	118,42	172,50	1,2%	45,7%
Mercados, lojas e magazines	159,69	242,81	6,9%	52,1%	622,96	906,82	6,4%	45,6%
Veículos automotores	114,62	153,71	4,4%	34,1%	401,13	564,95	4,0%	40,8%
Petróleo, combustíveis e gás natural	360,86	536,38	15,2%	52,9%	1.632,27	2.288,18	16,1%	40,2%
Têxtil e vestuário	107,01	137,38	3,9%	28,4%	379,09	512,26	3,6%	35,1%
Alimentação	119,48	157,50	4,5%	31,8%	481,36	648,55	4,5%	34,7%
Informática e óptico	17,38	23,20	0,7%	33,5%	51,66	66,26	0,5%	28,2%
Construção civil	85,51	121,76	3,5%	42,4%	339,52	410,03	2,9%	20,8%
Bebidas	132,79	172,18	4,9%	29,7%	625,12	752,93	5,3%	20,4%
Borracha e plástico	24,19	39,25	1,1%	62,3%	101,21	116,51	0,8%	15,1%
Energia elétrica	381,33	401,16	11,4%	5,2%	1.822,17	2.077,65	14,6%	14,0%
Madeira, papel e fumo (*)	94,67	94,69	2,7%	0,0%	341,77	384,57	2,7%	12,5%
Produtos farmacêuticos e farmoquímicos	125,63	136,41	3,9%	8,6%	467,69	519,97	3,7%	11,2%
Máquinas e equipamentos em geral	35,08	41,90	1,2%	19,4%	123,75	136,35	1,0%	10,2%
Telecomunicações	506,96	560,99	15,9%	10,7%	2.032,03	2.232,43	15,7%	9,9%
Médico-hospitalar e odontologia	28,40	30,21	0,9%	6,4%	83,97	91,66	0,6%	9,2%
Perfumaria, cosméticos e higiene pessoal	92,35	99,75	2,8%	8,0%	341,59	370,00	2,6%	8,3%
Transportes gerais e armazenagem	75,95	67,91	1,9%	-10,6%	340,59	333,87	2,3%	-2,0%
Química e petroquímica	137,61	113,12	3,2%	-17,8%	477,01	459,22	3,2%	-3,7%
Outras atividades econômicas	29,81	50,14	1,4%	68,2%	411,41	143,19	1,0%	-65,2%
Total das atividades econômicas	2.881,28	3.523,03	100,0%	23,6%	11.833,71	14.228,20	100,0%	20,2%

(*) Houve reclassificação de algumas empresas.

BOX 1 – Panorama Econômico ERJ

O IBGE divulgou em setembro os dados relativos às contas nacionais referentes ao segundo trimestre do ano (abril a junho de 2010). O PIB a preços de mercado cresceu 8,8% em relação ao mesmo trimestre do ano anterior. A subida já era esperada, dada a base deprimida decorrente dos efeitos da crise mundial. Em relação ao mesmo trimestre do ano anterior (ver gráfico 1), a indústria foi o setor mais importante para o aumento do valor adicionado, com alta de 14% no trimestre, seguida pelo setor agropecuário (+11%) e pelo setor de serviços (+6%).

Gráfico 1: PIB setorial – variação em relação ao mesmo trimestre do ano anterior

Fonte: IBGE - Contas Nacionais Trimestrais

Os resultados do segundo trimestre, apesar de menos intensos, repetem o forte ritmo de crescimento do produto observado no primeiro trimestre de 2010. Como observado nos boletins anteriores, a produção industrial brasileira cresceu, em média, 14% no segundo trimestre em relação ao ano anterior (17% em abril, 15% em maio e 11% em junho). O crescimento médio da indústria fluminense, nesse mesmo período, foi de 8% (6% em abril, 10% em maio e 9% em junho).

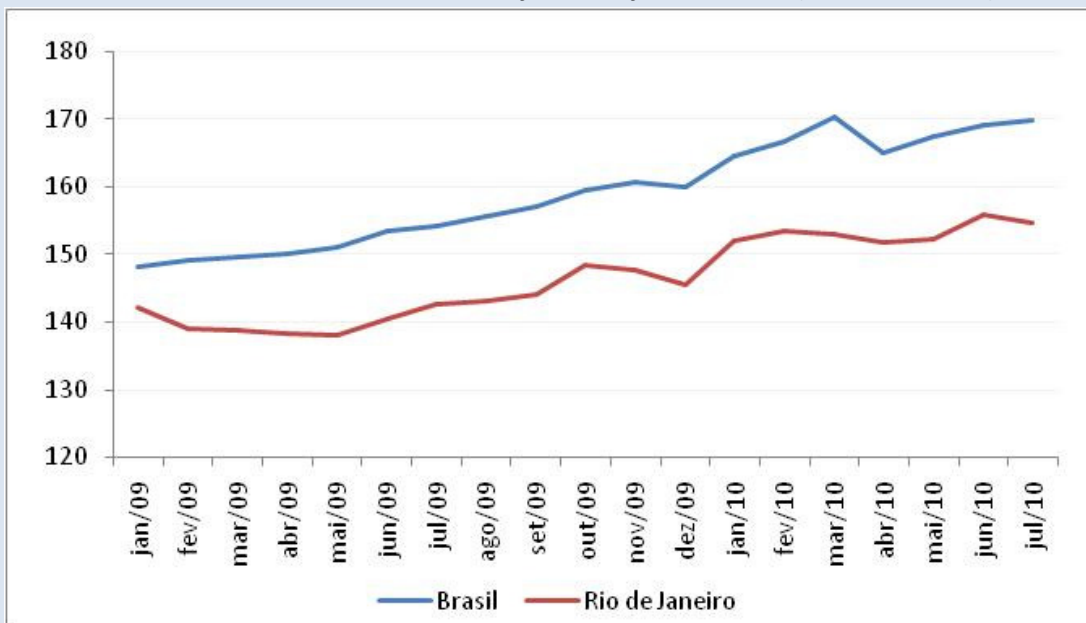
No mês de julho, a indústria brasileira cresceu 4,3% e a fluminense cresceu 3,4%, em comparação ao mês anterior. Com relação ao mesmo mês do ano anterior, e assim evitando o efeito dos fatores sazonais, a indústria brasileira cresceu 8,8% e a fluminense 7,6%. Esse resultado é consequência de dois diferentes fenômenos: de um lado, a indústria extrativa fluminense caiu 5% em julho em comparação ao ano anterior, mostrando comportamento inverso ao que ocorria com a média do país (+10%), por outro lado, a indústria de transformação cresceu 11%, acima da média nacional (+8,7%).

No mês de agosto, a indústria fluminense se destacou em relação à indústria brasileira. Em relação ao mês anterior, cresceu 2,7%, enquanto a indústria brasileira cresceu 2,2%, e com relação ao mesmo mês do ano anterior, o aumento foi de 9,6%, enquanto o aumento nacional foi de 8,9%. Da mesma forma que em julho, a indústria de transformação fluminense foi a responsável pelo crescimento da indústria geral no mês de agosto, com aumento de 14,2% em relação a agosto de ano anterior, ao contrário da indústria extrativa, com queda de 6,6% no mesmo período.

No país, a receita do comércio varejista no mês de julho subiu 3,1% em relação a junho. A mesma estatística para o Rio de Janeiro foi de 1,8%. Com relação a julho de 2009, o crescimento foi de 13,5%

no país e 11% no Rio. O crescimento da receita do varejo pode ser explicada pelo aumento do volume de vendas ou pelo aumento dos preços. Como se observa pelo gráfico 2, a série do volume de vendas, ajustada para fatores sazonais, apresenta trajetória ascendente tanto no Brasil quanto no Rio de Janeiro. E, a inflação, medida pela variação do IPC (calculado pela FGV), ficou em torno de 4% no Brasil e 5% no Estado do Rio de Janeiro, tanto no mês de julho quanto no mês de agosto, relativamente a idênticos meses do ano anterior.

Gráfico 2: Volume de vendas do varejo, com ajuste sazonal (Base 2003=100)



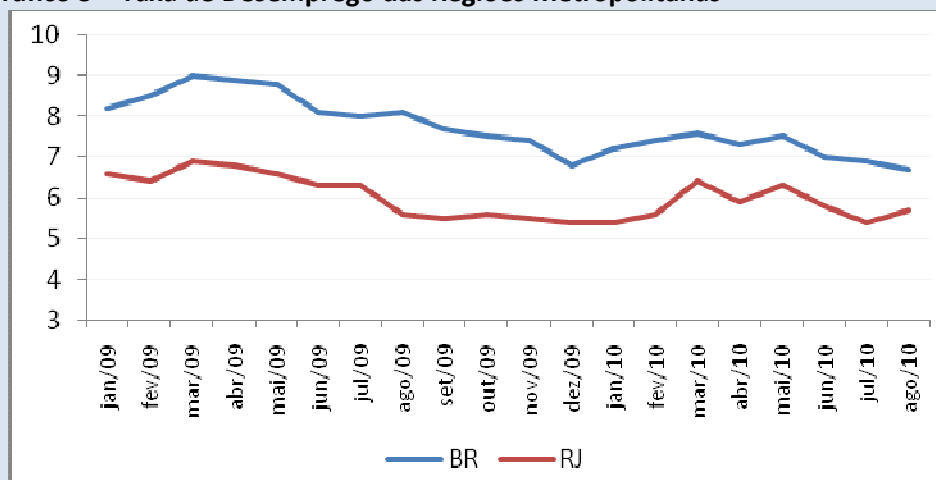
Fonte: IBGE – Pesquisa Mensal do Comércio.

A oferta de trabalho nas regiões metropolitanas do Brasil e Rio de Janeiro, captada pela população economicamente ativa da Pesquisa Mensal do Emprego (IBGE), cresceu nos dois meses do quarto bimestre do ano. Nas regiões metropolitanas brasileiras, a PEA aumentou 0,6% em julho e 0,3% em agosto, ambos em relação ao mês anterior. Especificamente na região metropolitana do Rio de Janeiro, os aumentos foram de 0,2% e 1,2%, respectivamente. Com relação ao mesmo bimestre do ano anterior, a PEA no Rio de Janeiro cresceu em média 2,4% no quarto bimestre, mais do que a média nacional, de 1,9%. Tanto no Brasil quanto no Rio, o crescimento da oferta de trabalho foi impulsionado pelo emprego formal. O número de trabalhadores com carteira de trabalho assinada aumentou, em média, 6% no quarto bimestre do ano, em comparação com o mesmo bimestre do ano anterior, tanto no país quanto no Rio. Idêntico aumento foi verificado nos rendimentos reais dos trabalhadores, já que em julho o salário real aumentou 6% em relação a julho de 2009, no Brasil e Rio de Janeiro. Quanto aos trabalhadores sem carteira assinada, o número diminuiu no país (-1% em média) e aumentou menos no Rio de Janeiro (+2% em média), nos mesmos períodos (quarto bimestre de 2010 contra quarto bimestre de 2009).

A demanda por trabalho também tem indícios de crescimento. Isso porque a queda do índice de desemprego (trajetória descendente taxa no gráfico 3), combinada com a maior oferta, revelam maior disposição dos empresários para contratar trabalhadores. A taxa de desemprego na região metropolitana do Rio de Janeiro foi de 5,4% e 5,7% nos meses de julho e agosto (média de 5,6% no bimestre), contra 6,3% e 5,6% nos mesmos meses de 2009 (média de 6%). Ou seja, a taxa de desemprego média do quarto bimestre de 2010 foi 7% menor do que em 2009. Mesmo padrão é

verificado nas regiões metropolitanas brasileiras, onde a média passou de 8,1% no quarto bimestre de 2009 para 6,8% em 2010 (queda na taxa de desemprego de 16%).

Gráfico 3 – Taxa de Desemprego das Regiões Metropolitanas



Fonte: IBGE – Pesquisa Mensal do Emprego.

PANORAMA DA ECONOMIA FLUMINENSE						
PRODUÇÃO E VENDAS		Variação mensal (%)		Variação em 12 meses (%)		
		jul/10	ago/10	jul/10	ago/10	
Produção na Indústria Geral (1)	BR	4,3%	2,2%	8,8%	8,9%	
	ERJ	3,4%	2,7%	7,6%	9,6%	
Produção na Indústria Extrativa (1)	BR	5,9%	0,2%	10,1%	10,7%	
	ERJ	3,3%	-0,2%	-5,0%	-6,6%	
Produção na Indústria de Transformação (1)	BR	4,2%	2,3%	8,7%	8,7%	
	ERJ	3,4%	3,4%	11,1%	14,2%	
Vendas no Varejo (2)	BR	3,1%	-	13,5%	-	
	ERJ	1,8%	-	11,0%	-	
ÍNDICE DE PREÇOS		Variação mensal (%)		Variação em 12 meses (%)		
Índice de Preços ao Consumidor (3)		jul/10	ago/10	jul/10	ago/10	
		BR	-0,2%	-0,1%	4,4%	4,1%
		ERJ	-0,5%	0,05%	4,9%	4,9%
OCUPAÇÃO E RENDA		Variação mensal (%)		Variação em 12 meses (%)		
Pessoas Economicamente Ativas (4)		jul/10	ago/10	jul/10	ago/10	
		BR	0,6%	0,3%	2,1%	1,7%
		ERJ	0,2%	1,2%	2,1%	2,7%
Rendimento Médio Real do Trabalho (5) (9)	BR	1,3%	-	5,8%	-	
	ERJ	2,5%	-	6,2%	-	
Empregado sem carteira (6)	BR	0,1%	0,5%	-0,5%	-1,2%	
	ERJ	-0,2%	-0,5%	1,7%	3,0%	
Empregado com carteira (7)	BR	0,3%	0,6%	5,0%	6,8%	
	ERJ	0,0%	0,2%	6,0%	5,3%	



DESEMPREGO		jul/10	ago/10	jul/09	ago/09
Taxa de Desocupação (8)	BR	6,9	6,7	8,0	8,1
	ERJ	5,4	5,7	6,3	5,6

Fonte: Elaboração própria da Sefaz-SSEE a partir de séries de dados do IBGE e FGV.

(1) Produção física industrial, sem ajuste sazonal, PIM-PF Brasil (BR) e Regional (RJ) - IBGE. (2) Receita nominal de vendas no comércio varejista, sem ajuste sazonal, PMC - IBGE. (3) índice de Preços ao Consumidor, FGV (RJ e BR). (4) População economicamente ativa, PME-IBGE. (5) Rendimento médio real efetivamente recebido do trabalho principal, a preços de julho de 2010, PME-IBGE. Para o Rio de Janeiro, índice inflacionado pelo INPC da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, e para o Brasil, inflacionado pela média ponderada do INPC das seis Regiões Metropolitanas. (6) População ocupada sem carteira de trabalho assinada, PME-IBGE. (7) População ocupada com carteira de trabalho assinada, PME-IBGE. (8) Taxa de desocupação, PME-IBGE. (9) Os traços se referem a dados ainda não disponibilizados pelo IBGE. Observações: As informações coletadas pela PME se referem às regiões metropolitanas.

III.1.2 Receita Patrimonial e Royalties

As Receitas Patrimoniais obtiveram no 4º bimestre aumento de 28,4% em relação ao mesmo período do ano anterior, o que representa um incremento de R\$367,88 milhões. Este crescimento foi impulsionado principalmente pelo aumento de 25,6% (+R\$ 196,75 milhões) das receitas governamentais de participação especial na produção de petróleo e gás, que montaram a um total de R\$ 965,10 milhões neste bimestre, bem como um aumento de cerca de R\$94,97 milhões (+77,1%) nas receitas de CFT's, se comparado ao mesmo período de 2009.

É preciso notar que, em 2009, vários campos com grande volume de produção (portanto, classificados como “pagadores de participações especiais”) haviam sofrido queda na produção. Por este motivo, o Estado do Rio de Janeiro recebeu recursos de PE bastante reduzidos no ano passado. No acumulado até Junho de 2010, a produção dos grandes campos retornou aos patamares normais, embora nos campos em geral, a produção esteja 1,6% menor em relação ao mesmo período de 2009.

Tabela 8

RECEITA PATRIMONIAL

ESTADO DO RIO DE JANEIRO - JUL-AGO 2009/ JUL-AGO 2010

R\$ milhões

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (JUL-AGO)		var %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN-AGO)		var %
	2009	2010		2009	2010	
RECEITA PATRIMONIAL	1.294,72	1.662,60	28,4%	4.392,04	6.432,73	46,5%
Petróleo	1.085,72	1.309,14	20,6%	3.024,30	4.906,05	62,2%
Royalties	317,00	343,62	8,4%	1.026,38	1.378,55	34,3%
Part. Especial	768,36	965,10	25,6%	1.996,75	3.525,87	76,6%
FEP	0,36	0,42	16,3%	1,17	1,63	39,0%
CFT's	123,10	218,06	77,1%	973,59	1.096,88	12,7%
Aplic. Financeiras	76,43	114,99	50,5%	354,19	346,35	-2,2%
Demais Rec. Patrimoniais	9,48	20,41	115,2%	39,96	83,45	108,8%

No acumulado até Junho a produção de petróleo foi 1,6% menor em relação ao mesmo período do ano anterior.



Adicionalmente, em virtude da crise financeira internacional do ano passado, o preço do barril de petróleo se manteve em patamares muito baixos, o que implicou na redução do lucro líquido dos campos sobre os quais incidem as alíquotas da PE, levando a receitas menores no ano passado se comparado a 2010. A variação do preço do óleo em 19,7% amenizou a valorização da moeda nacional em 10,0% e garantiu maiores receitas de PE.

No acumulado no ano, expurgando as receitas do acordo de Marlim (R\$ 640,8 milhões), a variação nos ganhos de PE foi de 44,5% (+R\$ 888,64 milhões).

O resgate dos CFTs¹³ no quarto bimestre deste ano superou em 77,1% comparado com 2009 (+R\$94,97 milhões). Isto porque no ano passado houve uma concentração dos resgates dos títulos nos quatro primeiros meses. Como consequência, valores menores foram recebidos nos demais meses. Já em 2010, vem ocorrendo distribuição dos resgates mais uniforme, com uma menor concentração ao longo do ano.

Especificamente com relação aos royalties, houve crescimento de R\$26,42 milhões no bimestre (+8,4%), e de R\$ 352,17 milhões nas receitas acumuladas do ano (+34,3%). Entre maio e junho, cuja arrecadação se dá nos dois meses posteriores, o salto observado é atribuído ao aumento no preço médio do barril de petróleo (Tabela 8.A).

Entre julho e agosto a receita de Aplicações Financeiras teve acréscimo de R\$38,57 milhões

Tabela 8.A

Discriminação	Mai - Jun 2009	Mai - Jun 2010	Var. %
Produção (milhões de bbl)	100,96	99,37	-1,6%
Brent (US\$/bbl)	62,96	75,35	19,7%
Taxa de Câmbio (R\$/US\$)	2,01	1,81	-10,0%

A receita de Aplicações Financeiras teve acréscimo de R\$ 38,57 milhões (+50,5%) no bimestre em relação ao mesmo período do ano passado.

¹³ Certificados Financeiros do Tesouro. Cabe lembrar que a receita advinda do resgate desses títulos é resultado da permuta de haveres financeiros com o Tesouro Nacional. Pela troca, o Estado recebeu CFTs, cedendo ativos associados às receitas estaduais da produção de petróleo e gás à União até 2014. Os CFTs não se constituem, portanto, fonte de receita adicional efetiva para o Estado, visto que é um ativo comprado e pelo qual o Estado paga indenizações à União.



em relação ao ano passado, decorrente da variação positiva da SELIC acima de 2009. Além disso, no bimestre passado houve aplicação de recursos oriundos de Operações de crédito junto ao Banco Mundial no valor de R\$879 milhões. No entanto, no acumulado até agosto houve redução de R\$ 7,84 milhões (-2,2%). Apesar de queda gradual da taxa SELIC ao longo de 2009, o índice acumulado daquele ano estava em patamar superior ao acumulado até agosto de 2010.

III.1.3 Receita de Transferências

As receitas de transferências somaram R\$ 3.335,13 milhões (+8,9%) no acumulado no ano e R\$ 831,35 milhões entre julho e agosto (+R\$152,65 milhões). No entanto, houve queda de 28,8% frente a 2009 da receita do SUS (-R\$32,05 milhões) e de 39,5% nas transferências de convênios (-R\$18,95 milhões), embora compensadas pela variação positiva da receita do FUNDEB (+R\$59,24 milhões) e demais transferências da União (+84,02 milhões) (Tabela 9).

O aumento no bimestre nas Demais Transferências da União (+84,02 milhões; +670,5%) se deve ao recebimento de R\$ 78 milhões, transferido pelo FNDE ao Estado do Rio de Janeiro para a construção de escolas em Municípios devastados pelas chuvas no início deste ano.

O esforço de arrecadação estadual ainda está compensando a redução do coeficiente de retorno do FUNDEB¹⁴ ao Estado em 2,96% entre

Tabela 9

RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS
ESTADO DO RIO DE JANEIRO - JUL-AGO 2009/ JUL-AGO 2010

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (JUL-AGO)		var %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN-AGO)		var %
	2009	2010		2009	2010	
	R\$ milhões					
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS	678,71	831,35	22,5%	3.063,68	3.335,13	8,9%
Transf da União	358,15	469,13	31,0%	1.668,49	1.720,18	3,1%
FPE	97,39	110,45	13,4%	453,38	481,55	6,2%
IPI exp	66,52	101,12	52,0%	277,67	360,64	29,9%
IOF	0,01	0,00	-26,3%	0,04	0,02	-63,3%
CIDE	12,91	19,81	53,4%	28,45	66,02	132,1%
SUS	111,33	79,28	-28,8%	572,94	404,92	-29,3%
Salário Educação	43,17	47,62	10,3%	185,31	200,50	8,2%
Lei Kandir	14,30	14,30	0,0%	57,18	57,18	0,0%
Demais Transf. da União	12,53	96,55	670,5%	93,51	149,35	59,7%
FUNDEB	272,79	332,02	21,7%	1.248,37	1.463,54	17,2%
Convênios	47,76	28,91	-39,5%	144,57	149,07	3,1%
Outras Transf. Corr.	0,02	1,30	6522,7%	2,26	2,34	3,6%

¹⁴ O coeficiente de retorno do FUNDEB para o Estado foi alterado de 0,407735100720 em 2009 para 0,395999089041 em 2010 (-2,96%) devido ao maior peso dado aos alunos até a 4ª série; apesar do grande número de alunos no ensino fundamental em escolas estaduais, essa mudança favoreceu os municípios. Dados disponíveis no site: www.fnde.gov.br



2009 e 2010. O aumento das receitas do Fundo que regressaram ao Estado tiveram incremento de R\$ 59,24 milhões (+21,7%) no bimestre, o que permitiu compensar a queda nos valores arrecadados com transferências do SUS e transferências de convênios.

As receitas bimestrais de FPE foram 13,4% superiores em 2010 (e 6,2% no acumulado do ano). Não obstante, houve crescimento de R\$ 34,6 milhões (+52,0%) nas receitas do IPI - exportação do Estado no bimestre. Ambos os desempenhos decorrem de aumento da arrecadação base da União para aquelas transferências em relação a 2009.

Cabe lembrar que a base de 2009 havia sido reduzida devido à política fiscal expansionista da União, com a redução nas alíquotas do IPI de produtos de setores econômicos mais dinâmicos, com a finalidade de auxiliar a economia nacional no enfrentamento da crise internacional.

A contínua queda das receitas do SUS (-R\$ 32,05 milhões; -28,8%) no quarto bimestre ainda se deve à adoção da Gestão Plena de recursos do SUS¹⁵ repassados aos municípios. A expectativa é de que as receitas de transferências do SUS continuem sendo menores ao longo de 2010 quando comparadas a 2009.

Apesar de pouca importância absoluta dentre as receitas de transferências, os convênios tiveram redução de R\$ 18,85 milhões no bimestre do ano (-39,5%), e está relacionado à diminuição de recursos de convênio com a União.

Apesar da redução do coeficiente de retorno do FUNDEB, estas transferências tiveram incremento de 17,2% no acumulado do ano resultado do aumento nas Receitas Tributárias.

As transferências do SUS transitando no orçamento estadual tiveram redução de R\$ 32,05 milhões, enquanto as Transferências de Convênios reduziram em R\$18,85 milhões.

¹⁵ Ver III.1.3 da edição do 2º bimestre.

**III.1.4 Demais Receitas Correntes**

As Demais Receitas Correntes exibiram crescimento tanto no bimestre, de R\$60,24 milhões (+16,3%), quanto no acumulado anual, de R\$675,67 milhões (+40,7%) em comparação ao ano passado. Dentre os motivos, destaque para o aumento da arrecadação estadual das receitas de Serviços, Dívida Ativa, Contribuições e Multas e Juros de Mora.

Na Receita de Serviços foi observado aumento de 45,8% no bimestre (+R\$23,1 milhões). O principal agente deste total positivo foi o crescimento da arrecadação de serviços relacionados à área de saúde como serviços hospitalares e de comercialização de medicamentos, que correspondem a 65% deste incremento (+R\$14,9 milhões). No acumulado até agosto, o crescimento entre os anos foi mais sutil, 6,2%.

A aprovação do REFIS estadual mudou o patamar da arrecadação de Dívida Ativa. Apesar de muitos contribuintes terem quitado suas pendências até o dia 31 de Maio, há ainda receitas provenientes do parcelamento da dívida que garantem incrementos mensais na arrecadação em relação ao ano passado. Neste bimestre, verificou-se o aumento de R\$18,66 milhões (+95,4%) em relação ao mesmo período de 2009, reflexo deste reforço na cobrança dos créditos tributários. No acumulado do ano, a variação positiva foi de R\$150,37 milhões (+42,1%).

O incremento nas receitas de contribuição em R\$14,4 milhões (+9,83%) no bimestre está concentrado no âmbito dos servidores civis ativos e pensionistas. No caso dos servidores ativos, este acréscimo é decorrente dos aumentos salariais concedidos em junho de 2010

Tabela 10

DEMAIS RECEITAS CORRENTES

ESTADO DO RIO DE JANEIRO - JUL-AGO 2009/ JUL-AGO 2010

R\$ milhões

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (JUL-AGO)		var %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN-AGO)		var %
	2009	2010		2009	2010	
DEMAIS RECEITAS CORRENTES	369,27	429,51	16,3%	1.662,07	2.337,74	40,7%
Receita de Contribuições	146,42	160,82	9,83%	564,51	629,69	11,5%
Receita Agropecuária	0,11	0,04	-62,0%	0,14	0,12	-13,7%
Receita Industrial	1,05	0,05	-95,3%	3,98	2,56	-35,8%
Receita de Serviços	50,47	73,57	45,8%	203,12	215,69	6,2%
Multas e Juros de Mora	53,34	65,39	22,6%	194,83	526,52	170,2%
Indenizações e Restituições	16,07	22,96	42,9%	51,93	105,58	103,3%
Dívida Ativa	19,56	38,22	95,4%	357,24	507,61	42,1%
Receitas Diversas	82,25	68,46	-16,8%	286,32	349,97	22,2%

A aprovação do REFIS estadual mudou o patamar da arrecadação de Dívida Ativa. Neste bimestre, verificou-se o aumento de R\$18,66 milhões (+95,4%) em relação ao mesmo período de 2009.



(vide tabela 18). No tocante aos pensionistas, a variação positiva também é derivada dos aumentos salariais e da aceleração nas revisões administrativas dos valores pagos.

Além do acréscimo da receita de Dívida Ativa, o REFIS acaba por provocar o crescimento da arrecadação de Multas e Juros de Mora. No bimestre, esse crescimento foi de 22,6% (+ R\$12,05 milhões); no acumulado até agosto, o aumento verificado foi de R\$331,69 milhões (170,2%).

As receitas de “Indenizações e Restituições” aumentaram em R\$ 6,9 milhões (+42,9%), principalmente em razão das compensações financeiras entre o regime de previdência geral e o regime próprio dos servidores do Estado decorrentes da transição de servidores entre regimes, conforme autorização da Constituição Federal de 1988. Além disso, foram apuradas receitas derivadas de indenizações por danos causados ao meio ambiente, aplicadas pelo Instituto Estadual do Ambiente (INEA) a diversas empresas.

As Receitas Diversas apresentaram queda neste período de 16,8% (-R\$13,79 milhões), sobretudo devido à redução de vendas de bilhetes da Loto Instantânea (-R\$11,9 milhões). Entretanto, no acumulado anual o resultado é positivo: o crescimento de 22,2% é justificado basicamente pela receita do Centro de Estudos Jurídicos (PGE), que somou R\$48,4 milhões no bimestre passado.

Já as receitas agropecuária e industrial, apesar da grande redução percentual no bimestre (-62% e -95,3%, respectivamente), têm pouca importância relativa, uma vez que representam

As receitas de “Indenizações e Restituições” aumentaram em R\$ 6,9 milhões (+42,9%) devido, dentre outras, a indenizações por danos causados ao meio ambiente, aplicadas pelo Instituto Estadual do Ambiente (INEA) a diversas empresas.



montantes pequenos. Juntas, elas obtiveram queda R\$1,07 milhão em relação a 2009.

III.2 Receitas de Capital

No referido bimestre, as Receitas de Capital somaram R\$185,38 milhões, com queda de 46,6% em relação ao mesmo período de 2009 (-R\$161,51 milhões). A principal razão foi a não realização das receitas de transferência de capital. Além desta, com exceção das receitas de alienação de bens, todos os componentes desta receita apresentaram queda no período.

O decréscimo ocorrido neste bimestre nas Transferências de Capital de R\$162,57 milhões (equivalente a -57,7%) diz respeito às transferências de convênios da União, destinados às obras do PAC. No acumulado até agosto há queda pouco mais tênue: -1,4%. O motivo mais relevante para essa redução é o atraso na execução das obras do Arco Rodoviário Metropolitano. Para mais detalhes sobre o PAC, ver seção IV.3.4.

Houve decréscimo entre julho e agosto nas operações de crédito, de R\$23,98 milhões (-91,2%). Isto é reflexo da receita de R\$25 milhões desembolsados pelo BNDES para obras do metrô em agosto de 2009, enquanto no mesmo período deste ano foram verificadas apenas liberações dos contratos vigentes, que ficam a cargo dos credores. Em contrapartida, o total acumulado no ano alcançou a cifra de R\$963,74 milhões (+1001,1%), decorrente principalmente de uma grande operação de crédito externa junto ao Banco Mundial (R\$879 milhões) realizada no bimestre passado.

O fato das amortizações de empréstimos (-35,3%) no bimestre terem alcançado R\$ 25,09 milhões está associado ao retorno do Fundo de

Tabela 11

RECEITA DE CAPITAL

ESTADO DO RIO DE JANEIRO - JUL-AGO 2009/ JUL-AGO 2010

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (JUL-AGO)		var %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN-AGO)		var %
	2009	2010		2009	2010	
	RECEITAS DE CAPITAL	346,90		185,38	-46,6%	
Operações de Crédito	26,30	2,32	-91,2%	80,24	963,74	1.101,1%
Alienação de Bens	0,00	38,83	0,0%	0,44	39,63	8.888,2%
Amortiz. de Empréstimos	38,81	25,09	-35,3%	89,80	103,24	15,0%
Transf. de Capital	281,71	119,14	-57,7%	404,55	398,83	-1,4%
Outras Rec. de Capital	0,08	0,00	0,0%	0,14	0,00	-100,0%

A receita de operações de crédito cresceu 1001,1% no acumulado do ano alcançando R\$ 963,74 milhões.



Desenvolvimento Econômico Social – FUNDES.
No acumulado do ano, houve aumento de R\$ 13,44 milhões em relação a 2009.

Neste bimestre o Estado contou com receita de R\$38,83 milhões provenientes de alienação de bens. Deste saldo, R\$37,94 milhões foram arrecadados através do leilão para a venda de terrenos de áreas remanescentes da construção da Linha 1 do metrô, pertencentes a Rio Trilhos – empresa responsável pela expansão do sistema metroviário e pelo monitoramento dos serviços concedidos de metrô. Este dinheiro será utilizado para a construção da Linha 4 do metrô e para pagamento de antigas dívidas trabalhistas da empresa.



IV. Despesa do Estado do Rio de Janeiro

A Lei nº 5.634, de 04 de janeiro de 2010, que aprovou o orçamento de 2010, fixou a despesa total do Estado em R\$45,54 bilhões, incluindo as transferências para os municípios. Atualmente a dotação orçamentária já atinge R\$49,45 bilhões, com acréscimo de R\$3,90 bilhões (+8,58%) decorrentes da incorporação de recursos provenientes, em sua maior parte, do excesso de arrecadação das Fontes do Tesouro, elevadas em R\$ 2,34 bilhões, dos quais R\$682,83 milhões oriundos de royalties, por conta do acerto de Marlim de anos pretéritos (Tabela 12).

No âmbito das despesas financiadas com operações de crédito, cujo incremento foi de R\$159,17 milhões, incluem-se ações que irão beneficiar diversos municípios, com destaque para execução de obras do Hospital da Baixada (R\$66 milhões) e da Via Light (R\$51,82 milhões); aquisição de equipamentos para o Projeto Patrulha Mecanizada (R\$19,97 milhões) e transferência de recursos para fomento à agricultura, especialmente a agricultura familiar, a cargo do Programa Rio Rural (R\$10,69 milhões), financiado pelo BIRD.

Em outras fontes, o orçamento elevou-se em R\$1,56 bilhões, basicamente distribuídos entre recursos vinculados a convênios e diretamente arrecadados. No âmbito dos recursos vinculados a convênios, o incremento foi de R\$876,75 milhões, sendo R\$846,88 milhões decorrentes de novos convênios, dos quais R\$310 milhões são direcionados para o desenvolvimento de ações de apoio aos Municípios.

Os recursos diretamente arrecadados aumentaram em R\$593,81 milhões, pela incorporação de superávit financeiro (saldo de recursos não utilizados no exercício de 2009). Os

Tabela 12

EXECUÇÃO DA DESPESA TOTAL
JAN-AGO 2009 / JAN-AGO 2010

ANO	DOT. ATUAL	CONTING. .	DISP.	R\$ milhões	
				LIQ. JAN-AGO	% LIQ. / DISP.
2009	42.750	1.111	41.639	25.446	61,11%
2010	49.456		49.456	30.182	61,03%

* Desconsideradas as despesas intra-orçamentárias.

** Exclui Imprensa Oficial e CEDAE
Posição SIG/SIAFEM: 20/09/2010



maiores valores se referem ao Fundo do Tribunal de Justiça (R\$200,00 milhões), ao DETRAN (R\$123,88 milhões) e ao Fundo de Recuperação Econômica de Municípios Fluminenses (R\$64,03 milhões).

De acordo com os valores apresentados na tabela 13, a disponibilidade orçamentária de 2010 é superior a de 2009, em 18,7%, confirmando o bom desempenho das receitas que resultou em maior disponibilidade de recursos para execução de despesas estratégicas do governo, principalmente em investimentos, como será demonstrado a seguir na análise dos gastos por grupo.

Sob o ponto de vista orçamentário (Tabela 14), no âmbito dos gastos do Poder Executivo, a liberação de dotações para efeito de empenho totalizou até o quarto bimestre R\$40,69 bilhões, (7,27 bilhões a mais do que a cota liberada no mesmo período de 2009) que representam 86,9% do disponível. O percentual de utilização do orçamento anual no período é de 66,17% quando considerada a despesa empenhada, demonstrando a regularidade da execução da despesa ao longo do exercício.

A despesa do Executivo cresceu 18,99% nos dois primeiros quadrimestres em comparação ao período equivalente em 2009 (Tabela 15). No âmbito do Legislativo, as despesas da ALERJ e do TCE mantêm níveis próximos ao de 2009. Considerável aumento ocorreu no TJ e no MP basicamente direcionados a despesas de pessoal, por conta de reajustes salariais concedidos a partir de julho de 2010.

IV.1 Despesa por Fonte de Recurso

Mantendo o mesmo desempenho dos bimestres anteriores, os recursos do Tesouro Estadual continuam financiando a maior parte da despesa,

EXECUÇÃO DE DESPESA POR PODERES - ERJ
JAN-AGO 2009 / JAN-AGO 2010

DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhões		
	2009	2010	Δ %
PODER EXECUTIVO*	23.213	27.621	18,99%
OUTROS PODERES	2.233	2.560	14,64%
ALERJ	313	318	1,57%
TCE	215	222	3,30%
TJ	1.330	1.582	18,95%
MP	375	438	16,81%
SUBTOTAL	25.446	30.182	18,61%
DESP. INTRA-ORÇAMENTÁRIA	993	1.244	25,22%
TOTAL GERAL	26.440	31.425	18,86%

Posição SIG/SIAFEM:
20/09/2010

* Exclui Imprensa Oficial e CEDAE

Tabela 14

UTILIZAÇÃO DA COTA ORÇAMENTÁRIA PODER EXECUTIVO
Janeiro a Agosto 2009 e 2010*

Período	Dot. Anual - Poder Executivo	Cota Orçam. Liberada até 2º Quadrimestre	Cota Emp. (Jan-Ago)	% Emp. / Cota	R\$ Mil	
					Cota Liq. (Jan-Ago)	% Liq. / Cota
2009	42.783.599	33.414.076	28.702.708	85,9%	26.439.603	79,1%
2010	46.827.188	40.689.864	30.984.228	76,1%	28.648.814	70,4%

*Inclui despesas intra-orçamentárias / Exclui CEDAE e IO

A despesa do Poder Executivo cresceu 18,99% nos dois primeiros quadrimestres de 2010 em comparação ao período equivalente de 2009.



72,5% (R\$21,88 bilhões) no período jan/agosto, contra 27,5% (R\$8,30 bilhões) de Outras Fontes, embora estas, em relação ao 4º bimestre de 2009, tenham aumentado 13,5%, impulsionadas pelos investimentos realizados no PAC em parceria com o Governo Federal.

No âmbito das despesas financiadas por fontes próprias, o crescimento permanece concentrado no RIOPREVIDENCIA, (79,7%), responsável pelo pagamento de inativos e pensionistas que é custeado, principalmente, pelas receitas de royalties e participações especiais que lhe cabem, conforme legislação vigente, e pelas receitas de contribuição patronal dos servidores ativos.

A aparente variação negativa nas despesas financiadas com recursos de convênios não reflete a realidade, pois, em 2010, essas fontes de recursos foram desmembradas para dar transparência à origem e aplicação dos recursos, principalmente aquelas referentes ao PAC, programa estratégico do Governo. Para a correta comparação devem ser somadas as despesas apontadas nas fontes de recursos 12, 13, 14, 16, 18 e 19. Em 2009, essas despesas somaram R\$ 330,72 milhões e, em 2010, R\$577,39 milhões (+R\$246,67 milhões), incremento de 74,59%. No PAC foram aplicados +R\$ 115,62 milhões, o que equivale a 46,87% do acréscimo nos recursos advindos das fontes de convênios.

Situação idêntica ocorre com as operações de crédito. A partir de 2010 foi criada uma fonte de recursos específica para as despesas de saneamento financiadas com operações de crédito (FR21), que, embora não apresentem execução no período jan/agosto, deverão assumir um ritmo acelerado a partir de setembro, a fim de não comprometer a meta pactuada no TAC firmado com o MP em 2009 (Tabela 16). As demais

Tabela 15

DESPESA LIQUIDADADA POR FONTE DE RECURSO			
DISCRIMINAÇÃO	R\$ MILHÕES		
	2009	2010	VAR %
	JAN-AGO	JAN-AGO	
RECURSOS DO TESOUREIRO	17.901	20.928	16,9%
00 - ORDINÁRIOS PROVENIENTES DE IMPOSTOS	13.493	15.753	16,75%
01 - ORDINÁRIOS NÃO PROVENIENTES DE IMPOSTOS	1.148	857	-25,36%
04 - INDENIZAÇÃO PELA EXTRAÇÃO DO PETRÓLEO	1.914	2.329	21,64%
06 - FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS ESTADOS	328	317	-3,23%
07 - DEMAIS TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO PROVENIENTES DE IMPOSTOS		216	
20 - RESSARCIMENTO DE PESSOAL - ÁREA DE SEGURANÇA		7	
22 - ADICIONAL DO ICMS - FECFP	1.018	1.449	42,35%
RECURSOS DE OUTRAS FONTES	7.545	9.254	22,6%
05 - SALÁRIO EDUCAÇÃO	115	224	95,04%
10 - ARRECADAÇÃO PRÓPRIA - ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	5.541	6.157	11,11%
11 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO ATRAVÉS DO TESOUREIRO	87	659	659,12%
12 - CONVÊNIOS - ADMINISTRAÇÃO DIRETA	203	110	-45,72%
13 - CONVÊNIOS - ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	128	69	-45,96%
14 - CONVÊNIOS PAC - ADMINISTRAÇÃO DIRETA		200	
15 - FUNDEB	1.025	1.085	5,80%
16 - CONVÊNIO - PAC ADMINISTRAÇÃO INDIRETA		60	
18 - CONVÊNIOS INTRAORÇAMENTÁRIOS - ADMIN. DIRETA		116	
19 - CONVÊNIOS INTRAORÇAMENTÁRIOS - ADMIN. INDIRETA		21	
25 - SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE	317	322	1,82%
26 - CONTRIBUIÇÃO DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO - CID	30	53	74,10%
90 - FUNDO DE DEPÓSITOS JUDICIAIS			
95 - RETORNO DE EMPRÉS. DO PROG. DE FOMENTO AGROP. E TECNOL.		17	
97 - CONSERVAÇÃO AMBIENTAL - FECAM			
98 - OUTRAS RECEITAS DA ADM INDIRETA	4	7	56,07%
99 - OUTRAS RECEITAS DA ADM DIRETA	95	154	62,09%
TOTAL GERAL	25.446	30.182	18,61%

*Exclui despesas intra-orçamentárias / Exclui Imprensa Oficial e CEDAE

Fonte: SIG

Posição de 20/09/2010



despesas financiadas com operações de crédito apresentaram considerável aumento (+R\$417,05 milhões) e são fontes de financiamento do Banco Mundial que, ao pagarem despesas alocadas em Encargos Gerais do Estado, liberam recursos do Tesouro para aplicação em investimentos e outros programas estratégicos do Governo.

IV. 2 Despesa por grupo

Até o quarto bimestre, a despesa total, quando comparada ao mesmo período do ano anterior, cresceu 18,61% (+R\$ 4,74 bilhões).

Por conta do reajuste salarial em todos os poderes, constata-se uma sensível variação no grupo de pessoal (+14,20%).

No âmbito do Executivo, o incremento de 15,67%, além do impacto financeiro decorrente de benefícios anteriormente concedidos a partir do 2º semestre/2009, reflete a melhoria na remuneração de 73% dos servidores de diversas categorias a partir de julho, com repercussão no mês de agosto. Os aumentos aprovados, bem como a legislação pertinente, estão demonstrados na tabela 18. Estes atingem 348.745 servidores, distribuídos entre ativos, inativos, pensionistas, servidores de 38 órgãos da administração indireta e de 7 empresas. Ao todo as medidas representarão despesa adicional de R\$450 milhões em 2010. As categorias da área de segurança, que representam 120.287 servidores receberam reajuste de 10% em seus vencimentos. Além desses reajustes as gratificações de encargos especiais, como Bolsa-Formação de R\$350,00 para policiais e bombeiros, R\$500,00 para PMs das UPPs, e de até R\$1.500,00 para o BOPE, continuarão a ser pagas regularmente.

Tabela 16

DESPESAS POR GRUPO*

ESTADO DO RIO DE JANEIRO - DESPESA LIQUIDADADA JAN-AGO 2009 / JAN-AGO 2010

DISCRIMINAÇÃO	R\$ MIL		VAR %
	2009 JAN-AGO	2010 JAN-AGO	
1 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	11.093.081	12.668.312	14,20%
1.1 - EXECUTIVO	4.476.854	5.178.170	15,67%
1.2 - ALERJ	251.643	272.096	8,13%
1.3 - TCE	197.411	205.980	4,34%
1.4 - TJ	1.031.515	1.164.998	12,94%
1.5 - MP	294.335	351.933	19,57%
1.6 - INATIVOS E PENSIONISTAS	4.455.927	5.100.080	14,46%
1.7 - PREVI-BANERJ	377.396	367.573	-2,60%
1.8 - REFER	8.000	27.482	243,52%
2 - JUROS ENCARGOS E AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	2.302.204	2.234.719	-2,93%
3 - DESPESAS DE CUSTEIO**	11.109.896	12.769.851	14,94%
3.1.1 - EXECUTIVO	2.990.399	3.385.199	19,89%
3.1.2 - ALERJ	59.781	46.176	-22,76%
3.1.3 - TCE	17.185	15.668	-8,83%
3.1.4 - TJ	263.708	307.967	16,78%
3.1.5 - MP	62.147	76.696	23,41%
3.1 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	7.716.677	8.738.156	13,24%
3.2.1 - ENCARGOS COM A UNIÃO / INDENIZAÇÃO DE ROYALTIES (EGE)	1.636.337	1.489.822	-8,95%
3.2.2 - TRANSFERÊNCIAS AO FUNDEB	2.141.217	2.603.317	21,58%
3.2.3 - TRANSFERÊNCIAS AOS MUNICÍPIOS	3.939.123	4.645.017	17,92%
4 - INVESTIMENTOS	842.440	2.473.958	193,67%
4.1 - EXECUTIVO	788.201	2.358.575	199,24%
4.2 - ALERJ	2.045	123	-93,97%
4.3 - TCE	554	609	9,98%
4.4 - TJ	34.820	109.084	213,28%
4.5 - MP	16.820	5.568	-66,90%
5 - INVERSÕES FINANCEIRAS	98.877	34.577	-64,85%
TOTAL GERAL	25.446.498	30.181.597	18,61%

*Exclui despesas intra-orçamentárias / Exclui Imprensa Oficial e CEDAE

** Exclui despesas com inativos e pensionistas, previ-banej e REFER consideradas no grupo de despesas correntes

Fonte: SIG

Posição de 20/09/2010

O aumento de 14,20% no grupo de pessoal ocorre por conta do reajuste salarial em todos os poderes.



Tabela 17

QUADRO RESUMO DOS AUMENTOS DE PESSOAL CONCEDIDOS A PARTIR DE JULHO DE 2010
TIPO DE REAJUSTE E LEGISLAÇÃO

TIPO DE REAJUSTE	INSTITUIÇÕES / CARREIRAS	LEI
REAJUSTE 10% EM JULHO	POLÍCIA MILITAR DO ERJ	LEI Nº 5750
	CORPO DE BOMBEIROS DO ERJ	LEI Nº 5750
	POLÍCIA CÍVIL DO ERJ	LEI Nº 5750
	SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA	LEI Nº 5751
	DEGASE* (EXCLUÍDOS AG. DE DISCIPLINA)	LEI Nº 5768
DELEGADOS	DELEGADOS	LEI Nº 5764
REAJUSTE 4,7619% EM JULHO	DEGASE* (AGENTES DE DISCIPLINA)	LEI Nº 5754
REAJUSTE 10% EM JULHO	FUNDAÇÃO SANTA CABRINI	LEI Nº 5763
ANTECIPAÇÃO PARCELA NOVA ESCOLA	DOCENTES SECRETARIA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO	LEI Nº 5755
REAJUSTE 22% EM JULHO (12 PARCELAS) + AUTORIZAÇÃO PARA CRIAÇÃO DE ADICIONAL DE QUALIFICAÇÃO	INSTITUTO ESTADUAL AMBIENTE	LEI Nº 5757
	DETRAN	LEI Nº 5758
	DEPARTAMENTO DE RECURSOS MINERAIS	LEI Nº 5758
	FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESCA DO ERJ	LEI Nº 5758
	INSTITUTO ESTADUAL DE ENGENHARIA E ARQUITETURA	LEI Nº 5758
	DEPARTAMENTO DE ESTRADAS E RODAGEM	LEI Nº 5758
	CENTRO DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO ERJ	LEI Nº 5758
	UERJ - apoio	LEI Nº 5759
	FAPERJ	LEI Nº 5759
	PROCURADORIA GERAL DO ESTADO - apoio	LEI Nº 5760
	UENF	LEI Nº 5759
	CECIERJ	LEI Nº 5762
FAZENDÁRIOS	LEI Nº 5765	
AJUSTE 5% AUTORIZAÇÃO PARA CRIAÇÃO DE ADICIONAL DE QUALIFICAÇÃO	FAETEC, FUNDAÇÃO LEÃO XIII, FUNDAÇÃO PARA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA	LEI Nº 5777
AJUSTES PLANOS - JULHO - (24 PARCELAS + AUTORIZAÇÃO PARA CRIAÇÃO DE ADICIONAL DE QUALIFICAÇÃO	CARREIRÃO - SEPLAG, SEDEIS, SEAPPA, SEFAZ, SEAP, SESEG, SETRANS, CASA CIVIL, SEA, SETRAB, COORD. MILITAR, PMERJ, SEOBAS, OUTROS	LEI Nº 5772
	SUDERJ	LEI Nº 5773
	DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES RODOVIÁRIOS DO ERJ	LEI Nº 5773
	INSTITUTO DE PESOS E MEDIDAS DO ERJ	LEI Nº 5761
EMPRESAS - REAJUSTE 7,5% - JULHO	EMOP	DO 13/05/10 PÁG. 03
	TURISRIO	DESPACHO DO GOVERNADOR DO 09/06
	COMPANHIA ESTADUAL DE HABITAÇÃO DO ERJ	
	EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA DO ERJ	
	EMATER	
COMPANHIA ESTADUAL DE TRANSPORTES E LOGÍSTICA		
PODERES	ALERJ - 5% A PARTIR DE SETEMBRO	LEI Nº 5769
	TCE - 5% A PARTIR DE SETEMBRO	LEI Nº 5769
	TJ - 5% RETROATIVO À MAIO	LEI Nº 5774
	MP - 5% RETROATIVO À MAIO	LEI Nº 5770

As despesas de pessoal dos Outros Poderes aumentaram 12,40% (+R\$220,10 milhões) em relação ao ano anterior, refletindo o aumento de remuneração de 5% concedido a partir de setembro/2009. Percebe-se ainda o pagamento de despesas de exercícios anteriores de pessoal, prática que vem se repetindo no TJ e no MP com valores expressivos. No período janeiro/agosto, essas despesas requereram R\$180,96 milhões: R\$122,67 milhões no TJ, (+ 119,9%) e R\$58,28 milhões no MP (+63,4%). Ainda que sejam de



peçoal, esses gastos não são contabilizados no limite máximo de peçoal da LRF, nem no ano a que se referem, nem no ano em que são pagas.

As despesas de custeio em geral cresceram 14,94% (+R\$1,65 bilhão), dos quais 61,5% correspondem às despesas não discricionárias (Transferências ao FUNDEB e aos Municípios), na esteira do desempenho da arrecadação que vem superando a estimativa do período, conforme descrito na Seção III deste Boletim. Os encargos com a União apresentam variação negativa em decorrência da menor arrecadação de Royalties e Participações Especiais neste exercício. O valor devido de 2010 já foi integralmente pago no primeiro semestre.

No Executivo, o incremento foi de 19,89% (+R\$594,80 milhões), com destaque para a área de Transporte, com incremento de 72,57%, por conta principalmente da implantação do Bilhete Único que requereu R\$88,94 milhões. Em menor escala, as elevações registradas nas áreas de Educação, Saúde e Segurança foram respectivamente de 30,03% (+ R\$448,32 milhões), 22,01% (+R\$184,19 milhões) e 15,35% (+R\$93,14 milhões).

Nos outros Poderes, o crescimento global foi de 10,8% (+R\$43,68 milhões) por conta de redução de 22,76% (-R\$13,61 milhões) dos gastos de custeio da ALERJ, compensado pelo crescimento de 23,41% (+R\$14,55 milhões) no MP e 16,78% (+R\$44,25 milhões) no TJ. Na ALERJ, a variação negativa se dá por conta da transferência de recursos aos municípios atingidos por intempéries, como também pelo cancelamento de R\$ 20 milhões creditados na FAPERJ para implantação de novos Centros de Tecnologia da Informação em municípios do interior.



Seguindo sua trajetória ascendente, o grupo de investimento cresceu 193,67% (+R\$ 1,63 bilhões) quando comparado ao período de janeiro a agosto de 2009. O Poder Executivo foi o fator preponderante para a evolução do investimento, visto que possui um peso maior com relação aos demais Poderes e atingiu um crescimento de 199,24% (+R\$ 1,57 bilhões). É válido mencionar, no âmbito do Poder Legislativo, o aumento dos investimentos no TJ (+R\$ 74,26 milhões) e das reduções na ALERJ (-R\$ 1,92 milhões) e no MP (-R\$ 11,25 milhões), porém nota-se que tais variações não afetaram significativamente a despesa total com investimentos.

Nos investimentos do Legislativo, a redução na ALERJ se deve ao fato de que, no mesmo período do ano passado, houve a aquisição de 35 veículos para uso dos membros da instituição, fato que não se repetiu em 2010. Já no MP, tal redução dos investimentos está ligada à conclusão de obras como a construção da sede do MP em Duque de Caxias e à construção da sede da Promotoria de Justiça em Belford Roxo. Com relação ao Tribunal de Justiça, seu crescimento no grupo de investimento refere-se à edificação, implantação e recuperação física do TJ, além da modernização da infra-estrutura operacional e à operacionalização do processamento jurídico.

Quanto ao Poder Executivo, observa-se que as obras do PAC puxam os investimentos, somando R\$ 549,94 milhões até o quarto bimestre. Além disso, nos meses de julho e agosto, o incremento dos investimentos se deu em função das transferências aos municípios no âmbito do Programa Somando Forças (antigo PADEM) (R\$ 59,17 milhões), dos projetos de melhorias das estradas e rodovias estaduais (R\$ 90,48 milhões), da implantação de novas linhas do metrô (R\$ 27,05 milhões), da ampliação e modernização dos

Os investimentos do poder executivo tiveram crescimento de 199,24% (+ 1,57 bilhões) no período Jan-Ago.

As obras do PAC somaram R\$594,94 milhões até o segundo quadrimestre.



equipamentos da Defesa Civil e do Corpo de Bombeiros (R\$ 26,80 milhões), dos investimentos em transporte escolar (R\$ 40,60 milhões), e da continuidade do projeto de implantação das UPAs (R\$ 10,80 milhões).

Em relação ao PAC, destacam-se as áreas de infra-estrutura urbana e de preservação e conservação ambiental. Estas áreas executaram R\$188,72 milhões entre julho e agosto, o que representa 80,58% do total liquidado no quarto bimestre. Como exemplo, na área de preservação e conservação ambiental, o Projeto Iguaçu utilizou no bimestre (Julho- Agosto) R\$ 56,91 milhões para prevenção e controle de inundações, o que representa 137,86% do que havia sido executado em todo o primeiro semestre de 2010.

Uma das prioridades do atual governo do Estado, a Secretaria de Segurança Pública inaugurou sua 11ª UPP em julho. A comunidade do Salgueiro foi a última contemplada pela UPP, juntando-se ao Morro Dona Marta, Cidade de Deus, Batan, Pavão-Pavãozinho; Chapéu Mangueira; Providência; Ladeira dos Tabajaras; Borel; Formiga e Andaraí.

Ainda a respeito da segurança, vale ressaltar que a SESEG estipulou metas de redução da criminalidade. Entre julho e agosto, o município de Duque de Caxias alcançou o melhor índice de redução da criminalidade no Estado. Como consequência do resultado, os policiais lotados nessas unidades receberão bônus de R\$1.500.

Tais exemplos revelam que os aumentos das despesas com pessoal, custeio e investimento na segurança estão sendo eficazes ao reduzir a criminalidade e melhorar a qualidade de vida da população fluminense.



Tabela 18

PRINCIPAIS INVESTIMENTOS (JAN-AGO 2009 / JAN-AGO 2010)

Em R\$ Mil

INVESTIMENTOS	2009		2010		%Δ 2010/2009	
	EMP.	LIQ.	EMP.	LIQ.	EMP.	LIQ.
PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO - PAC	584.477	228.029	950.642	507.478	62,6%	122,6%
Gestão Ambiental	57.943	46.996	185.711	113.972	220,5%	142,5%
Habitação	17.605	6.788	15.150	7.807	-13,9%	15,0%
Saneamento	133.510	22.204	124.359	24.336	-6,9%	9,6%
Urbanismo	375.419	152.040	625.422	361.363	66,6%	137,7%
TRANSPORTE	387.264	238.004	655.156	507.853	69,2%	113,4%
Melhoria no Sistema de Transporte Ferroviário	19.293	17.220	2.094	1.551	-89,1%	-91,0%
Melhoria no Sistema de Transporte Ferroviário - PET II			2.500	1.502		
Implantação da Estação General Osório	110.894	88.764	46.210	46.210	-58,3%	-47,9%
Implantação de Novas Linhas Metroviárias			41.320	27.048		
Restauração e Melhoria de Rodovias, Rodovias Vicinais e Obras de Arte	130.221	59.568	349.121	289.189	168,1%	385,5%
Contenção de Encostas e Taludes	50.057	44.013	8.049	3.026	-83,9%	-93,1%
Apoio aos Municípios	34.551	11.478	190.840	132.373	452,3%	1053,3%
Demais Investimentos	42.249	16.960	15.022	6.953	-64,4%	-59,0%
SEGURANÇA PÚBLICA	131.701	49.986	286.815	126.867	117,8%	153,8%
Modernização Operacional e Reparelhamento do CBMERJ	58.616	9.747	46.195	45.275	-21,2%	364,5%
Modernização Operacional e Reparelhamento da PCERJ e PMERJ	18.012	5.050	8.303	1.252	-53,9%	-75,2%
Modernização Operacional e Reparelhamento do Sistema Penitenciário	37	4	15.923	7.460	43048,0%	177343,4%
Demais Ações ligadas à Área de Segurança Pública	55.036	35.185	216.393	72.880	293,2%	107,1%
SAÚDE	95.903	32.886	202.518	127.490	111,2%	287,7%
Implantação das Unidades UPA 24 Horas	17.600	6.031	76.578	61.056	335,1%	912,4%
Reforma, Construção e Modernização da Rede Própria de Saúde	54.575	23.921	112.631	58.384	106,4%	144,1%
Demais Ações ligadas à Área de Saúde	23.728	2.934	13.310	8.051	-43,9%	174,4%
EDUCAÇÃO	192.191	119.320	169.056	113.335	-12,0%	-5,0%
Ampliação, Reforma e Reparelhamento de Unid. Educacionais	155.807	90.749	44.121	15.010	-71,7%	-83,5%
Aperfeiçoamento e Modernização Ensino Superior	3.223	372	1.662	382	-48,4%	2,8%
Aperfeiçoamento e Modernização Ensino Profissionalizante						
Implementação, Implantação e Ampliação de Pólos Regionais - Pré-Vestibular			44	42		
Implementação, Reforma e Reequipamento de Unid. Atend Socioeducativo - DEGASE			18.773	4.820		
Demais Ações ligadas à Área de Educação	33.161	28.200	104.455	93.081	215,0%	230,1%
AGRICULTURA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS	4.786	1.906	38.046	34.568	694,9%	1713,5%
Agricultura	2.867	652	30.399	28.441	960,4%	4263,6%
Indústria	85	73	110	46	30,2%	-36,6%
Comércio e Serviços	1.834	1.181	7.536	6.080	310,8%	414,8%
GESTÃO AMBIENTAL E SANEAMENTO	96.126	61.524	211.628	105.540	120,2%	71,5%
Gestão Ambiental	59.791	38.067	119.009	85.831	99,0%	125,5%
Saneamento	36.335	23.457	92.619	19.709	154,9%	-16,0%
ASSISTÊNCIA SOCIAL E DIREITOS CIDADANIA	2.423	1.531	6.970	1.172	187,7%	-23,5%
Ações ligadas à Área de Assistência Social	1.759	1.206	6.191	754	251,9%	-37,5%
Ações ligadas à Área de Direitos da Cidadania	664	325	779	418	17,4%	28,6%
CULTURA, DESPORTO E LAZER	11.995	3.214	21.965	15.970	83,1%	396,9%
Ações ligadas à Área de Cultura	11.974	3.203	16.462	10.805	37,5%	237,4%
Ações ligadas à Área de Desporto e Lazer	21	11	5.503	5.164	26580,4%	46846,4%
URBANISMO, HABITAÇÃO e ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA	53.891	20.470	494.455	275.926	817,5%	1247,9%
Ações ligadas à Área de Habitação e Organização Agrária	35.153	6.237	109.194	74.271	210,6%	1090,8%
Ações ligadas à Área de Urbanismo	18.738	14.233	385.261	201.655	1956,1%	1316,8%
PREVIDÊNCIA SOCIAL	7.615	1.822	19.318	10.951	153,7%	501,0%
ENCARGOS ESPECIAIS - Restituições Recursos de Terceiros			460.059	460.059		
TRABALHO	687	687	327	154	-52,4%	-77,5%
JUDICIÁRIO e LEGISLATIVO	142.795	57.300	278.441	138.937	95,0%	142,5%
ADMINISTRAÇÃO	22.904	14.903	18.483	5.730	-19,3%	-61,6%
COMUNICAÇÕES	911	103	3	3	-99,7%	-97,5%
CIÊNCIA e TECNOLOGIA	12.124	10.754	44.227	41.926	264,8%	289,8%
TOTAL	1.747.792	842.440	3.398.108	2.473.958	120,7%	193,7%
TOTAL (SEM RESTITUIÇÃO DE RECURSOS DE TERCEIROS)	1.747.792	842.440	3.398.049	2.013.899	94,4%	139,1%

Fonte: SIG / Posição de 20/09/2010

IV. 3 Despesa por área de governo

Esta edição do boletim analisa as áreas sujeitas às despesas mínimas de acordo com índice constitucional, Educação, Saúde e Fundo Estadual de Conservação Ambiental – FECAM, além de uma discussão da execução do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC.



IV. 3.1 Saúde – Índice Constitucional

As despesas comentadas no corpo deste texto se referem exclusivamente às financiadas com recursos do Tesouro Estadual e que são consideradas para a apuração do índice constitucional. As despesas financiadas com outras fontes de recursos, inclusive os provenientes do Sistema Único de Saúde – SUS serão comentadas no Box 5 a seguir.

De acordo com a Emenda Constitucional nº 29/2000, os Estados devem aplicar 12% de suas receitas provenientes de impostos e transferências em Ações e Serviços da Saúde. Se considerarmos essa base de cálculo de acordo com as receitas arrecadadas nos dois primeiros quadrimestres de 2010 e a despesa empenhada no mesmo período, o percentual aplicado é de 12,96%. Esse percentual é calculado já com a redução dos cancelamentos de restos a pagar (RP) de exercícios anteriores.

Tal redução precisa ser realizada para que o volume de recursos aplicados em saúde nos exercícios anteriores a 2010 não fique comprometido pelo cancelamento em 2010 de restos a pagar desses exercícios anteriores, afinal estas despesas foram empenhadas e liquidadas, mas não pagas. Logo, contaram para o cálculo do índice no respectivo ano de inscrição da despesa em RP.

O valor aplicado em Saúde nos 2 primeiros quadrimestres de 2010 atingiu o montante de R\$2,02 bilhões, considerando os valores empenhados e R\$1,67 bilhão se tratando da despesa liquidada. O incremento com relação ao mesmo período de 2010 é de 27,4% (com relação ao empenho) e 26,8% (pelo valor liquidado).

Tabela 19

APURAÇÃO DO ÍNDICE DE APLICAÇÃO DE RECURSOS EM SAÚDE COM BASE NA DESPESA EMPENHADA - FR TESOURO

Em R\$ mil

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (JUL-AGO)		EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN-AGO)					
	2009		2010		2009		2010	
Base de Cálculo (Receita)	2.915.689		3.647.206		12.805.932		15.610.656	
Mínimo a ser aplicado em Saúde (12%)	349.883		437.665		1.536.712		1.873.279	
Total da Despesa (I)	EMP	LIQ	EMP	LIQ	EMP	LIQ	EMP	LIQ
	270.098	383.569	352.616	567.242	1.588.632	1.323.497	2.023.692	1.677.724
CANCELAMENTO DE RP (II)							8	
TOTAL DA DESPESA P/ÍNDICE = (I)-(II)	270.098	383.569	352.616	567.242	1.588.632	1.323.497	2.023.684	1.677.715
Índice Const. Aplicado	9,26%	13,16%	9,67%	15,55%	12,41%	10,34%	12,96%	10,75%

Posição: 20/09/2010



A previsão inicial de recursos para a área da saúde no exercício de 2010 era de R\$ 2,60 bilhões, o montante disponível até agosto é de R\$2,69 bilhões, acarretando aumento de R\$87,24 milhões decorrente da incorporação de excesso de arrecadação, fruto do bom comportamento da receita no período. A disponibilidade para o atual exercício é 10,9% maior quando comparada ao mesmo período de 2009.

A execução das despesas na área apresenta um bom ritmo, 75,0% da dotação atual já foi empenhada. As despesas de custeio e pessoal foram responsáveis por 92,3% do total liquidado no período, R\$1,67 bilhões, sendo 45,5% em pessoal e 46,8% em custeio. O grupo de investimentos apresenta uma execução de 4,2% do total (R\$70,9 milhões), valor significativamente (158,7%) maior do que o de 2009. A Tabela 21 demonstra a dotação anual de 2010 e 2009, no período de Janeiro a Agosto e compara a execução no mesmo período.

No âmbito de pessoal, o incremento da despesa de todas as categorias foi 8,1% nos oito primeiros meses de 2010 quando comparada ao mesmo período de 2009. A variação de 8,4% no pessoal ativo (TABELA 22) foi motivada principalmente pelo aumento no âmbito da contratação por tempo determinado, para atender a demanda de serviços decorrente da implantação das novas UPAS (+59,3%). No que se refere ao pessoal militar, a variação de 6,5% é reflexo do reajuste salarial de 5% para pessoal do CBMERJ a partir de outubro de 2009.

No âmbito do custeio, o valor disponível para execução até agosto é de R\$1,22 milhões, revelando aumento de 21,5% em relação ao valor disponível no mesmo período de 2009. A

Tabela 20

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA FUNÇÃO SAÚDE POR GRUPO DE DESPESA FR TESOURO						
DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO ACUMULADA 2009		EXECUÇÃO ACUMULADA 2010		% Δ 2010 / 2009	
	Dot. Atual	Liq.	Dot. Atual	Liq.	Dot. Atual	Liq.
	PESSOAL	1.182.156	706.336	1.177.711	763.340	-0,4%
CUSTEIO	1.002.081	522.721	1.217.724	785.737	21,5%	50,3%
INVESTIMENTOS + INVERSÕES	158.690	27.423	180.126	70.933	13,5%	158,7%
JUROS + AMORT. DA DÍVIDA	86.427	67.017	120.816	57.713	39,8%	-13,9%
TOTAL	2.429.353	1.323.497	2.696.377	1.677.724	11,0%	26,8%

Posição: 20/09/2010

As despesas na Saúde aumentaram 26,8% nos dois primeiros quadrimestres de 2010.

Tabela 21

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA PESSOAL SAÚDE - FR TESOURO						
DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO ACUMULADA (JUL-AGO)		Δ%	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN-AGO)		Δ%
	2009	2010		2009	2010	
	PESSOAL MILITAR	32.371	35.684	10,2%	129.682	138.145
PESSOAL CIVIL	154.644	174.001	12,5%	576.139	624.567	8,4%
Estatutário	79.695	87.563	9,9%	316.985	329.995	4,1%
Contratação por Tempo Determinado	17.738	26.791	51,0%	63.242	100.760	69,3%
Cooperativados	57.210	59.648	4,3%	195.912	193.811	-1,1%
SENTENÇAS, INDENIZAÇÕES E RESSARCIMENTOS	171	136	-20,1%	515	629	22,2%
TOTAL DESPESA PESSOAL SAÚDE	187.186	209.822	12,1%	706.336	763.340	8,1%

Posição: 20/09/2010



execução também apresentou grande incremento, 50,3% (+263,01 milhões).

O maior aumento, em termos percentuais, (+395,4%) ocorreu na transferência de recursos aos Municípios por conta do Programa de Apoio aos Hospitais do Interior – PAHI. A grande meta do programa, que, de janeiro a agosto de 2010, transferiu R\$43,3 milhões aos municípios, é induzir uma reorganização das redes hospitalares dos municípios com até 110 mil habitantes. A finalidade é aumentar a eficiência dos serviços prestados, reforçar e desenvolver o Sistema Único de Saúde (SUS) no Rio de Janeiro.

As despesas com investimentos na saúde no quarto bimestre aumentaram 193,78%, saltando de R\$ 9,14 milhões em 2009 para R\$ 26,84 milhões em 2010. Os principais projetos foram as implantações das UPAs e as reformas, modernizações e construções de unidades de saúde. Ambos respondem por 88,2% do total executado em julho e agosto.

Os dispêndios com as UPAs se intensificaram somando R\$ 10,80 milhões. Nesse período, destaca-se a inauguração da UPA de Nova Iguaçu e a conclusão das UPAs de Rio Bonito e Maricá, previstas para serem inauguradas em setembro. No processo de modernização e construção de unidades de saúde, a construção da Farmácia Central de Dispensação no município do Rio de Janeiro foi concluída e, além disso, 100 novas ambulâncias foram adquiridas.

Tabela 22

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA CUSTEIO SAÚDE - FR TESOURO

Em R\$ mil

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO ACUMULADA (JUL-AGO)		Δ%	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN-AGO)		Δ%
	2009	2010		2009	2010	
	MEDICAMENTOS	24.961		44.036	76,4%	
Em Geral	10.360	13.154	27,1%	18.926	51.180	170,4%
Excepcionais	12.273	25.792	110,2%	46.399	30.011	-35,3%
Mandado Judicial	2.339	5.090	117,6%	3.631	11.282	210,7%
MATERIAL DE CONSUMO	26.985	34.870	29,2%	86.159	103.130	19,7%
Insumo	21.270	25.907	21,6%	68.638	71.028	3,5%
Apoio	5.715	8.962	56,8%	17.521	32.102	83,2%
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	101.618	201.898	98,7%	310.200	461.372	48,7%
Insumo	28.685	95.119	231,6%	84.506	187.060	121,4%
Apoio	67.103	97.301	45,0%	204.309	248.408	21,6%
Utilidade Pública	5.829	9.479	62,6%	21.385	25.904	21,1%
TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS	11.265	45.553	304,4%	18.715	92.720	395,4%
Plano Estadual de Assist. Farmacêutica	11.265	6.774	-39,9%	18.715	22.385	19,6%
Prog. Apoio Hosp. Interior - PAHI		10.787			48.310	
Outros Incentivos - UPA e Atenção Básica		36.731			22.026	
OUTRAS DESPESAS DE CUSTEIO	13.961	5.464	-60,9%	38.691	36.042	-6,8%
TOTAL DESPESA CUSTEIO SAÚDE	178.811	331.819	85,6%	522.721	785.737	50,3%

Posição: 20/09/2010

O Programa de Apoio aos Hospitais do Interior PAHI transferiu no primeiro quadrimestre de 2010 R\$43,3 milhões aos Municípios.



Tabela 23

DESPESAS DE CAPITAL FUNÇÃO SAÚDE (INVESTIMENTOS) RECURSOS DO TESOURO				
UO	HISTÓRICO	JAN-AGO 2010		
		EMP.	LIQ.	PAG.
2501 - SEAP	DEMAIS INVESTIMENTOS	74.889	68.911	68.911
2961 - FES	MODERNIZAÇÃO E AQUISIÇÃO DE ELEVADORES EM DIVERSAS UNIDADES DE SAÚDE	2.365.844	1.361.040	1.121.757
	OBRAS DE CONSTRUÇÃO DA FARMACIA CENTRAL DE DISPENSACAO (RIO DE JANEIRO)	4.261.015	4.028.128	4.028.128
	AQUISIÇÃO DE 100 AMBULÂNCIAS	10.994.000	5.497.000	-
	AUXILIO FINANCEIRO À SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE ARRAIAL DO CABO	250.000	250.000	250.000
	OBRAS DE CONCLUSAO DA CONSTRUÇÃO DO H.G. DE SÃO JOÃO DE MERITI (HOSPITALGERAL DA MULHER)	3.563.709	3.006.994	2.938.599
	OBRAS DE CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE DIAGNOSTICO POR IMAGEM NO CENTRO DO MUNICIPIO DO RIO DE JANEIRO	8.876.379	-	-
	OBRAS DE REFORMA C/ MODIFICAÇÃO DE LAYOUT NAS INSTALACOES EM DIVERSAS UNIDADES DE SAÚDE	3.842.658	35.780	1.968
	ESTUDOS E PROJETOS	680.522	517.624	517.624
	INVESTIMENTOS DIVERSOS	101.387.633	53.435.014	51.907.675
	MOBILIÁRIO EM GERAL	2.189.067	1.230.735	1.098.700
TOTAL FES		138.410.827	69.362.315	61.864.452
2971 - IVB	IMPLANTACAO DE EMPRESAS DE BIOTECNOLOGIA - IVB BIOTEC	372.832	372.832	372.832
	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE (DIVERSOS)	1.135.664	1.129.204	731.629
TOTAL IVB		1.508.497	1.502.037	1.104.461
TOTAL DESPESAS DE CAPITAL SAÚDE		139.994.212	70.933.262	63.037.823

Posição: 20/09/2010



BOX 2 – Despesas da Área Saúde financiadas com Outras Fontes

Além do Tesouro Estadual, as despesas da função saúde são financiadas por recursos provenientes de convênios, do Sistema Único de Saúde (SUS) e os diretamente arrecadados pelo FES, e pelo Instituto Vital Brasil (IVB).

Até agosto de 2010, essa receita somou R\$517,36 milhões, 22,5% (-R\$150,32 milhões) abaixo do realizado em período equivalente de 2009, explicado principalmente pela queda no recebimento de recursos do SUS, decorrente das transferências fundo a fundo para alguns municípios que alcançaram a condição de Gestão Plena, evitando repasse financeiro pelo Fundo Estadual de Saúde.

No caso dos convênios, observa-se que há uma retração de 31,3% explicada fundamentalmente pelo término do convênio firmado com o DETRO, para obras e equipamentos do Hospital do Povo Dona Lindu em Paraíba do Sul. Além disso, houve redução na receita de convênios para aquisição de materiais permanentes e para unidades de atenção especializada em saúde em 2010.

No IVB, a receita aumentou R\$4,93 milhões em função de convênios para produção e distribuição de soros atendendo ao Programa Nacional de Imunização, além da produção e distribuição de 160.500 ampolas.

Invertendo os dados do último bimestre, os recursos próprios arrecadados subiram 10,8% em relação ao mesmo período do ano passado. Tal fato se deve à arrecadação direta do FES (+R\$ 5,51 milhões). No IVB, a menor receita no segundo quadrimestre de 2010 ocorre, em parte, pela perda das receitas para cooperação no desenvolvimento e na produção de medicamentos.

As Tabelas abaixo demonstram a receita e despesa de outras fontes realizadas na área da saúde por Unidade Gestora:

RECEITA REALIZADA DA ÁREA DE SAÚDE FONTES – Não Tesouro

UGE	FR	2009	2010	% Δ 2010 / 2009
SEAP	SUS	2.760	1.692	-38,7%
FES	CONVÊNIOS	24.157	10.769	-55,4%
	RECEITA PRÓPRIA		5.511	
	SUS	611.236	467.152	-23,6%
TOTAL FES		635.393	483.432	-23,9%
FUNESBOM	SUS	1.306	1.862	42,5%
IVB	CONVÊNIOS	2.853	7.786	172,9%
	RECEITA PRÓPRIA	7.726	3.046	-60,6%
TOTAL IVB		10.579	10.832	2,4%
UERJ/HUPE	SUS	17.645	19.545	10,8%
TOTAL CONVÊNIOS		27.010	18.555	-31,3%
TOTAL SUS		632.949	490.251	-22,5%
TOTAL RECEITA PRÓPRIA		7.726	8.557	10,8%
TOTAL GERAL		667.685	517.363	-22,5%

Posição: 20/09/2010



DESPESA DA AREA DE SAÚDE FONTES – Não Tesouro

UGE	FR	JAN-AGO / 2009		JAN-AGO / 2010		% Δ 2010 / 2009	
		EMP.	LIQ.	EMP.	LIQ.	EMP.	LIQ.
FES	CONVÊNIOS	24.960	9.196	2.668	1.431	-89,3%	-84,4%
	RECEITA PRÓPRIA			3.101	7		
	SUS	435.824	296.451	493.099	296.938	13,1%	0,2%
TOTAL FES		460.783	305.647	498.867	298.376	8,3%	-2,4%
FUNESBOM	SUS*			576	563		
IVB	CONVÊNIOS	3.746	2.985	4.472	4.194	19,4%	40,5%
	RECEITA PRÓPRIA	9.406	9.198	2.875	2.753	-69,4%	-70,1%
TOTAL IVB		13.152	12.182	7.346	6.947	-44,1%	-43,0%
UERJ/HUPE	SUS**	19.605	16.353			-100,0%	-100,0%
SEAP	CONVÊNIOS			309	259		
	SUS*	1.807	170	2.040	1.594	12,9%	837,2%
TOTAL SEAP		1.807	170	2.349	1.853	30,0%	989,3%
TOTAL CONVÊNIOS		28.706	12.180	7.448	5.884	-74,1%	-51,7%
TOTAL SUS		457.235	312.974	495.715	299.095	8,4%	-4,4%
TOTAL RECEITA PRÓPRIA		9.406	9.198	5.975	2.760	-36,5%	-70,0%
TOTAL GERAL		495.347	334.352	509.139	307.739	2,8%	-8,0%

* A DESPESA DO SUS NO FUNESBOM E NA SEAP SÃO CLASSIFICADAS NA FUNÇÃO SEGURANÇA.

Posição: 20/09/2010

As despesas liquidadas financiadas com fontes não-Tesouro totalizaram R\$307,74 milhões no segundo quadrimestre de 2010. Este valor é 8% menor que o total executado no mesmo período do ano passado.

Nota-se que a queda na execução está concentrada nos recursos do SUS, uma redução de R\$ 13,88 milhões no total liquidado entre 2009 e 2010. É importante ressaltar, que essa queda ocorre em decorrência da reclassificação dos recursos do SUS destinados ao Hospital Pedro Ernesto da UERJ. Enquanto em 2009 esses recursos eram classificados na Função Saúde, em 2010 passaram a ser classificados como função educação. Como esses recursos somaram até agosto de 2009 R\$16,3 milhões, se não houvesse essa troca de classificação não haveria essa aparente redução da liquidação de recursos do SUS com relação ao mesmo período de 2009.

Ademais, as quedas nos recursos oriundos de convênios e de receita própria indicam que as fontes do tesouro estadual vêm financiando cada vez mais a saúde. Inclusive, o ritmo de execução orçamentária em 2010 caiu para 60,44% no período, frente a 67,50% de janeiro a agosto de 2009.



IV. 3.2 Educação – Índice Constitucional¹⁶

A base de cálculo do índice de aplicação de recursos em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino cresceu 21,9% no 2º quadrimestre de 2010, quando comparada com mesmo período de 2009, devido ao bom comportamento da receita estadual no período. Assim, a aplicação mínima em educação, proporcional ao valor arrecadado no período é de R\$3,90 bilhões. (Tabela 24).

O dispêndio total, no âmbito da função educação, financiada pelas fontes de recursos do tesouro, foi de R\$3,56 bilhões, representando incremento de 16,6% (+R\$509,64 milhões) em relação a 2009.

Quando comparado com a base de cálculo, o percentual de liquidação é de 22,7% da receita, ainda um pouco abaixo do mínimo constitucional exigido, 25%. Analisado pela ótica dos compromissos assumidos (valores empenhados), esse percentual atinge 23,5%. Cabe a ressalva de que este percentual já desconta os restos a pagar inscritos no exercício de 2009 que foram cancelados em 2010 (fato já descrito na Análise do Índice constitucional da Saúde – Seção IV. 3.1 deste Boletim).

A expressiva parcela dos recursos aplicados foi financiada com recursos oriundos do “retorno do FUNDEB” (R\$1,46 bilhão). Estes recursos são

Tabela 24

APURAÇÃO DO ÍNDICE DE APLICAÇÃO DE RECURSOS EM EDUCAÇÃO								
DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (JULHO-AGOSTO)				EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN-AGO)			
	2009		2010		2009		2010	
	EMP.	LIQ.	EMP.	LIQ.	EMP.	LIQ.	EMP.	LIQ.
BASE DE CÁLCULO (receita)	2.915.694		4.240.662		12.805.976		15.610.674	
Mínimo a se aplicado em Educação 25%	728.924		911.802		3.201.494		3.902.669	
Despesa Aplicada no Período (I)	806.106	804.155	839.567	958.601	3.275.138	3.053.419	3.691.592	3.563.059
CANCELAMENTO DE RP (II)							18.760	
TOTAL DA DESPESA P/ ÍNDICE = (I)-(II)	806.106	804.155	839.567	958.601	3.275.138	3.053.419	3.672.832	3.544.299
Índice Const. Aplicado	27,6%	27,6%	19,8%	22,6%	25,6%	23,8%	23,5%	22,7%

FORNE SIG/SAFEEM
Extração 20/09/2010

Tabela 25

FUNDEB-Contribuição do Estado e Transferência Efetiva aos Municípios

Em R\$ milhões

DISCRIMINAÇÃO	JAN-AGO 2009	JAN-AGO 2010	Δ %
Contribuição do Estado	2.141,22	2.603,32	21,6%
Retorno ao Estado	1.246,38	1.463,54	17,4%
Transf.Efetiva aos Municípios	894,84	1.139,78	27,4%

¹⁶ O orçamento da Função Educação engloba as dotações das seguintes UOs:

1801 - Secretaria de Estado de Educação – SEEDUC

1802 – Departamento Geral de Ações Socio-Educativas –Novo Degase

3702 – Encargos Gerais do Estado – EGE/SEFAZ

4041 – Fundação Carlos Chagas de Amparo à Pesquisa - FAPERJ

4043 – Fundação Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ

4044 - Fundação de Apoio à Escola Técnica do Estado do Rio de Janeiro - FAETEC

4045 – Fundação Universidade do Estado do Norte Fluminense Darcy Ribeiro - UENF

4046 - Fundação Centro de Ciências de Educação Superior à Distância – CECIERJ

4047 – Fundação Centro Universitário Estadual da Zona Oeste - UEZO

provenientes de impostos arrecadados pelo Estado, repassados ao FUNDEB de acordo com percentuais estabelecidos pela Lei 11.494/2007 e que retornam ao Estado para financiamento de despesas da rede própria de ensino.

Tal montante de recursos que retornam aos cofres estaduais são apurados de acordo com o coeficiente de matrículas verificado pelo MEC através de censo escolar. A diferença entre a contribuição do Estado ao FUNDEB (R\$2,60 bilhões) e o que lhe foi devolvido (retorno) alcançou R\$1,13 bilhão, montante destinado aos municípios fluminenses (Tabela 26).

Em 2010, o montante de recursos entregue aos municípios aumentou por conta do maior peso dado aos alunos dos anos iniciais do ensino fundamental, majoritariamente atendidos pelos municípios, em detrimento da fração alocada aos alunos do secundário (majoritariamente atendidos pela rede de ensino estadual) e anos mais avançados do fundamental.

Os gastos na educação, financiados com recursos do tesouro aumentaram 16,6% em 2010.

Tabela 26

DESPESA DA FUNÇÃO EDUCAÇÃO POR UNIDADE ORÇAMENTÁRIA

Em R\$ mil

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (JULHO-AGOSTO)			EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN-AGOSTO)			PARTIC. UO DESP TOTAL 2010 (%)
	2009	2010	Δ %	2009	2010	Δ %	
SEEDUC	396.107	470.761	18,8%	1.452.786	1.599.388	10,1%	44,9%
NOVO DEGASE	14.106	19.182	36,0%	53.566	64.635	20,7%	1,8%
EGE/SEFAZ	215.392	265.566	23,3%	894.840	1.139.780	27,4%	32,0%
FAPERJ	30.832	23.951	-22,3%	104.068	116.266	11,7%	3,3%
UERJ	72.673	76.578	5,4%	275.214	307.863	11,9%	8,6%
FAETEC	55.704	82.025	47,3%	204.405	262.104	28,2%	7,4%
UENF	15.258	15.637	2,5%	54.450	56.555	3,9%	1,6%
CECIERJ	2.251	3.144	39,6%	8.637	9.612	11,3%	0,3%
UEZO	1.832	1.757	-4,1%	5.453	6.857	25,7%	0,2%
TOTAL DA DESPESA	804.155	958.601	19,2%	3.053.419	3.563.059	16,7%	100,0%

FONTES: SIG/SIAFEM
Extração 20/09/2010

A análise da despesa por Unidade Orçamentária na Função Educação, financiadas pelos recursos do tesouro demonstram que a maior parte da despesa que integra o total aplicado é gerenciada

pela Secretaria de Educação, 44,9%. Tal fato pode ser justificado pelo atendimento aos alunos da rede física de ensino que abrange a totalidade dos municípios fluminenses.

A análise por grupo de despesa demonstra que os gastos de pessoal no período janeiro a agosto cresceram 13,3% (+R\$217,60 milhões) em relação ao mesmo período do exercício passado. Este incremento ocorreu devido aos benefícios concedidos aos profissionais da área de educação, tais como a Incorporação do Nova Escola, com objetivo de que os envolvidos no processo de aprendizado consigam oferecer educação de qualidade.

A distribuição da despesa de pessoal por unidade orçamentária está demonstrada no Gráfico 1, cuja maior parte (71,1%) concentra-se na SEEDUC, seguida da UERJ (12,2%) e da FAETEC (11,4%).

A execução das despesas de custeio da função (financiadas com recursos do tesouro) cresceram 18,7% (+R\$252,60 milhões), nos dois primeiros quadrimestres de 2010, com relação ao mesmo período de 2009. Este incremento é decorrente principalmente do crescimento das transferências do FUNDEB aos Municípios (Perda Líquida).

Além disso, na FAETEC observou-se um incremento de 54,3% nas despesas de custeio, devido à operacinalização dos Centros Vocacionais Tecnológicos (CVTs). O pagamento de profissionais técnicos para os cursos implantados em diversas regiões pela FAPERJ também contribuíram para o crescimento das despesas de custeio. Na UERJ, o aumento nessas despesas foi de 21,8%, relacionado ao programa de incentivo á permanência dos

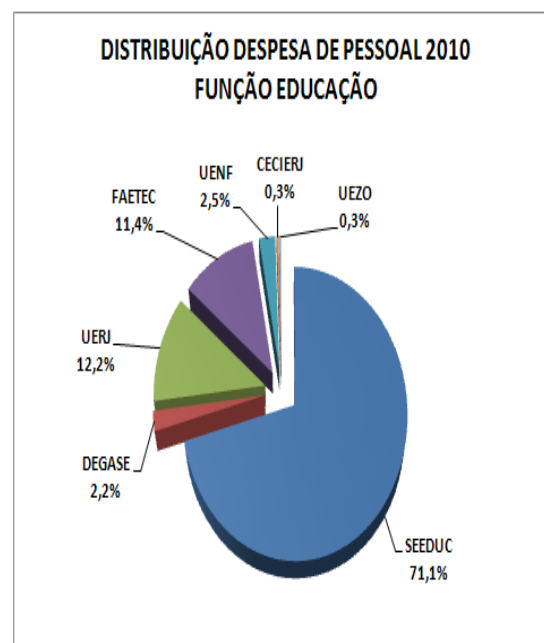
Tabela 27
DESPESA DA FUNÇÃO EDUCAÇÃO POR GRUPO

Em R\$ milhões

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (JULHO-AGOSTO)			EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN-AGOSTO)		
	2009	2010	Δ %	2009	2010	Δ %
PESSOAL	416	494	18,7%	1.639	1.856	13,3%
CUSTEIO	348	400	15,1%	1.349	1.602	18,7%
INVESTIMENTO	40	65	61,2%	62	99	61,0%
INVERSÕES				4	6	49,5%
TOTAL DA DESPESA	804	959	19,2%	3.053	3.563	16,7%

FONTE SIG/SIAFEM

Extração 20/09/2010

Gráfico 1


cotistas, pagamento a estudantes carentes e serviços prestados por estagiários.

Os investimentos, nos dois primeiros quadrimestres de 2010 cresceram 61% em relação ao mesmo período de 2009. Este incremento ocorre principalmente no âmbito da SEEDUC onde foram liquidadas despesas para atender ao “Projeto Segurança e Conforto no Caminho da Escola” com a aquisição de ônibus escolares.

Além disso, a FAPERJ aumentou seus investimentos em R\$ 15,24 milhões decorrente das despesas com o Projeto Pensa Rio, que objetiva apoiar o Estudo de Temas Relevantes e Estratégicos para o Estado do Rio de Janeiro, tais como: evasão escolar, desalento, e marginalidade. Ademais, houve a compra de equipamentos e manutenção dos CVTs.

A aplicação de recursos em inversões financeiras é explicada pela aquisição de imóveis para a expansão da rede escolar.

A Tabela abaixo detalha os investimentos por unidade orçamentária.

As despesas de custeio da FAETEC aumentaram 54,3% devido à operacionalização dos Centros Vocacionais Tecnológicos (CVTs).

Tabela 28

FUNÇÃO EDUCAÇÃO
DESPESA DE CUSTEIO POR UO

Em R\$ mil

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN-AGOSTO)		
	2009	2010	Δ %
SEEDUC	242.456	218.620	-9,8%
NOVO DEGASE	14.690	20.351	38,5%
FAPERJ	94.847	91.799	-3,2%
UERJ	67.291	81.940	21,8%
FAETEC	23.537	36.325	54,3%
UENF	9.182	9.854	7,3%
CECIERJ	2.418	2.834	17,2%
UEZO	142	500	251,9%
SUBTOTAL	454.563	462.223	1,7%
Transf. FUNDEB - Perda líquida	894.840	1.139.780	27,4%
TOTAL GERAL	1.349.402	1.602.003	18,7%

FONTE SIG/SIAFEM

Extração 20/09/2010



Tabela 29

INVESTIMENTOS E INVERSÕES FINANCEIRAS (FUNÇÃO EDUCAÇÃO)
RECURSOS DO TESOURO

Em R\$

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	DESCRIÇÃO	JAN-AGOSTO/2010		
		EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
1801 - SEEDUC	REFORMA E AMPLIAÇÃO DE UNIDADES ESCOLARES EM DIVERSOS MUNICÍPIOS DO ERJ.	24.684.856	9.238.860	7.701.020
	AQUISIÇÃO DE 200 ÔNIBUS ESCOLARES PARA O PROJETO SEGURANÇA E CONFORTO NO CAMINHO DA ESCOLA	40.600.000	40.600.000	40.600.000
	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	7.902.997	5.960.383	2.670.430
	AQUISIÇÃO DE IMÓVEL NA ILHA DO GOVERNADOR PARA IMPLANTAÇÃO DE UNIDADE ESCOLAR	5.613.300	5.613.300	5.613.300
Total SEEDUC		78.801.153	61.412.543	56.584.750
1802 - DEGASE	DESPESA COM ESTUDO E PROJETO PARA ATENDER A REFORMA DO CENTRO DE RECURSOS INTEGRADOS DE ATENDIMENTO AO ADOLESCENTE (CRIAD) DE BARRETO NO MUNICÍPIO DE NITERÓI E REFORMAS EM UNIDADES DO DEGASE	7.352.320	2.816.631	2.305.643
	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1.274.962	384.686	368.744
Total NOVO DEGASE		8.627.282	3.201.317	2.674.387
4041 - FAPERJ	DESENVOLVIMENTO DE ESTUDOS E PESQUISAS ATREAVÉS DA FAPERJ	24.594.808	24.467.309	22.739.753
Total FAPERJ		24.594.808	24.467.309	22.739.753
4043 - UERJ	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	163.295	154.803	143.128
Total UERJ		163.295	154.803	143.128
4044 - FAETEC	OBRAS NAS ESCOLAS DA REDE FAETEC E CETEP NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	16.527.024	12.346.720	9.009.288
	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	4.475.251	2.570.710	2.185.649
Total FAETEC		21.002.275	14.917.430	11.194.937
4045 - UENF	REFORMAS NO CENTRO DE CONVENÇÕES DA UENF	897.438	294.331	245.071
	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	586.766	43.972	16.361
TOTAL UENF		1.484.204	338.303	261.432
4046 - CECIERJ	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	357.888	314.057	148.370
Total CECIERJ		357.888	314.057	148.370
TOTAL		135.030.905	104.805.762	93.746.758



BOX 3 – Despesas da Área de Educação financiadas com Outras Fontes de Recursos

A área de educação conta também com financiamento decorrente de recursos provenientes de convênios, transferências da União/Salário Educação e aqueles diretamente arrecadados.

A arrecadação do Salário-Educação aumentou, nos oito primeiros meses de 2010, 7,9% (+R\$14,73 milhões) com relação ao mesmo período de 2009.

Na SEEDUC, as transferências de convênios apresentaram crescimento de 287,1% (+R\$101,70 milhões) por conta dos recursos oriundos da União acerca do Programa Especial de Recuperação da Rede Física Escolar (R\$ 76,41 milhões), dos Programas de Merenda Escolar (R\$50,40 milhões) e da construção de escolas em atendimento ao plano de ações articuladas denominado “Todos pela Educação”.

Na UENF, os recursos de convênio do FNDE aumentaram 92,2% para atender ao Ensino Superior à Distância desenvolvido pela CECIERJ através da descentralização da universidade para o Centro de Ensino.

A retração da arrecadação de convênios do DEGASE é decorrente do encerramento de alguns convênios e da redução dos recursos repassados com relação ao mesmo período de 2009. Em 2010, o DEGASE só está executando os convênios vinculados ao Instituto Padre Severino e o CRIAD de São Gonçalo e da Ilha do Governador.

As receitas diretamente arrecadadas pelas fundações neste bimestre registraram desempenho positivo com maior relevância na FAPERJ, onde o incremento foi de 281% (+R\$370,00), referente ao contrato de prestação de serviço da FIOCRUZ/FAPERJ.

Sob a ótica da despesa, na SEEDUC, os recursos do Salário Educação representaram 83,8% do gasto total executado com outras fontes de recursos. Nessas despesas custeadas pelo Salário Educação estão incluídas o apoio à

RECEITAS REALIZADAS OUTRAS FONTES - ÁREA EDUCAÇÃO				
TIT.U.O	FR	JAN-AGOSTO 2009	JAN-AGOSTO 2010	Δ %
SEEDUC	Salário-Educação	186.082.622	200.814.739	7,9%
	Convênios	35.423.841	137.128.126	287,1%
SEEDUC TOTAL		221.506.462	337.942.866	52,6%
DEGASE	Convênios	12.180.000	4.021.144	-67,0%
	DEGASE TOTAL	12.180.000	4.021.144	-67,0%
FAPERJ	Diretamente Arrecadados	131.663	501.740	281,1%
	Convênios	42.147.721	13.989.205	-66,8%
404100 Total		42.279.384	14.490.946	-65,7%
UERJ	Diretamente Arrecadados	28.515.940	28.463.596	-0,2%
	Convênios	18.078.049	10.253.476	-43,3%
UERJ TOTAL		46.593.989	38.717.072	-16,9%
FAETEC	Diretamente Arrecadados	49.237	48.700	-1,1%
	Convênios	1.662.072	171.934	-89,7%
TOTAL FAPERJ		1.711.310	220.634	-87,1%
UENF	Diretamente Arrecadados	59.773	76.886	28,6%
	Convênios	8.125.989	15.615.282	92,2%
	Outras Receitas da Adm. Indireta	15.000	-	-100,0%
UENF TOTAL		8.200.762	15.692.168	91,4%
CECIERJ	Diretamente Arrecadados	708.222	993.191	40,2%
	Convênios	1.500.227	1.815.432	21,0%
	Outras Receitas da Adm. Indireta	25.562	1.377.363	5288,4%
404600 Total		2.234.011	4.185.986	87,4%
UENF	Diretamente Arrecadados	8.260	29.200	253,5%
UENF TOTAL		8.260	29.200	253,5%
Total Salário-Educação		186.082.622	200.814.739	7,9%
Total Convênios		119.117.899	182.994.598	53,6%
Total Diretamente Arrecadados		29.473.095	30.113.313	2,2%
Total Outras Rec. Adm. Indireta		40.562	1.377.363	3295,7%
TOTAL GERAL		334.714.178	415.300.014	24,1%

EXECUÇÃO DAS DESPESAS DE OUTRAS FONTES - ÁREA EDUCAÇÃO				
TIT.U.O	FR	JAN-AGOSTO 2009	JAN-AGOSTO 2010	Δ %
SEEDUC	Salário-Educação	114.868.650	224.037.886	95,0%
	Convênio	33.989.879	43.228.147	27,2%
1801 Total		148.858.529	267.266.033	79,5%
DEGASE	Convênio		2.087.300	
1802 Total			2.087.300	
FAPERJ	Convênio	11.296.870	19.126.357	69,3%
4041 Total		11.296.870	19.126.357	69,3%
UERJ	Diretamente Arrecadados	18.786.213	24.674.570	31,3%
	Convênio	10.705.588	8.507.644	-20,5%
4043 Total		29.491.800	33.182.214	12,5%
FAETEC	Convênio	1.750.946	-	-100,0%
4044 Total		1.750.946	-	-100,0%
UENF	Diretamente Arrecadados	14.300	56.711	296,6%
	Convênio	1.486.766	3.672.827	147,0%
4045 Total		1.501.066	3.729.538	148,5%
CECIERJ	Diretamente Arrecadados	636.186	1.088.860	71,2%
	Convênio	611.745	686.940	12,3%
	Outras Rec. Adm. Indireta	-	1.008.597	
4046 Total		1.247.931	2.784.396	123,1%
Total geral		194.147.141	328.175.838	69,0%



Nutrição Escolar, com incremento de 95,0% (+ R\$109,16 milhões) quando comparado ao 2º quadrimestre de 2009. No âmbito da execução de recursos de convênio, na SEEDUC, o incremento de 27,2% na execução é decorrente de convênios com o FNDE para financiamento de ações de Nutrição Escolar e de programas educacionais.

IV. 3.3 FECAM

Além da parcela correspondente aos 5% relativos à receita proveniente de Royalties do Petróleo, no final do exercício de 2009 e neste primeiro semestre de 2010, os recursos destinados a ações de meio ambiente foram suplementados com valores adicionais provenientes do acerto de MARLIM, justificando o crescimento expressivo de 35,68% - Tabela 31.

Para apuração do índice constitucional, ou seja, excluídos os valores referentes ao acerto de Marlim, a previsão para 2010 (R\$252,17 milhões) é 10,7% maior que o valor aplicado em 2009, incluindo os R\$10,5 milhões que foram somados à dotação inicial por conta do excesso de arrecadação estimado para o exercício.

Quando se analisa a despesa realizada, verifica-se uma execução de R\$ 118,93 milhões, que corresponde a 47,17% do total de recursos disponíveis para o exercício. E, quando se considera a despesa comprometida (empenhada) que ainda será executada, o percentual aumenta em 50,26% atingindo R\$ 245,69 milhões.

A Tabela 32 detalha os investimentos do período (JAN-AGO), com destaque para as obras de saneamento executadas pela CEDAE (R\$17,89 milhões), ações de prevenção e controle de inundações, reabilitação da praia de Sepetiba e recuperação do sistema de drenagem da Baixada

Tabela 30

ORÇAMENTO ANUAL FECAM

ÓRGÃO	REALIZADO 2009	DOT. ATUAL 2010	Em R\$ Mil
			Δ% 2009/DOT. ATUAL 2010
SEOBRAS	25.143		
CEHAB	609		
SEA	9.267		
FECAM	82.823	353.473	
INEA	78.423		
RIOTRILHOS	64.255		
TOTAL GERAL	260.521	353.473	35,68%
ACERTO DE MARLIM	32.700	101.300	
TOTAL GERAL (EXCLUÍDO ACERTO DE MARLIM)	227.821	252.173	10,69%

Tabela 31

DISCRIMINAÇÃO	BASE DE CÁLCULO PARA APLICAÇÃO DOS RECURSOS NO FECAM					
	LIQUIDADO					
	Em R\$ milhões					
	EXECUÇÃO BIMESTRAL (JUL-AGO)			EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN-AGO)		
	2009	2010	%	2009	2010	%
Base de Cálculo	1.040	1.265	21,6%	2.881	4.073	41,4%
Mínimo a ser aplicado em FECAM 5%	52	63	21,6%	144	204	41,4%
Total da Despesa	34	51		100	119	
Índice Constitucional Recursos aplicados	3,3%	4,0%		3,5%	2,9%	

*Desconsiderada Receita referente ao acerto de Marlim



Campista (R\$48,54 milhões), este último executado pelo INEA.

Além disso, valores expressivos foram aplicados pela RIOTRILHOS (R\$20,00 milhões) na realização de obras nos sistemas auxiliares do Metrô de Copacabana, na implantação de pilotagem automática no trecho Botafogo - Arco Verde e na sinalização do trecho Cantagalo / General Osório.



Tabela 32

PRINCIPAIS INVESTIMENTOS
JAN-AGO

Em R\$

UNIDADE EXECUTORA	INVESTIMENTOS	EMPENHADO	LIQUIDADADO
EMOP	OBRAS DE MATERIALIZAÇÃO DE ECOLIMITES COM REMANEJAMENTO DE OCUPAÇÕES NAS COMUNIDADES DA ROCINHA, CHÁCARA DO CÉU E PARQUE DA PEDRA BRANCA	10.000.000	9.983.358
SEOBRAS	ABASTECIMENTO DE ÁGUA BAIXADA FLUMINENSE / SÃO GONÇALO	10.482.512	5.383.704
	PLANO DE CONTROLE AMBIENTAL, PROJ.DE MONITORAMENTO ARQUEOLÓGICO E ADEQUAÇÃO DO PROJETO DE ENGENHARIA DA ESTRADA PARQUE DA RJ-165 - PARATY-CUNHA	756.000	455.548
	SANEAMENTO EM TORNO DA BAÍA DE GUANABARA-PAC-RJ	4.027.406	102.296
CEDAE	COMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO DE JACAREPAGUÁ, BARRA DA TIJUCA E RECREIO DOS BANDEIRANTES.	33.162.266	7.557.531
	CONSTRUÇÃO DO SISTEMA DE COLETA E TRANSPORTE DE ESGOTO DO SISTEMA SARAPUÍ	31.000.000	10.342.017
CEHAB	ALUGUEL PROVISÓRIO EM FAVOR DE FAMÍLIAS NAS COMUNIDADES JARDIM BARRO VERMELHO E ROLDÃO GONÇALVES	247.877	247.875
	OBRAS DE CONSTRUÇÃO DE UNIDADES HABITACIONAIS NAS COMUNIDADES ROLDÃO GONÇALVES E JARDIM BARRO VERMELHO, RESPECTIVAMENTE NOS MUNICÍPIOS DE MESQUITA E BELFOR ROXO	954.900	409.806
SEA	PROJETO DO MAPA DE VULNERABILIDADE DO ERJ AOS IMPACTOS DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS NAS ÁREAS SOCIAL, SAÚDE E AMBIENTAL	783.982	533.981
	EXECUÇÃO DO PROJETO AMBIENTAL LOCAL: UMA AGENDA DE FORTALECIMENTO DOS SISTEMAS MUNICIPAIS DE MEIO AMBIENTE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	1.376.635	1.376.635
	CONTRATAÇÃO DE CONSULTORIA TÉCNICA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DO PROJETO ENTULHO LIMPO DA BAIXADA	7.044.405	4.498.355
	RIO LIMPO	6.754.586	5.919.042
INEA	GESTÃO E CONTROLE FLORESTAL	542.003	136.558
	PREVENÇÃO E CONTROLE AMBIENTAL DE INUNDAÇÕES	88.753.835	33.103.531
	EXECUÇÃO DE OBRAS DO PROJETO DE REABILITAÇÃO AMBIENTAL DA PRAIA DE SEPETIBA	17.817.444	10.499.673
	RECUPERAÇÃO DO SISTEMA DE DRENAGEM DA BAIXADA CAMPISTA	4.807.229	4.807.229
RIOTRILHOS	EXECUÇÃO DAS OBRAS - LOTE 2 PROJETO COPACABANA DO METRO	11.397.000	11.397.000
	EXECUÇÃO DOS SISTEMAS AUXILIARES DE ENERGIA - LOTE 2 PROJETO COPACABANA DO METRO	6.879.617	6.879.617
	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DOS SISTEMAS DE PILOTAGEM AUTOMÁTICA DO TRECHO BOTAFOGO/ARCO VERDE	1.285.171	1.285.171
	FORNECIMENTO E MONTAGEM DA SINALIZAÇÃO PROGRESSIVA - TRECHO CANTAGALO/GENERAL OSÓRIO	438.212	438.212
UERJ	PROGRAMA NAS ONDAS DO AMBIENTE	1.318.785	693.427
	PROGRAMA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - PROEEA	2.504.357	1.082.361
	LIXO ZERO	664.579	405.612
<i>Outros Pequenos Investimentos</i>		2.692.278	1.401.000
TOTAL GERAL		245.691.078	118.939.538



BOX 4 – DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM (DER/RJ)

O Departamento de Estradas de Rodagem do Rio de Janeiro – DER/RJ, tem como principal atribuição a conservação e construção de rodovias. Para 2010, o órgão tem uma previsão de gastos de R\$ 931,17 milhões. Deste montante, a grande maioria, 70,77% (R\$658,9 milhões) está disponível para investimentos. As despesas de custeio correspondem a 20,4% (R\$190 milhões) e as de pessoal totalizam R\$ 82,1 milhões (8,8%).

Nos dois primeiros quadrimestres de 2010, a despesa total executada pelo órgão foi de R\$604,059 milhões, um crescimento expressivo, de 98,9% se comparado ao mesmo período de 2009 (+R\$300,3 milhões), como pode ser observado na tabela ao lado. Essa despesa são custeadas, em sua maior parte (92,5%) com recursos do tesouro. O DER conta ainda com receitas oriundas da CIDE (6%) e de arrecadação própria.

No âmbito do custeio, as despesas do DER são destinadas principalmente para a conservação, restauração e melhorias operacionais em diversas rodovias do Estado. O aumento da execução nos dois primeiros quadrimestres de 2010 foi de 4,2% com relação ao mesmo período de 2009.

Por outro lado, os investimentos apresentaram um crescimento muito expressivo no período, 247% (+340,9 milhões). A execução realizada pelo DER corresponde a 17,3% de todo o investimento do Estado do Rio de Janeiro no período de Janeiro-Agosto de 2010.

Em obras e instalações (tabela ao lado), destacam-se: a construção de pontes e viadutos na RJ-149 em Mangaratiba e na rodovia Rio-Friburgo (RJ-122); as obras de terraplanagem e pavimentação da ligação do Município de Valença ao Estado de Minas e da RJ-116 (Itaboraí-Itaperuna); e a construção de contorno rodoviário, da cidade de Barra do Pirai. Além disso, R\$17 milhões foram transferidos diretamente para municípios, através de convênios.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DER/RJ POR GRUPO DE DESPESA (LIQUIDADADA)

Em R\$ mil

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (MAI-JUN)			EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN-AGO)		
	2009	2010	Δ %	2009	2010	Δ %
PESSOAL	25.500	12.267	-51,9%	58.925	49.279	-16,4%
CUSTEIO	32.924	33.865	2,9%	121.286	126.419	4,2%
INVESTIMENTO	67.239	153.213	127,9%	123.460	428.360	247,0%
TOTAL DA DESPESA	125.664	199.345	58,6%	303.670	604.059	98,9%

Fonte: SIG/SIAFEM

Posição: 21/09/2010

INVESTIMENTOS DER POR ELEMENTO DA DESPESA E FONTE DE RECURSOS (JAN-AGO 2010)

Em R\$ Mil

DISCRIMINAÇÃO	FR	EMP.	LIQ.	PAG.
Auxílios	Tesouro	17.000	17.000	17.000
Equipamentos e Material Permanente	Tesouro	49	-	-
	Rec. Próprios	14	14	14
	TOTAL	63	14	14
Obras e Instalações	Tesouro	408.785	323.767	293.265
	Convênios	5.500	2.585	70
	CIDE	56.168	33.648	29.124
	TOTAL	470.453	360.001	322.459
Outros Serv de Terceiros Pessoa Jurídica	Tesouro	70.436	50.088	38.889,5
	CIDE	344		
	TOTAL	70.780	50.088	38.890
Sentenças Judiciais	Tesouro	1.257	1.257	
TOTAL GERAL		559.554	428.360	378.363

Fonte: SIG/SIAFEM

Posição: 21/09/2010

IV. 3.4 Programa de Aceleração do Crescimento – PAC

O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), em parceria com o Governo Federal, visa o desenvolvimento econômico e social por meio de investimentos em infra-estrutura.

Neste ano, a previsão total de gastos com o PAC no Estado do Rio de Janeiro é de R\$2,18 bilhões, incluindo recursos oriundos de convênio com a União, de Operações de Crédito e do Tesouro Estadual. No acumulado de 2010, o orçamento cresceu 47,57% em relação ao total previsto no mesmo período de 2009.

Da previsão para este ano, como pode ser observado no gráfico 2, 42% destinam-se a ações de infra-estrutura urbana, 28% para a Construção do Arco Metropolitano e 19% para ações de saneamento urbano. Os 11% restantes dividem-se em projetos ligados à habitação urbana, preservação e conservação ambiental e organização agrária. (Tabela 34)

Até o quarto bimestre de 2010 foram empenhados em favor do PAC R\$ 998 milhões, valor equivalente a 83,46% do total executado nos exercícios de 2008-2009 (R\$ 1,20 bilhões). Destes, 57% concentram-se em infra-estrutura urbana, 15% em saneamento básico e 14% em transporte rodoviário o que demonstra o foco das esferas federal e estadual na infra-estrutura com a finalidade de potencializar o desenvolvimento social e econômico e melhorar a qualidade de vida da sociedade brasileira.

Gráfico 2

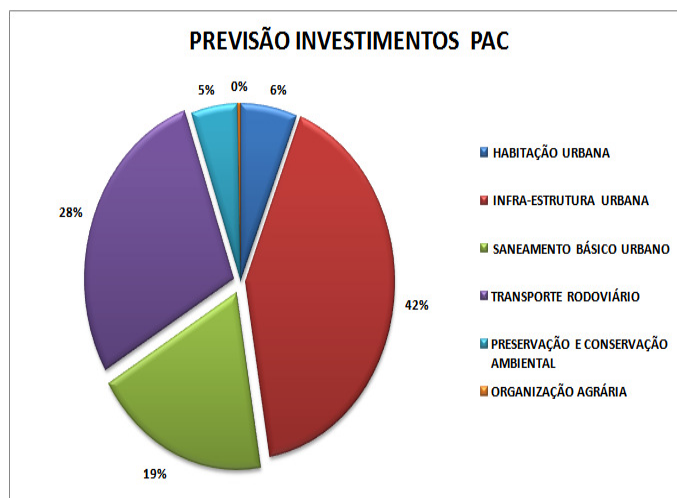
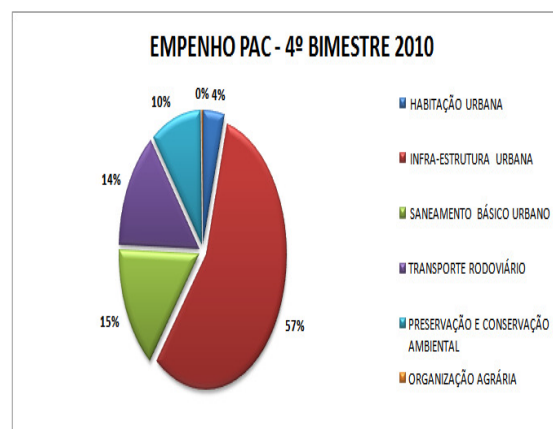


Gráfico 3



Até o quarto bimestre de 2010 foram empenhados em favor do PAC R\$998 milhões, valor equivalente a 83,46% de toda a execução de 2008 e 2009.



Tabela 33

ÁREA DE ATUAÇÃO	PROJETO/ATIVIDADE	EXECUÇÃO		PREVISÃO INVESTIMENTO 2010	EMPENHO 4º BIM 2010	LIQUIDADO 4º BIM 2010	TOTAL INVESTIMENTO TRIÊNIO 2008/2010
		2008	2009				
HABITAÇÃO URBANA	1570 Projetos Habitacionais e cargo do FEHIS	-	4.844.328	69.284.641	8.636.293	1.983.398	74.128.969
	1617 Projeto Morro do Preventório - PAC	4.928.052	11.715.527	20.180.141	3.137.070	2.080.557	36.821.721
	1618 Projeto Bacia dos Rios Iguaçu/Sarapuí - PAC	6.311.403	9.564.253	20.769.732	12.012.500	5.726.816	36.645.388
	5274 Construção de Unidades Habitacionais	22.371.524	19.888.580	20.945.691	17.953.765	14.324.870	63.205.795
TOTAL HABITAÇÃO URBANA		33.608.979	46.012.688	131.180.205	41.739.628	24.115.641	210.801.872
INFRA-ESTRUTURA URBANA	1613 Urbanização da Rocinha - PAC	12.432.194	78.285.394	170.317.237	111.119.861	78.299.923	261.034.825
	1614 Urbanização do Complexo do Alemão - PAC	101.530.012	298.379.587	484.674.937	275.102.707	174.840.205	884.584.536
	1615 Urbanização do Complexo de Manguinhos - PAC	65.947.232	162.216.576	110.592.293	80.055.131	27.658.564	338.756.101
	1616 Urbanização do Pavão-Pavãozinho - PAC	23.993.164	20.509.519	32.658.831	15.810.168	5.214.400	77.161.514
	5273 Recup e Melhorias em Conjuntos Habitacionais	11.046.388	29.845.007	103.746.008	81.058.743	57.252.204	144.637.404
TOTAL INFRA-ESTRUTURA URBANA		214.948.990	589.236.084	901.989.306	563.146.610	343.265.295	1.706.174.379
SANEAMENTO BÁSICO URBANO	1305 Implant Ampli Sist Saneamento Peq Localidades	-	2.061.917	158.443.652	24.848.400	1.311.168	160.505.569
	1606 Saneam Entorno Baía de Guanabara e RMRJ-PAC	4.550.999	19.731.141	99.486.890	16.881.968	2.563.322	123.769.029
	1607 Ampli Abast Água Baixada e S Gonçalo - PAC	27.828.087	68.767.271	151.944.756	105.057.024	20.662.257	248.538.114
	1608 Melhoria Prod Parque Tratam Água Guandu-PAC	1.002.857	1.299.511	5.046.919	2.419.642	1.110.184	7.349.287
TOTAL SANEAMENTO BÁSICO URBANO		33.379.943	91.859.839	414.922.217	149.207.034	25.646.931	540.161.999
TRANSPORTE RODOVIÁRIO	1039 Impl Pav Segm C Arco Rodov Metropolitano- PAC	13.713.767	48.992.925	615.399.352	141.730.712	74.949.288	678.106.045
PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL	1534 Projeto Iguaçu - PAC	16.616.306	107.189.738	109.381.075	100.310.838	80.833.321	233.187.119
ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA	2204 Regulariz Fund e Consolid de Assent Humanos	465.011	731.072	7.163.523	2.686.776	1.127.360	8.359.607
TOTAL PAC - ERJ		312.732.996	884.022.346	2.180.035.678	998.821.599	549.937.837	3.376.791.021

A tabela acima confirma que a maior parcela do PAC continua sendo destinada a Infra-Estrutura Urbana. Já foram comprometidos 62,43% do total previsto para o presente exercício. Somente nos meses de julho e agosto foram liquidados R\$131,81 milhões, o que significa um ritmo mais acelerado de execução do que o observado no primeiro semestre de 2010.

Apesar da dificuldade inicial em função dos diversos entraves relacionados às desapropriações e ao remanejamento de cerca de 25 mil pessoas, os projetos na comunidade da Rocinha já apresentam o melhor índice de liquidação na área de infra-estrutura urbana, com relação a previsão para 2010 (45,97%). Isso reflete a melhoria no andamento das obras na região, onde até o 4º bimestre foram entregues um Complexo Esportivo, um Complexo de Atendimento à Saúde (que abrange uma Unidade de Pronto Atendimento, um Centro de Saúde da família e um Centro de Atenção Psicossocial) e, mais recentemente foi concluída a construção da passarela que liga a comunidade ao Complexo Esportivo.

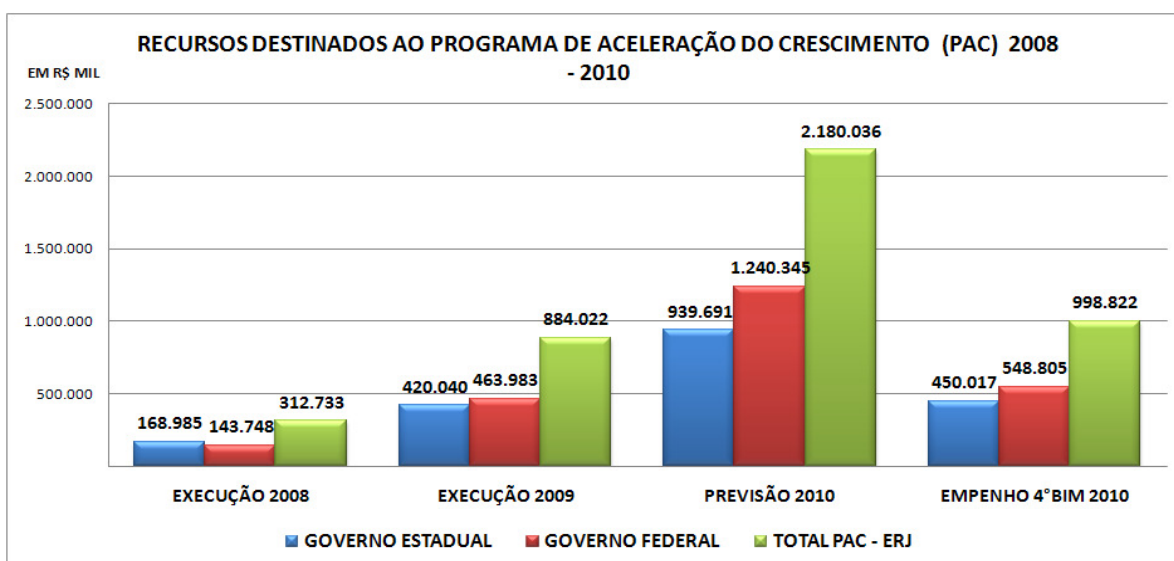


A área de preservação e conservação ambiental também apresenta bom desempenho de execução, visto que o Projeto Iguaçu já liquidou 73,90% da sua previsão para o exercício de 2010.

O Gráfico 4 apresenta a execução dos anos 2008 e 2009 além da previsão atualizada para 2010 e seu empenho até agosto. Comparando com a previsão de investimento do primeiro semestre, observa-se uma participação maior do Estado na aplicação dos recursos do PAC.

No quarto bimestre, houve um acréscimo de R\$ 24,25 milhões financiado integralmente pelo governo estadual. Todo esse valor foi direcionado para a urbanização da Rocinha, o que possibilitou uma melhor execução das obras na comunidade, comprovando o que fora descrito anteriormente.

Gráfico 4



IV.4 Cota Financeira¹⁷

No 4º bimestre do ano houve um aumento na porcentagem de utilização da cota financeira (74,7% no total). Esta evolução ocorreu em função da nova metodologia de redistribuição de saldos implantada pela SEFAZ que fez com que os órgãos adotassem um melhor planejamento e uma melhor gestão de seus recursos.

No âmbito das fontes de recursos do Tesouro o percentual de utilização também avançou quando comparado ao bimestre anterior, passando de 94% para 97,2%. O mesmo período de 2009 apresentou uma taxa de utilização de 89,3% o que comprova a eficácia da nova metodologia de redistribuição de 75% do saldo remanescente para os meses subseqüentes.

Por outro lado, a utilização de outras fontes não variou diante do acumulado no primeiro semestre, mas em relação ao segundo quadrimestre de 2009 mostrou um tímido crescimento de 0,6%.

A cultura de planejamento financeiro iniciada em 2008 começou a apresentar resultados e a tornar-se realidade. Para evitar o prejuízo do cancelamento do saldo, há maior transparência nos demonstrativos apresentados. Como consequência previne-se o excesso de liquidez, que poderia sobrecarregar o caixa do Tesouro.

Para a liberação de cota financeira de Outras Fontes, considera-se a receita realizada até o período ou a projeção de entrada de receita ajustada pelo órgão. Basicamente, estas receitas são provenientes de convênios com destinação específica e segue cronograma de repasse estabelecido pelo conveniente.

Tabela 34

FR	Em R\$ mil			
	COTA FINANCEIRA LIBERADA (JAN-AGO)	COTA FINANCEIRA UTILIZADA (JAN-AGO)	DESPEZA PAGA (JAN-AGO)	% UTILIZAÇÃO
TESOURO	3.579.238	3.478.827	3.189.238	97,2%
OUTRAS FR'S	2.632.728	1.163.473	988.304	44,2%
TOTAL	6.211.966	4.642.301	4.177.541	74,7%

¹⁷ Os valores apresentados na Tabela 34 estão acumulados.



V ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA

V.1 Cota Financeira

No 4º bimestre de 2010, tanto os valores da Cota Financeira pertinente às fontes de recursos do Tesouro como das demais fontes sofreram uma elevação superior a 45%. No caso das fontes de recursos do Tesouro, até o mês de junho havia sido liberado R\$ 2,44 bilhões de cota, passando para o montante de R\$ 3,56 bilhões até agosto. Já para as demais fontes, o aumento foi de R\$ 1,76 bilhão para R\$ 2,63 bilhões (49,4%).

Além de uma maior liberação de cota financeira, sua utilização para as fontes do tesouro também aumentou, passando de um percentual de utilização de 93,97%, até o 3º bimestre, para 97,18%, no 4º bimestre. Já o percentual de emprego da fração da cota referente às demais fontes de recurso permaneceu inalterada em 44%.

No tocante à emissão das Programações de Desembolso¹⁸ com recursos do Tesouro, as áreas prioritárias utilizaram aproximadamente 97% da Cota Financeira liberada.

V.2. Pagamento de PD's

A despeito do aumento da cota financeira liberada, a Secretaria de Estado de Fazenda (SEFAZ) continua mantendo a celeridade na execução das obrigações suportadas com recursos do Tesouro. O prazo médio de pagamentos, praticado no 4º bimestre de 2010, foi de 12 dias para áreas prioritárias e 20 dias para áreas não prioritárias (Tabela 37), enquanto que no mesmo período de 2009, os prazos eram de 12 dias para áreas

¹⁸ Cota Financeira utilizada

Tabela 35

ACOMPANHAMENTO DOS GASTOS ATÉ AGOSTO DE 2010					
R\$ MIL					
FR	DESP. EMPENHADA (A)	DESP. LIQUIDADADA (B)	COTA FIN. LIBERADA (C)	COTA FIN. UTILIZADA (D)	DESP. PAGA (E)
FR- TESOURO	4.481.521	3.551.317	3.561.338	3.460.928	3.189.238
FR- OUTROS	2.225.363	1.209.519	2.632.728	1.163.473	988.304
TOTAL GERAL	6.706.884	4.760.836	6.194.066	4.624.401	4.177.541

Fonte: SIG e SIAFEM
Obs.: Posição Acumulada até Agosto/2010

FR	(B)/(A)	(B)/(C)	(D)/(B)	(D)/(C)	(E)/(D)
FR- TESOURO	79,24%	99,72%	97,45%	97,18%	92,15%
FR- OUTROS	54,35%	45,94%	95,19%	44,19%	84,94%
TOTAL GERAL	70,98%	76,86%	97,13%	74,66%	90,94%

Fonte: SIG e SIAFEM
Obs.: Posição Acumulada até Agosto/2010

Tabela 36

ACOMPANHAMENTO DOS GASTOS ATÉ AGOSTO DE 2010 POR ÁREAS FR TESOURO					
R\$ MIL					
ÁREA	DESP. EMPENHADA (A)	DESP. LIQUIDADADA (B)	COTA FIN. LIBERADA (C)	COTA FIN. UTILIZADA (D)	DESP. PAGA (E)
EDUCAÇÃO	361.355	294.720	297.381	288.101	273.384
SAÚDE	1.185.709	916.625	882.617	880.175	804.909
SEGURANÇA	299.603	259.951	273.602	257.175	237.690
DEMAIS ÁREAS	2.654.816	2.080.021	2.107.738	2.035.478	1.873.254
TOTAL GERAL	4.481.521	3.551.317	3.561.338	3.460.928	3.189.238

Fonte: SIG e SIAFEM
Obs.: Posição Acumulada até Ago/2010

ÁREA	(B)/(A)	(B)/(C)	(D)/(B)	(D)/(C)	(E)/(D)
EDUCAÇÃO	81,55%	99,11%	97,75%	96,88%	94,89%
SAÚDE	77,31%	105,85%	96,02%	99,72%	91,45%
SEGURANÇA	86,77%	95,01%	98,93%	94,00%	92,42%
DEMAIS ÁREAS	78,94%	96,68%	97,86%	96,57%	92,03%
TOTAL GERAL	79,24%	99,72%	97,45%	97,18%	92,15%

Fonte: SIG e SIAFEM
Obs.: Posição Acumulada até Ago/2010

Tabela 37

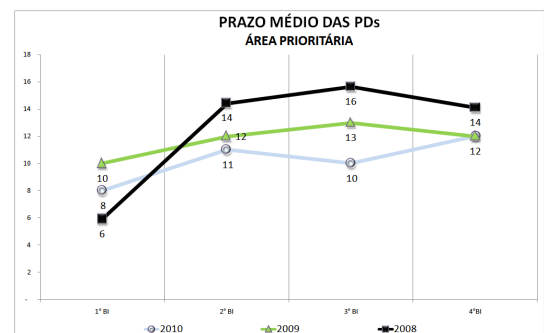
PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTOS DAS PD's

4º BIMESTRE DE 2010

ÁREAS	PRAZO MÉDIO
PRIORITÁRIA	12
NÃO PRIORITÁRIA	20
Total geral	16

Fonte: Sistema de Apoio ao Tesouro Estadual - SATE

Gráfico 5



prioritárias e 18 dias para áreas não prioritárias. Apesar do aumento de dois dias no prazo médio dos pagamentos das áreas não prioritárias, ao longo de 2010, o Tesouro praticou, em média, prazos inferiores aos de anos anteriores, como os verificados nos anos de 2009 e 2008 (Gráfico 5 e Gráfico 6).

Nos meses de julho e agosto, 78,5% das PD's pagas foram honradas em até 30 dias após a data de sua emissão. Cabe observar que o Tesouro vem priorizando os pagamentos das despesas executadas nas áreas da Saúde, Educação e Segurança. Nestas áreas, cerca de 100% das PD's emitidas pelas áreas prioritárias foram pagas em até 30 dias.

V.3 Administração do Saldo de Caixa do Tesouro

O Comitê de Política Monetária (COPOM), na 152ª reunião, realizada nos dias 20 e 21 de julho de 2010, elevou a taxa Selic em 0,5 p.p., passando a vigorar a taxa de 10,75% a.a., esse aumento, mais cadenciado, pode sinalizar um possível encerramento do ciclo de elevação da taxa básica de juros no curto prazo. O rompimento do ciclo, pode ser motivado pela queda da expectativa de inflação para o final de 2010 e 2011, aproximando-se do centro da meta.

A sucessão de aumentos da taxa Selic no ano de 2010, que já representa um crescimento acumulado de 3 p.p da mesma, atrelada à manutenção do desempenho dos fundos exclusivos (99% CDI), vem beneficiando a rentabilidade das aplicações do Tesouro, com uma superação média de 6,5%, por bimestre.

Gráfico 6

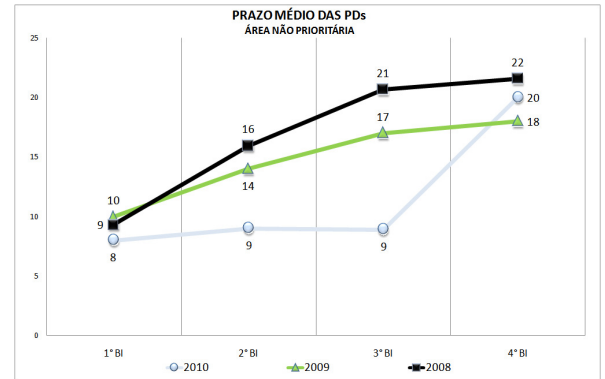


Gráfico 7

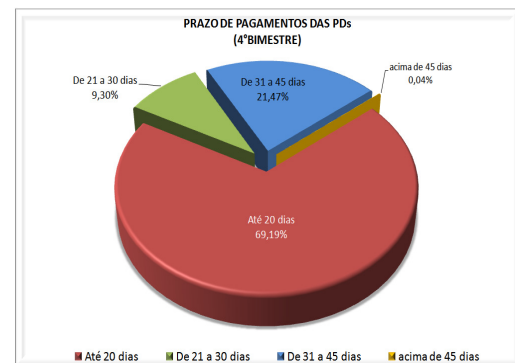
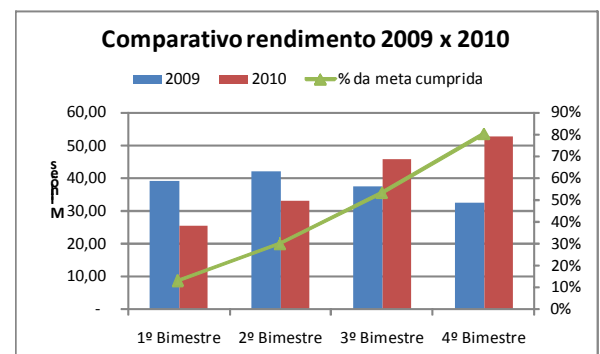


Gráfico 8



Assim, no contínuo esforço de melhorar a aplicação financeira dos recursos, duas diretrizes merecem atenção, a saber:

- A incessante tentativa de reduzir a taxa média ponderada da administração, que teve como resultado a queda de 20% de 2008 para 2010; e
- A criação do Comitê de Investimento, resolução SEFAZ nº 318, de 04 de agosto de 2010, com incumbência de elaborar e deliberar sobre as propostas mensais e anuais de investimento do Tesouro do Estado.

Com isso, o Tesouro Estadual, no 4º bimestre de 2010, atingiu 80% da meta de receita financeira prevista na LOA, para 2010.

Após três elevações consecutivas da taxa básica de juros, e alguns indicadores econômicos apontarem uma possível desaceleração da economia, a curva de juros (Gráfico 10) foi ajustada para baixo, no curto prazo, apresentando uma previsão da taxa Selic, para o final de 2010, de 10,75% a.a. e de 11,50% a.a. para o final de 2011.

V.4 – Adimplemento de concessionárias e prestadores de Serviços Públicos

O Tesouro Estadual desembolsou 137 milhões para pagamento de serviços públicos essenciais prestados aos órgãos e às entidades estaduais, entre janeiro à agosto do corrente ano. Esse montante corresponde aproximadamente a 82% do total faturado pelas concessionárias neste período.

Cabe ressaltar que uma medida importante para assegurar o pagamento destas obrigações no exercício em que foram geradas, foi a destinação de

Gráfico 9

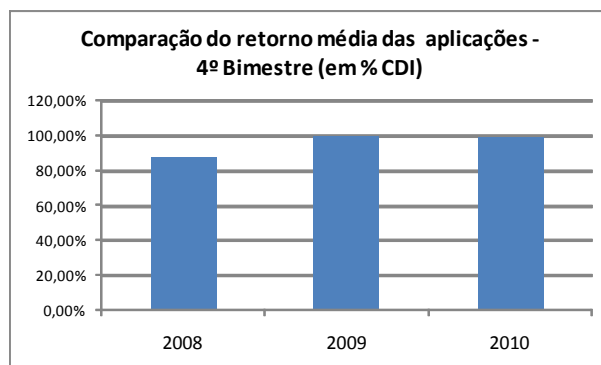
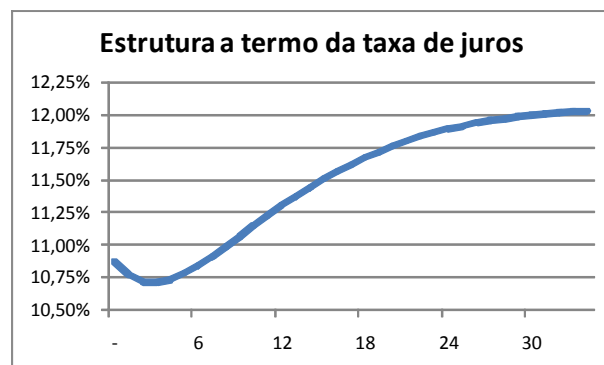


Gráfico 10



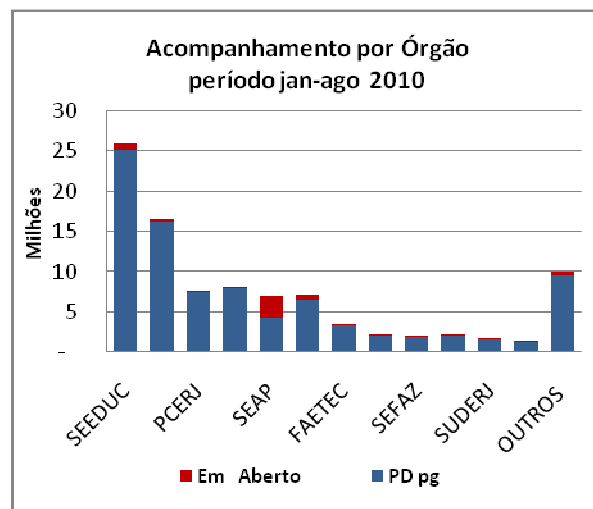
recursos em um Programa de Trabalho específico - PT¹⁹, para o adimplemento destas despesas. Destarte, no exercício de 2010, foram disponibilizados 251 milhões neste Programa de Trabalho, tendo sido empenhada, até o presente momento, a soma de R\$ 150 milhões, ou seja, 60% da dotação orçamentária destinada para este fim.

Portanto, pode-se inferir que a execução destas despesas vem acompanhando a previsão orçamentária²⁰, restando 40% desta para que os órgãos regularizem, no último quadrimestre, deste exercício as pendências ainda existentes.

Por intermédio do projeto de Modernização Institucional da Subsecretaria de Finanças, em particular no SIPC, foram implementadas críticas e melhorias necessárias à conciliação das faturas. Além disso, a Coordenação de Acompanhamento e Controle de Pagamentos de Concessionárias - CACPC passou a processar as informações enviadas pelas concessionárias de forma padronizada e transparente, possibilitando uma maior integração das partes envolvidas, quais sejam: CACPC, Órgãos e Concessionárias.

Assim sendo, até agosto de 2010, foi registrada no SIPC, a soma de R\$ 95 milhões, correspondente ao faturamento das despesas efetuadas pelos órgãos com as concessionárias abarcadas pelo sistema, tendo sido empenhado 99% e quitado 95% dessa importância, conforme se pode aferir dos dados disponibilizados na tabela abaixo.

Gráfico 11



19 Programa de Pagamento de Despesas com Serviços de Utilidade Pública

20 A dotação orçamentária é disponibilizada no início do exercício, e os órgãos ao longo do ano fazem suplementações ou cancelamentos conforme suas necessidades.



Execução Orçamentária SIPC - 2010

R\$ milhões

	Faturado	Empenhado	Liquidado	Pago
LIGHT	50	50	48	48
AMPLA	27	27	27	26
TELEMAR	8	7	7	7
OUTROS	10	10	10	9
TOTAL	95	94	92	90

Dessa forma, resta claro que, em conjunto, as medidas acima relatadas reduziram, de forma significativa, o acúmulo de contas em aberto, desonerando o erário estadual dos custos decorrentes de atrasos no pagamento destas obrigações.

Não obstante a gestão orçamentária estar evoluindo de forma eficiente, ainda há pendências pontuais pertinentes a execução orçamentária e financeira destas despesas. Nesta situação cite-se a Secretaria de Administração Penitenciária - SEAP, que não transferiu cota financeira suficiente para a emissão de Programação de Desembolso pertinentes a suas despesas com serviços públicos essenciais e, em consequente, seu pagamento.

Atualmente, o SIPC abrange o faturamento de 13 concessionárias, incluindo a Light, a Ampla e a Telemar, o que representa 70% do total gasto pelo Tesouro com serviços públicos. Os outros 30%, executados diretamente pelos órgãos, referem-se, em sua maior parte, a despesas efetuadas com serviços prestados pela CEDAE, EBCT e, aos serviços de Transmissão de Dados da Telemar. Salieta-se que se encontra em evolução a integração o sistema da CEDAE e da Telemar ao SIPC.

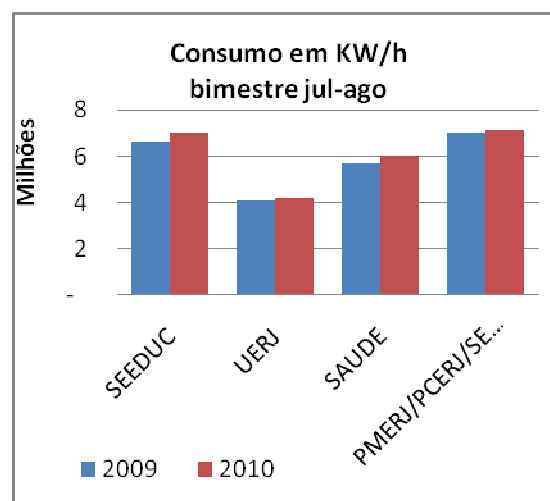
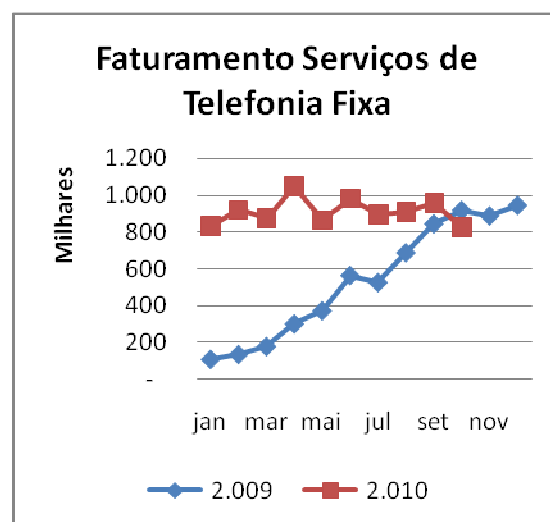
Quanto ao consumo de energia elétrica, comparando-se o quarto bimestre de 2010, com o mesmo período do ano anterior, pôde-se observar

um aumento de 4% no consumo em KW/h. A principal razão desta alteração no consumo é oriunda da sazonalidade da Secretaria de Educação, que é a Secretaria com maior consumo, principalmente após a conclusão da climatização das unidades escolares.

Em relação às despesas efetuadas com serviços de telefonia fixa pelos órgãos e pelas entidades estaduais, com a conclusão da migração para a Rede Governo de telefonia, a média do faturamento mensal, observada no corrente ano, foi de R\$ 910 mil. Analisando-se a progressão dessas despesas em 2010, nota-se que não houve variação mensal significativa, o que representa uma grande evolução em relação à instabilidade verificada com a antiga rede²¹.

Já no que concerne aos serviços de transmissão de dados e transmissão de dados *wireless*, o Tesouro desembolsou R\$ 16 milhões neste exercício, sendo R\$ 11 milhões relativos aos gastos do projeto de informatização das escolas.

Por fim, coadunando-se com a política da atual gestão de reduzir as dívidas para os exercícios seguintes e de primar pela transparência, a busca continua pela melhoria na qualidade das informações prestadas seja pelos órgãos estaduais seja pelas concessionárias de serviços públicos. Ademais, a melhora na capacidade da execução orçamentária e financeira dessas despesas contribuiu para a reputação do Estado de bom pagador.

Gráfico 12**Gráfico 13**

²¹ A migração da rede antiga para a Rede Governo de telefonia iniciou em setembro de 2007, e terminou em setembro de 2009

V.5 Tratamento Dispensado a Restos a Pagar Processados

Conforme estabelecido no cronograma de pagamento semestral do Programa de Pagamento/Parcelamento de Restos a Pagar processados – RPP's, instituído pelo Decreto nº 40.874/2007, cujas datas de pagamento previstas são maio e novembro, não houve quitação neste bimestre.

V.6 Requisições Judiciais de Pagamento

Precatórios

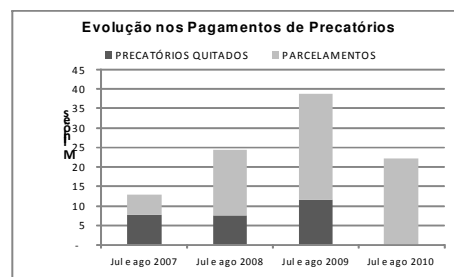
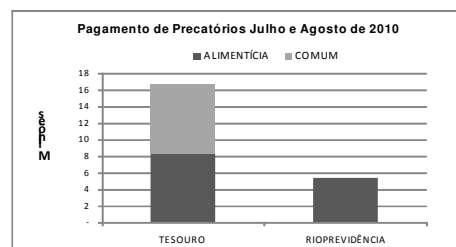
No 4º bimestre de 2010, foram aplicados R\$ 22,1 milhões para pagamento de precatórios. Desse montante, R\$ 16,7 milhões foram oriundos do Tesouro Estadual, R\$ 5,4 milhões dos recursos próprios do Rioprevidência.

Os pagamentos realizados nos meses de julho e agosto foram compostos das parcelas dos acordos vigentes, restando ainda 15 acordos do Estado e 01 acordo do Rioprevidência. Ressalta-se que esses acordos foram celebrados pela Procuradoria Geral do Estado antes da promulgação da EC nº 62, em 09 de dezembro de 2009.

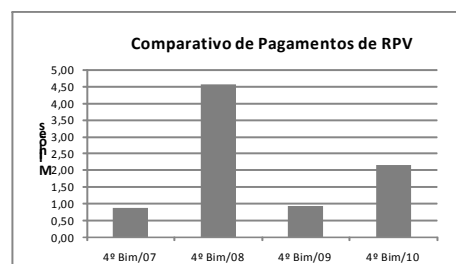
Do total desembolsado, 62% foram aplicados no adimplemento das obrigações de natureza alimentícia e 38% empregados nas obrigações de natureza comum.

Requisições de Pequeno Valor – RPV

No 4º Bimestre deste ano, foram pagas 331 requisições de pequeno valor, totalizando R\$ 2.191.024,39. O dispêndio direcionado ao adimplemento dessas obrigações não é definido pelo Estado, dado que essas requisições de pagamento judicial, por seu valor (até 40 vezes o valor do salário

Gráfico 14**Gráfico 15****Tabela 38**

PAGAMENTOS DE RPV - 2010		
MÊS	QUANTIDADE	VALOR
Jul	130	959.630,49
ago	201	1.231.393,90
Total	331	2.191.024,39

Gráfico 16

mínimo), possuem rito de pagamento diferenciado, conforme § 3º, do art. 100, da Constituição Federal²².

Total de Requisições Judiciais de Pagamento

Somando-se precatórios e requisições de pequeno valor, foram pagas 331 requisições judiciais de pagamento, no 4º bimestre de 2010, com dispêndio total de R\$ 24,3 milhões.

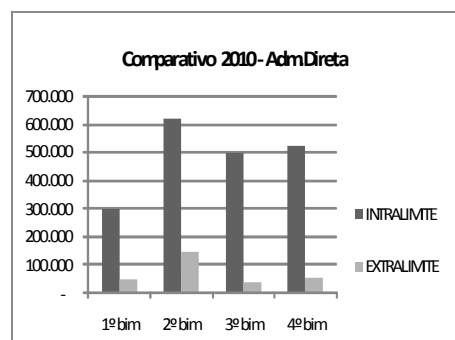
Tendo em vista que o pagamento efetivo de novos precatórios depende de orientações a serem expedidas pelos Tribunais, o Governo vem honrando apenas com os acordos de parcelamentos e mantendo em dia o pagamento das requisições judiciais de pequeno valor.

V. 7 Evolução da Dívida Financeira do Estado do Rio de Janeiro e de seu Dispêndio com a dívida pública

O Tesouro Estadual desembolsou R\$ 583 milhões com o serviço da dívida²³, no 4º bimestre de 2010. O dispêndio foi 4,61% superior ao valor pago no 3º bimestre. Essa variação foi influenciada pelo aumento de 5% da RLR, que determina o teto do pagamento mensal de juros e amortização da dívida intralimite renegociada com o Tesouro²⁴; e pelo aumento do serviço da dívida externa, que foi 488% maior que a do 3º bimestre, visto que ocorreram os pagamentos semestrais dos contratos da dívida externa.

No 4º bimestre, o total efetivamente pago da dívida intralimite foi de R\$ 403 milhões, apesar do valor devido pelo cálculo integral da tabela *Price* ser de R\$ 558 milhões. Isso decorre da aplicação do teto dos 13% da Receita Líquida Real, conforme acordado no contrato de refinanciamento amparado na Lei Federal

Gráfico 17



²² O §3º, do art. 100, da Constituição Federal, dispõe o seguinte: "O disposto no caput deste artigo, relativamente à expedição de precatórios, não se aplica aos pagamentos de obrigações definidas em leis como de pequeno valor que as Fazendas referidas devam fazer em virtude de sentença judicial transitada em julgado".

²³ Serviço da Dívida pago com as fontes do Tesouro Estadual.

²⁴ Lei Federal nº 9.496/97



nº 9.496/97. Assim, o resíduo de R\$ 155 milhões foi incorporado ao saldo do contrato.

Tabela 39

Dispêndio com a Dívida Pública (Adm.Dir. + Adm.Ind.Honradas)							
	3º bim 2010			4º bim 2010			Δ % do total no bim
	Principal	Encargos	Total	Principal	Encargos	Total	
ADM. DIRETA	159.068	379.585	538.653	193.355	384.619	577.974	7,30%
INTRALIMITE	134.528	362.239	496.768	160.299	362.806	523.105	5,30%
EXTRALIMITE	24.540	17.346	41.885	33.056	21.813	54.869	31,00%
INTERNA	24.540	15.199	39.739	24.982	17.259	42.241	6,30%
EXTERNA		2.146	2.146	8.075	4.553	12.628	488,42%
ADM. INDIRETA HONRADA	18.141	399	18.540	4.688	227	4.916	-73,49%
TOTAL	177.209	379.984	557.193	198.044	384.846	582.890	4,61%
<i>Informações complementares:</i>							
Valor devido intra-limite	192.283	362.239	554.523	195.297	362.806	558.103	0,65%
Valor pago pelo limite (13% da RLR)*	134.528	362.239	496.768	160.299	362.806	523.105	5,30%
Diferença incorporada no resíduo	57.755,0	-	57.755	34.998	-	34.998	-39,40%

Valores pagos a preços correntes.

* No cálculo do valor a ser incorporado ao resíduo, considera-se a prestação como paga pelo regime de competência

Dívida Financeira x Receita Líquida Real

No 4º bimestre, o estoque da Dívida Financeira somou R\$ 55 bilhões, 0,35% maior que o valor observado no 3º bimestre. Esse aumento se deve à variação positiva do IGP-DI²⁵, índice aplicado no reajuste da maioria dos contratos da dívida interna.

A dívida externa, indexada ao dólar e ao iene, apresentou uma redução de 1,55%, passando de R\$ 2,19 bilhões, no 3º bimestre de 2010, para R\$ 2,16 bilhões nesse bimestre, em face da valorização do real frente ao dólar.

O indicador de solvência (a relação Dívida Financeira/ Receita Líquida Real – DF/RLR) acordado entre a União e o Estado do Rio, apresentou uma queda de 3,43%²⁶, passando de

²⁵ Os saldos devedores da maior parte dos contratos da dívida interna são corrigidos pelo IGP-DI do mês anterior, que fechou em 2,30% (IGP-DI de junho/10 a julho/10) no 4º bimestre. As dívidas com a União, que representam 95,71% do montante total, tiveram um aumento de 1,00%. Os contratos de Assunção de Dívidas do BERJ, junto ao BACEN, e de refinanciamento, firmado ao amparo da Lei nº 9.496/97, que juntos representam 91,73% desta dívida, tiveram um crescimento nominal de 0,04% e de 0,06%, respectivamente.

²⁶ A meta da Dívida para o exercício de 2010, fechada no Programa de Ajuste Fiscal assinado em 15/04/2010, foi de 2,43.

2,10 para 2,02. Esta melhora ocorreu não obstante a elevação do estoque da dívida do Estado, sendo resultado do aumento da Receita Líquida Real em 3,91.

Tabela 40
R\$ mil

DÍVIDA FINANCEIRA X RECEITA LÍQUIDA REAL 2010			
	3º Bimestre	4º Bimestre	Δ %
DÍVIDA FUNDADA TOTAL	55.094.290,96	55.288.381,67	0,35%
INTERNA	52.686.178,32	52.918.840,30	0,44%
Dívida com a União	52.686.178,32	52.918.840,30	0,44%
Outras Dívidas Contratuais	-	-	
EXTERNA	2.194.540,52	2.160.553,55	-1,55%
Com Aval do Tesouro Nacional	2.191.793,35	2.157.865,60	-1,55%
Mobiliária	2.747,16	2.687,95	-2,16%
ADM INDIRETA - CUSTEADA (F.TESOURO)	213.572,13	208.987,81	-2,15%
DÍVIDA FINANCEIRA	55.094.290,96	55.288.381,67	0,35%
RECEITA LÍQUIDA REAL (+) IGP-DI	26.283.878,57	27.312.003,74	3,91%
RELAÇÃO DÍVIDA FINANCEIRA / RLR	2,10	2,02	-3,43%

Valores a preços correntes

Receita de Operações de Crédito

No 4º bimestre de 2010, foram liberados R\$ 2,14 milhões de receita de operações de créditos (Tabela 41). Desse montante, R\$ 1,6 milhão, foram destinados para o Programa de Modernização da Administração Estadual II – PMAE II (recursos provenientes do BNDES); 200 mil, para o Programa de Modernização da Administração Estadual – PMAE (recursos provenientes do BNDES); e, 354 mil, ao Programa de Apoio ao Fortalecimento da Administração Fazendária do E.R.J. – PROFAZ (recursos provenientes do BID).

Neste bimestre, o Estado deu entrada junto à STN em mais duas operações de crédito. A primeira a ser contratada junto ao Banco do Brasil, destinada ao financiamento do Hospital Regional da Baixada, no valor de R\$ 132.800.000,00; e a segunda, a ser contratada junto ao BNDES, destinada à reforma do Maracanã, tendo em vista os preparativos para a



Copa do Mundo de 2014, no valor de R\$ 400.000.000,00.

Tabela 41

Valores em R\$ mil

	2010		TOTAL
	Liberado (¹)	a Liberar	a Liberar
1. Operações de Crédito Contratadas (²)	963.743,89	843.917,40	1.777.160,43
Operações contratadas com o SFN	48.851,83	680.303,96	1.338.088,29
1. BNDES - EXP. METRÔ/GENERAL OSÓRIO	110,25	-	-
1.1 BNDES - EXP. METRÔ/GENERAL OSÓRIO	-	31.984,68	31.984,68
2. BNDES - Programa de modernização da Administração Estadual-PMAE	2.737,41	1.107,29	1.107,29
3. CAIXA - SANEAMENTO PARA TODOS	-	162.633,44	558.000,00
4. BNDES - SEGURANÇA - Delegacia Legal	24.443,29	93.306,71	132.556,71
5. BB - Programa de Sustentação de Investimentos	3.517,22	-	-
5.1 BB - Programa de Sustentação de Investimentos	16.454,66	0,00	0,00
6. BNDES PMAE II	1.589,01	3.401,99	8.392,99
7. CAIXA PAC	-	387.869,83	606.046,61
Demais	914.892,06	163.613,45	439.072,13
1. BIRD - INFRAESTRUTURA II/TRANSPORTES PET II	30.590,94	152.415,19	340.476,81
2. BIRD - RIO RURAL - Desenvolvimento Rural Sustentável	5.178,24	5.072,43	64.249,63
3. BIRD - PRODESF - Desenv. Ec. Social e de Sustentabilidade do E.R.J.	878.769,08	-	-
4. BID - PROFASZ (profisco)	353,80	6.125,82	34.345,69
2. Operações de Crédito Autorizadas e em Tramitação	-	174.067,95	1.021.400,12
1. PROGESTÃO	-	1.581,59	32.789,79
2. PRODETUR	-	44.857,61	196.672,00
3. VIALIGHT	-	10.797,43	259.138,33
4. SAUDE/HRB	-	65.831,33	132.800,00
5. MARACANÃ_COPA2014-BNDES	-	51.000,00	400.000,00
3. Operações de Crédito a Contratar Incluídas no PAF (³)	-	881.872,00	5.661.355,00
Total	963.743,89	1.899.857,35	8.459.915,55

(1) Valores realizados até o bimestre, a preços correntes

(2) Contém o valor total a ser liberado das operações de crédito contratadas, a preços de ago/2010

(3) Valores redistribuídos de acordo com o PAF assinado em 15/04/2010, atualizados pelo IGP-DI/2010.

V.8 Acompanhamento financeiro de Convênios²⁷

O Estado do Rio de Janeiro encerrou o 4º bimestre de 2010, com 419 Convênios de Receita e 698 Convênios de Despesa vigentes²⁸.

Entre os convênios de receita, os mais importantes para o Estado são os celebrados no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento

²⁷ Os dados utilizados nesta seção foram extraídos de relatórios do Sistema Informações Gerenciais (SIG) e do SIAFEM em diversas datas ao longo do mês

²⁸ Convênios de Receita – São aqueles em que órgãos ou entidades da administração pública federal aportam receitas ao Estado. Convênios de Despesa - São aqueles em que o Estado do Rio de Janeiro coloca seus recursos à disposição das Prefeituras Municipais e/ou Entidades não Governamentais. Salienta-se que também são conhecidos como uma modalidade de transferência voluntária de recursos.

Econômico – PAC²⁹, já na esfera dos convênios de despesa o Programa Somando Forças engloba os investimentos de maior relevância.

Dos recursos aportados pelo Tesouro do Estado no âmbito do PAC, no 4º bimestre de 2010, foram empenhados em torno de R\$ 149 milhões, liquidados R\$ 151 milhões e pagos R\$ 154 milhões. Sendo destinados 50% às áreas de Habitação e cerca de 49% à área de Saneamento.

No que tange aos convênios abarcados pelo Programa Somando Forças, até este bimestre, o valor disponibilizado pelo Tesouro Estadual foi de aproximadamente R\$ 133 milhões, que serão utilizados em obras de diversas naturezas, principalmente, nas obras de infraestrutura. Neste bimestre, foi empenhado o montante aproximado de R\$ 47 milhões, liquidados R\$ 46 milhões e pagos R\$ 67 milhões.

Nos demais Convênios de Despesa, neste bimestre, foram empenhados cerca de R\$ 97 milhões, liquidados R\$ 126 milhões e pagos R\$ 125 milhões, abrangendo programas em infraestrutura, saúde, educação, esporte e lazer.

Tendo em vista o período eleitoral, a Coordenação de Convênios pertencente à Superintendência de Controle e Acompanhamento da Dívida Pública Estadual e Captação de Recursos, na observância da Lei Federal nº 9.504, de 30 de setembro de 1997³⁰, a partir de 03 de julho de 2010, adotou os procedimentos necessários a obedecer às vedações impostas pela norma, no que se refere à realização

²⁹ Lei nº 11.578/2007 – Regula a transferência obrigatória de recursos financeiros federais para Estados, DF e Municípios, para execução das ações do PAC, cuja descentralização seja do interesse da União.

³⁰ A partir do dia 03 de julho de 2010, ficará vedado realizar transferência voluntária de recursos, por meio de **Contratos de Repasse e Convênios**, entre os entes da federação, conforme disposto o art. 73 da Lei Eleitoral, que veda que os agentes públicos servidores ou não, nos três meses que antecedem o pleito eleitoral: a) realizassem transferência voluntária de recursos da União aos Estados e Municípios, e dos Estados aos Municípios, sob pena de nulidade de pleno direito, ressalvados **os recursos destinados a cumprir obrigação formal preexistente para execução de obra ou serviço em andamento e com cronograma prefixado**, e os destinados a atender situações de emergência e de calamidade pública.



de transferência voluntária de recursos no âmbito de convênios de Receita e de Despesa. Portanto, respeitando o art.73 da aludida Lei, somente foram realizados transferências de recursos para os convênios que tivessem antes da mencionada data, o seu instrumento (termo) assinado e publicado, o cronograma prefixado e já iniciada a execução física do objeto do convênio.